DINÂMICA ESPACIAL DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM LONDRINA - OS CONJUNTOS HABITACIONAIS

CLAUDIA LIMA ESTEVES ALVES

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da F.F.L.C.H. da Universidade de São Paulo.

Orientadora:
Profa. Dra. Iraci Gomes de V. Palheta

UDIA L. ESTEVES

São Paulo - janeiro de 1991

DINÂMICA ESPACIAL DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO CAPITAL E DA FORÇA DE TRABALHO EM LONDRINA - OS CONJUNTOS HABITACIONAIS

CLAUDIA LIMA ESTEVES ALVES

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Prof. Dra. Iraci Gomes de V. Palheta

São Paulo - Janeiro de 1991

Aos moradores dos Conjuntos Aquiles e Luís de Sá.

Aos meus amigos, pais e Gabriela pela importância que todos têm na minha vida e nesse trabalho.

RESUMO

Londrina, fundada em 1929, tem um crescimento espantoso, em três décadas, de 1950 a 70, característico de áreas de frente pioneira, intesificada pelo êxodo rural. Tal crescimento deve-se à mudança na política agrícola nacional, que provocou profundas transformações nas relações de produção, e nas forças produtivas: por um lado, substituiu-se o trabalho humano pela máquina, o trabalho familiar pelo assalariamento; e por outro, criou-se a necessidade da formação de um mercado urbano nacional e de mão-de-obra para as indústrias, comércio, bancos e serviços que se instalam na região.

A divisão econômica-socio-espacial dos conjuntos habitacionais Aquiles e Luís de Sá; a sua localização na cidade; a importância dos conjuntos na reprodução da força de trabalho e nas relações sociais; a interferência do Estado no espaço através da geração de valor de uso complexo; a migração rural-urbana e intra-urbana da população residente nos conjuntos; o desenvolvimento da forças produtivas e das relações de produção em Londrina, são aspectos da realidade que analisamos neste trabalho, a fim de compreender o processo e a dinâmica espacial de produção e reprodução do capital e da força de trabalho em Londrina.

Paraná do Norte

autor - Palmeira

Sou filho do Norte, do meu Paraná,
Nascido e criado, lá em Cambará,
Lugar de riqueza, miséria não há,
Quem quiser dinheiro, é só trabalhar.

O paranaense do Sul, ou do Norte,
é bem sacudido, é rígido, forte,
Enfrenta o perigo, zombando da morte,
Cortando madeira, ou fazendo transporte.

Cornélio Procópio, também tem fartura,
Sua terra vermelha, tem agricultura,
Seu povo educado, tem muita cultura,
Tem cada morena, que é uma doçura.

Nessa mesma zona, não muito distante,
Tem outra cidade, futuro gigante,
Sua terra se vende, a peso de diamante,
Seu nome da história, chama Bandeirantes.

Em Apucarana, chega os boiadeiros,
Com gado de corte, e gado leiteiro,
Fazendo negócio, que é muito rendeiro,
Levando a guaiaca, cheia de dinheiro.

Essa zona é boa, não por falar,
Só não acredita, quem não foi por lá,
Aqui tão distante, fico a recordar,
Cidade canção, que é Maringá.

Capital do Norte, dizem que é Londrina,
E tem Santo Antônio, que é da Platina,
Em Jacarezinho, tem cada menina,
Que tem o valor, da libra esterlina.

Cantei em Cambé, e Mandaguari,
Em Umuarama, e Paranavai,
Lá em Arapongas, eu me diverti,
Fiz minha homenagem, vou me despedir.

AGRADECIMENTOS

Elaborar um trabalho de mestrado não é uma tarefa solitária, embora seja escrita por uma só pessoa. é resultado de um processo que dura um tempo e está calcado na observação, leitura, reflexão e discussão, da qual participam inúmeras pessoas, pertencentes ou não às Instituições, que contribuiram de várias formas nesse processo, que tem por etapa, essa dissertação. A essas pessoas que contribuiram de uma forma ou de outra, que agradeço.

A minha orientadora Professora Doutora Iraci Gomes de Vasconcellos Palheta, pela seriedade, amizade e interesse com que nesses anos, orientou esse trabalho;

Ao Professor Doutor Marcelo Martinelli, pela orientação e interesse demonstrado na elaboração dos cartogramas;

Aos professores do Departamento de Geociências-UEL, em especial as Comissões de Ensino e Extensão que absorveram o meu trabalho no Departamento, para que pudesse terminar a dissertação.

Às Instituições - CNPq e CAPES pela concessão de Bolsa Mestrado de 1986 a 1989; - A Universidade Estadual de Londrina, pela infra estrutura que forneceu, em especial ao NPD (Núcleo de Processamento de Dados); ao Centro de Documentação de Pesquisa Histórica do Depto de História; ao Museu; ao NTE (Núcleo de Treinamento Escolar); ao NIEX (Núcleo de Informática Experimental). A Secretaria de Planejamento de Londrina. E ao Departamento de Geografia da USP.

À amiga e Professora Alice Asari e aos alunos do curso de Geografia da UEL que através dos Trabalhos de Campo me "apresentáram" aos "Cinco Conjuntos", em especial o Aquiles e Luís de Sá.

Aos moradores dos conjuntos e a Associação de bairro que responderam aos questionários e nos receberam em suas casas, tão bem.

Aos amigos Adolfo, Sílvia Thereza, Valter e aos alunos do 2º período de Geografia de 1989, que nos finais de semana, nos ajudaram na aplicação dos questionários.

Ao Paulo Sérgio Guedes pelo empenho na digitação dos originais.

À Lourdes, Heraldo, Rosely, Zila, Edilson, Dona Santa, Senhor Otávio, Miguel e Maria Angélica que foram muito mais que amigos e me deram muita força.

Aos meus pais - Graciema e Moacyr pelo carinho e afeto.

A Gabriela, minha filha e companheirinha, que tão pequena, soube entender e dividir seu tempo para que eu pudesse terminar esse trabalho.

À todos muito obrigado.

SUMÁRIO

Resumo..... 004

Agradecimentos..... 005

Sumário..... 007

índice de mapas..... 009

índice de fotos..... 010

índice de tabelas..... 011

Introdução..... 013

Capítulo I - Londrina: crescimento e estruturação do espaço urbano..... 018

1 - O Norte de Londrina e a CTNP..... 020

2 - Londrina - de "boca de sertão" a polo regional..... 036

2.1. - Londrina - "boca de sertão" 1929 - 1940..... 037

2.2. - Londrina - O desenvolvimento das forças produtivas de 1940-70..... 046

3- Erradicação do café e o êxodo rural - a mobilidade espacial..... 059

3.1. - Êxodo rural para Londrina..... 062

3.2. - A mobilidade espacial..... 067

Capítulo II - Reprodução do capital, da força de trabalho e política habitacional - 1970-80..... 077

1 - Expansão urbana, a reprodução do capital e da força de trabalho..... 079

2 - A política municipal e os conjuntos habitacionais..... 088

3 - Os conjuntos habitacionais e a segregação urbana..... 103

Capítulo III - As condições de Reprodução da Força de Trabalho nos conjuntos habitacionais Aquiles Stenguel e Luís de Sá..... 108

1 - A construção dos conjuntos, os problemas ambientais e as condições de habitabilidade..... 108

2 - Os antigos e os novos proprietários: De como a casa e a vizinhança são importantes para os moradores 124

3 - Os moradores e as condições de Reprodução da Força de Trabalho nos conjuntos..... 140

4 - A união fez a força: Associação de bairro..... 166

4.1. - As reinvindicações dos moradores..... 172

Considerações finais..... 175

Bibliografia..... 179

Anexos..... 189

ÍNDICE DE MAPAS

1 - Expansão do povoamento do norte do Paraná..... 022-A

2 - Glebas adquiridas pela C.T.N.P..... 026-A

3 - Divisão Municipal do Paraná em 1938/48/53 e 58..... 032-A

4 - Traçado original de Londrina - 1930..... 039-A

5 - Expansão da cidade de Londrina em 1940/50/60 e 70... 046-A

6 - Expansão da cidade de Londrina 1935-1989..... 086-A

7 - Conjuntos Habitacionais 1969 a 1989..... 089-A

8 - Localizações dos conjuntos habitacionais de Londrina 098-A

9 - Carta base dos conjuntos Aquiles e Luís de Sá..... 108-A

10- Casas com problemas..... 115-A

11- Casas reformadas ou não..... 122-A

12- Distribuição das casas por número de cômodos..... 122-A

13- Primeiros proprietários ou não..... 125-A

14- Tempo de residência nos conjuntos..... 127-A

15- Lotes ocupados por serviço ou comércio..... 155-A

ÍNDICE DE FOTOS

1 - Aspecto da rua Guilherme Lhamam destacando a declividade do terreno..... 110

2 - Detalhe do escoamento superficiais, ponto de convergência para a boca de lobo na rua Guilhermina Lhamam..... 111

3 - Cruzamento das ruas Guilhermina Lhamam e Alberto Palma. 112

4 - Aspecto da cabeceira do Córrego Primavera..... 112

5 - Ravinamento no asfalto - Rua Guilhermina Lhamam..... 113

6 - Casa do tamanho original..... 120

7 - Casa em tamanho com ampliação na cozinha..... 120

8 - Casa reformada..... 121

9 - Aproveitamento do lote com horta e árvores frutíferas.. 162

10- Casa em tamanho original com árvores frutíferas..... 163

ÍNDICE DE TABELAS

1 - População urbano-rural do município de Londrina 1935-1945..... 040
2 - Evolução dos loteamentos de Londrina - 1937 a 1970.. 048
3 - População rural e urbana do município de Londrina no período 1935 a 1970..... 049
4 - População de Londrina 1960 - 1980..... 063
5 - Os Estados de origem dos moradores do conjuntos..... 069
6 - último local de residência do Chefe de família..... 070
7 - Idade em que sairam do local de nascimento..... 072
8 - Emprego dos migrantes no primeiro mês em Londrina... 074
9 - População rural-urbana do município de Londrina 1935-1990..... 080
10- Conjuntos Habitacionais construídos em Londrina até 1989..... 098
11- Tipos de problemas com a casa..... 115
12- Renda Familiar distribuida por casa reformada ou não. 117
13- Condição de reforma e Renda Familiar em salários mínimos..... 118
14- Casa reformada por tempo de residência..... 121
15- Distribuição de habitantes por unidade residencial e números de cômodos..... 122
16- Renda Familiar dos proprietários nos conjuntos estudados..... 126
17- Tempo de residência nos conjuntos..... 127
18- Renda Familiar por condição de ocupação..... 132
19- População por idade, sexo e local de nascimento..... 140
20- Grau de parentesco, morando na unidade residencial.. 144

21- Escolaridade dos entrevistados (nº e %)..... 145

22- Escolaridade - série dos que estudam..... 146

23- Parou de estudar (nº e % por grau)..... 148

24- Parou de estudar por série..... 149

25- A população ativa nos Conjuntos por setor econômico em porcentagem..... 153

26- Local de trabalho..... 154

27- Religiões dos entrevistados..... 158

* * *

INTRODUÇÃO

Os indivíduos, a nível de senso comum, tendem a perceber a realidade através de suas manifestações exteriores (sinais, símbolos), que são mentalizados e por ele representam a realidade. Esse é o primeiro passo, o primeiro momento do conhecimento. é necessário, contudo, compreender a realidade e explicá-la.

Este conhecimento é importante e indispensável, já que a porção do espaço que pretende -se analisar e conhecer é condição e produto das relações sociais de produção.

Dessa forma, o conhecimento sobre a cidade, um bairro, um conjunto habitacional, etc., é uma representação mental parcial da realidade exterior concreta, elaborar a partir da percepção e intuição do indivíduo e de sua concepção do mundo.

Para atender a analizar a realidade estudada neste trabalho utilizamos o Materialismo Histórico e Dialético, a fim de compreender o processo de produção e reprodução do espaço em Londrina e nos conjuntos Habitacionais como um dos componentes da reprodução da força de trabalho e do capital.

A análise do urbano e da habitação permite-nos o conhecimento não apenas de uma parcela da realidade da qual fazemos parte, mas também permite-nos compreender a estrutura e o dinamismo do todo para compreedermos o sentido e o significado das partes.

O estudo da habitação na Geografia é importante para o reconhecimento do funcionamento do capital na cidade, que juntamente com o movimento populacional intra-urbano e migratório-

rio, deixa registrado no espaço as marcas das desigualdades sociais.

A habitação tem um papel importante no ciclo de rotação do capital privado e do capital social, componente decisivo que fixa o valor da força de trabalho em níveis cada vez mais baixos, além de proporcionar o desenvolvimento apliado de circulação das mercadorias, uma vez que há expansão e monopolização dos espaços destinados a várias classes sociais.

Os Conjuntos Habitacionais da Zona Norte de Londrina foram construidos no final da década de 70, distantes do centro, nos interstícios de terra agrícola, produzindo café, soja/trigo, algodão e milho.

Essa paisagem, aliada ao grande número de casas construídas, da população moradora pertencente a diferentes extratos da classe trabalhadora, com uma segregação sócio-econômica dentro dos conjuntos e entre eles e o centro, chamou-nos a atenção, em razão de revelar um processo contraditório da luta de classes e da apropriação privada do espaço por elas e pelo capital.

A realidade analisada neste trabalho são os Conjuntos Aquiles Stenguel e Luís de Sá, por estarem, localizados no extremo Nordeste da Zona Norte de Londrina e por terem sido os primeiros a serem entregues à população de baixa renda, nos anos de 1978 e 79, na primeira administração do Prefeito Antônio Belinati.

Eles sobressaem na paisagem dos "Cinco Conjuntos" pela população residente, pela diversidade do tamanho das casas (de 45 m2 a 21 m2) pela topografia do terreno, e pelo verde re-

presentado nas árvores frutíferas, hortas e um resquício de mata latifoliada, além da distância dos conjuntos do centro da cidade.

A divisão econômica-sócio-espacial dos conjuntos Habitacionais; a sua localização na cidade de Londrina; a importância da habitação na reprodução da força de trabalho e do capital; a migração rural/urbana e intra-urbana dda população residente nos conjuntos ; Londrina como polo regional e o processo de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção em Londrina, são aspectos da realidade que pretendemos analisar neste trabalho, objetivando conhecer e entender a dinâmica espacial da cidade de Londrina.

Outro objetivo desse trabalho é o de verificar em que condições se realiza a reprodução da força de trabalho e as relações existentes numa parcela do espaço urbano londrinense representado pelos Conjuntos Habitacionais Aquiles Stenguel e Luís de Sá.

Utilizamos o questionário como instrumento de levantamento de algumas questões que são essenciais para entender a vida dos moradores dos conjuntos; a situação e as condições de habitabilidade da casa; prcedência dos moradores, estudando assim a migração; há quanto tempo estão nos conjuntos, recuperando a história de vida e de luta na Associação de Bairro para a melhoria do local de moradia.

O questionário, contendo 168 questões, foi aplicado em 222 casas representando 15% do universo pesquisado, tendo um total de 1989 casas. A escolha destas foi aleatória estatificada por quadra, distribuidas pelo Aquiles e Luís de Sá. Os dados levantados e tabulados foram a máxima importância para a análise,

pois não entendemos a teoria dissociada da realidade e o questionário foi a técnica utilizada para conhecermos essa parcela, as relações nela existentes e consequentemente o processo de reprodução da força de trabalho e do capital.

Alguns dos dados coletados foram cartografados a fim de comunicarmos visualmente os resultados e conhecermos a distribuição espacial dos elementos pesquisados.

A semiologia foi o método cartográfico utilizado na elaboração dos mapas, pois permite uma melhor visualização dos dados, transmitindo a mensagem com o menor esforço mental e no menor tempo possível, atendendo assim, os princípios de ergonometria.

A variável visual usada foi o valor que "possibilita diferenciações quanto à intensidade utilizando-se da noção de área coberta em uma representação gráfica através de traços ou hachuras" (SANCHES, 1981:77). Quanto maior a intensidade do fato representado (e mais recente temporalmente), mais densa será a trama e vice-versa. A ordem usada foi do branco ao preto.

Desse modo, associamos em nossa análise principalmente no Capítulo III, os dados distribuídos espacialmente e quantitativamente, em porcentagem nas tabelas, o resultado foi positivo, pois podemos corraborar ou refutar algumas das hipóteses formuladas:

- A população dos conjuntos de renda mais alta, localizam-se no interflúvio, nas casas maiores, reformadas, e esta não é constituídas pelos primeiros proprietários?
- Houve mobilidade dos moradores? As casas têm valor de uso ou de troca?

- A população residente é migrada do campo e a localização dos conjuntos objetivou segregar espacialmente essa população?

- Ao planejar os conjuntos a Prefeitura e a COHAB/LD, buscavam a expansão urbana e a valorização da terra para a Zona Norte?

- Como vive a população residente nos conjuntos Aquiles e Luís de Sá?

Para compreender os Conjuntos Habitacionais e sua população, foi imprecindível conhecer a história da cidade e do processo de povoamento do Norte do paranaense, ao qual Londrina está inserida, e consequentemte os conjuntos. Desse modo, o capítulo I dá conta do processo de crescimento e estruturação do espaço urbano londrinense, desde a sua fundação com a Companhia de terras, até a erradicação do café e o êxodo rural na metade dos anos 60 e início dos 70.

O capítulo II analisa a produção e a reprodução do espaço e do capital na cidade, através da abertura de loteamentos e da interferência do Estado, mediada pela política habitacional, como geradora de valor de uso complexo e da segregação urbana.

* * *

CAPÍTULO I

LONDRINA: CRESCIMENTO E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Londrina, foi fundada em julho de 1929 pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), destinada a ser sede do escritório e capital da região colonizada pela Companhia, localizada no Norte do Paraná, numa região rica em recursos naturais, tanto pelo seu solo - latossolo- terra roxa - quanto pela vegetação - floresta latifoliada perene sub-tropical, com uma variedade significativa de madeira de lei: cedro, figueira branca, peroba entre outras.

A região colonizada pela CTNP teve um rápido povoamento, em parte devido à propaganda de venda de lotes em vários estados , principalmente em Minas Gerais e em São Paulo, visando atrair os agricultores; arrendatários e colonos, que devido a facilidade de pagamento dos lotes, poderiam ser proprietários de alguns alqueires de terra. De outro lado, mas associado à propaganda e ao interesse pela propriedade, a Companhia desenvolveu uma rede de comunicações que garantiu o transporte dos colonos e o escoamento da produção.

A população de Londrina cresce, não só a urbana mas principalmente a rural. Aliado ao crescimento populacional, há a formação de um comércio e de serviços que vão dar sustentação a essa vida urbana latente.

Há a instalação de bancos, atacadistas, escolas, hospedarias, serviços urbanos que trarão sustentação à atividade agrícola e à estruturação do espaço urbano.

Dessa forma, Londrina é ponto de convergência populacional, comercial e financeiro de toda a produção agrícola regional, sendo transportada até o Porto de Santos, via rodovia e ferrovia.

Passados 60 anos desde sua fundação, Londrina é uma cidade que tem uma população de 420 mil habitantes, é o 2º município em arrecadação de ICM do Estado, pólo de uma região de 4,5 milhões de habitantes, abrangendo diretamente 60 municípios e indiretamente 136, localizados nos Estados do Paraná, São Paulo e Mato Grosso.

Londrina tem 55% do PIB (Produto Interno Bruto), originário do comércio e da prestação de serviços; 32% da indústria química, alimentícia e de vestuário e, 13% da agropecuária.

1. O Norte do Paraná e a C.T.N.P.

Até o séc. XIX o Paraná vivia economicamente do mate e do gado. Em 1853 tornou-se Província autônoma, desvinculando-se da Província de São Paulo. Más a desvinculação territorial, através da delimitação de fronteiras, não coincidiu com a autonomia a nível econômico.

Fazendeiros paulistas e mineiros começam a ocupar o Norte Velho (1860),. instalando-se nos vales dos Rios Paranapanema, Cinzas e Ribeirão Jataí; buscavam terras férteis, cobertas por florestas para plantarem café, além da lavoura branca.

Para a Província do Paraná, tal ocupação era de fundamental importância, visto que a " economia paranaense passava por uma crise conjuntural (meados do séc.XIX): o comércio do mate tão promissor pouco antes, já parecia menos favorável, as fazendas de criação de gado pressentiam o fim do tropeirismo, e portanto, delas mesmas, e nelas o quadro era de estagnação. Os rebanhos de criação de gado diminuiam sempre e os que restavam, estavam sem cuidado algum". (PADIS,1981)

A ocupação da terra por paulistas e mineiros seguia os moldes das fazendas paulistas - grandes propriedades, com trabalho de agregados, famílias vivendo em colônias, utilizando como técnicas agrícolas: o corte do mato, queimada, arado a tração animal e instrumentos agrícolas manuais.

A terra era adquirida a baixo preço do governo ou simplesmente ocupada. Foi grande e rápida a ocupação do Norte Velho, sendo que a partir de 1862 foram criados vários núcleos ur-

banos como por exemplo : Ciqueira Campos (Colônia Mineira), Santo Antonio da Platina, Venceslau Bráz São José da Boa Vista, Jacarezinho (Nova Alcântara) vide mapa 1. E nas margens do Rio Tibagi, em 1855, funda-se a Colônia Militar de Jataí (Jataizinho), como segundo posto avançado, estabelecendo ligação entre Curitiba e Mato Grosso, pela necessidade política e estratégia militar em decorrência da Guerra do Paraguai.

O Norte Velho se voltava para São Paulo, pela origem dos fazendeiros e pelas dificuldades de atingir as zonas mais povoadas do Estado, como Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá. Segundo LOPES(1982), foi certamente o isolamento que levou, em 1892, as terras ndo Norte a serem classificadas como de terceira ordem pelo governo paranaense, que correspondia as de preço mais baixo.

> "As terras devolutas do Estado do Paraná estavam classificadas em três categorias - de primeira, segunda e terceira ordem - conforme sua situação relativa a centros urbanos e portos marítimos, fertilidade e fins a que se destinavam. Todavia, operacionalmente, os critérios determinantes eram a distância dos centros abastecedores e a possibilidade de escoamento dos produtos". (PADIS, 1981 IN LOPES,1982:42)

Embora férteis, recoberta por florestas latifoliadas tropicais, as terras no Norte paranaense não contavam com vias de acesso regular (ferrovias e rodovias), às outras regiões do Estado, principalmente Curitiba, centro abastecedor, distante da região, 400 Km.

Dese modo, as safras de café do Norte Velho escoavam por São Paulo, rumo ao Porto de Santos. "A princípio, através das tropas, por Itararé, Santa Cruz do Rio Pardo e Pirajuí, nas margens do Paranapanema; os animais transpunham o rio a nado e as cargas eram atravessadas em canoas. Com a construção de uma balsa ligando Ourinhos ao Paraná, o comércio passou a ser feito com outras localidades paulistas, entre elas a Estação Cerqueira César da Estrada de Ferro Sorocabana". (CANCIAN,1981:54)

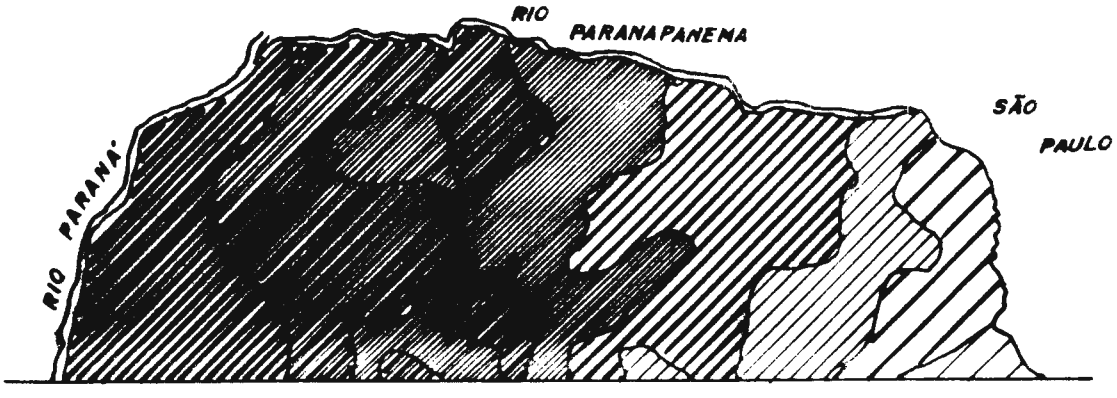
Entre 1890-1900, completou-se a ligação ferroviária entre a capital paulista e Itapetininga, fazendo-se a articulação completa da E.F. Sorocabana com a São Paulo Railway, até Santos. Nessa mesma época, outro ramal da Sorocabana alcançava Avaré. Na década seguinte os ramais da Sorocabana chegam a Itararé e Ourinhos, o que facilitou sobremaneira a comunicação do Norte paranaense com São Paulo.

Até fins do século XIX, com a ocupação do Norte Velho em parte consolidada, quatro povoações passam a municípios: São José da Boa Vista, Tomazina, Jacarezinho e Ribeirão Claro. E o Norte do Paraná, extensão que era da cafeicultura paulista, servia-se de toda a infra-estrutura à sua retaguarda, como beneficiamento, comércio, bancos e ferrovia até o porto de Santos.

Na virada do século, mais e mais fazendeiros passaram a procurar as terras roxa, já afamadas por sua fertilidade. Eles compravam grandes glebas a preços baixos. Penetravam pelo Paranapanema, tendo Ourinhos como "boca de sertão". Fundaram Cambará em 1904, expandindo-se a ocupação e direção ao Rio Tibagi em 1921, Bandeirantes; Cornélio Procópio e Andirá em 1924. (Vide mapa 01).

MAPA I

EXPANSÃO DO POVOAMENTO DO NORTE DO PARANÁ



ATÉ 1850

DE 1850-1900

DE 1900-1920

DE 1920-1940

DE 1940-1950

DE 1950-1960

PÓS 1960

N

FONTE: MÜLLER, 1952

DES.: ANGÉLICA

Segundo CANCIAN (1977), o período de 1916 a 1930 foi extremamente favorável á colonização no Norte paranaense, devido ao preço elevado do café no mercado internacional e expansão da frente pioneira que impulsionava capitalistas pioneiros e trabalhadores em busca de novas terras roxas.

O governo do Estado do Pararaná estava interessado em povoar o Norte do Estado, e aliado ao fato de nessa porção do território não haver estradas, vende as terras no Norte para Companhias Colonizadoras a um preço bem baixo (pois eram tidas como terras de terceira ordem), a fim de que essas Companhias parcelassem suas glebas e vendessem. Mas para vender a terra, seria necessário que as Companhias investissem em estradas. Desse modo, o Estado, teria as comunicações que tanto precisava, e que não tinham capital para a sua execução.

Dessa forma a terra é tida como mercadoria, que é negociada pelo Estado à Companhias Particulares, que por sua vez parcelam em lotes de vários tamanhos e comercializam à colonos interessados, caracterizando a estrutura agrária Norte Paranaense como de pequenas propriedades.

Em São Paulo, as sucessivas crises de super produção de café no princípio do século resultaram em medidas intervencionistas, que restringiram o número de cafeeiros novos e as quotas de exportação do produto pelos portos dos principais estados produtores. O Paraná, até 1926, se manteve à margem dos convênios de restrição de café, pois se considerava que essa cultura estava apenas começando, além de ser necessário como fomento, pois estava propiciando a ocupação efetiva do Norte, e do pequeno volume de sua exportação pelo porto de Paranaguá.

> "Dada a procura internacional crescente pelo café, havia a motivação e interesse por parte dos fazendeiros e empresários de continuarem ou entrarem no ramo. E o Norte do Paraná, por suas características, era uma das possibilidades mais promissoras."(LOPES, 1982:46)

Os fazendeiros que se estabeleceram no Norte paranaense, para produzir em larga escala, tentavam trazer até a região a infra-estrutura básica, a comercialização, em especial as ferrovias, que colocassem a região em contato com os centros econômicos do país, principalmente com o porto de Santos. Com esse objetivo foi criada a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, iniciativa particular de fazendeiros da região (Antônio e Legevildo Barbosa Ferraz, Antônio e Gabriel Ribeiro dos Santos, Willie da Fonseca Brabazon Davids e Manoel da Silveira Corrêa). Em 1924 inauguravam o primeiro trecho de 22 Km. ligando Ourinhos a Léo Flora. Em 1925 os trilhos chegaram a Cambará, ficando parada a construção durante quatro anos por falta de recursos.

A característica do cultivo do café era o nomadismo, já que seu plantio intensivo exauria as terras por onde passava, baixando drasticamente a produtividade; a alternativa econômica mais viável, naquela época, era a busca de terras férteis ainda cobertas por matas. Processava-se a abertura de novas fazendas nas zonas pioneiras. Estas, com fertilidade natural, combinada com as vias de escoamento acessíveis à exportação, passavam a ser um empreendimento altamente lucrativo. Era isso o que os fazendeiros paulistas e mineiros procuravam.

Em 1924, chega ao Brasil a missão financeira inglesa, chefiada por Lord Montagu, objetivando conhecer as reais condições econômicas e financeiras do país, para um segura desenvolvimento dos capitais que seriam investidos aqui.

A missão Montagu era composta por vários diretores de bancos ingleses e por Lord Lovat, técnico em agricultura e reflorestamento que tinha como "incumbência dos acionistas da Sudan Plantations, estudar a possibilidade de vir essa poderosa Companhia inglesa a aplicar seus capitais no Brasil, de forma a obter o algodão que importava em larga escala para suprir a florescente indústria textil na Inglaterra." (C.T.N.P., 1977:42)

Sabedores do interesse da missão e de Lovat em investir no Brasil, os fazendeiros do Norte Velho, liderados por Major Barbosa, procuram interessar os ingleses em investir na região em colonização, na aplicação de capitais necessários à continuação das obras da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, que estava parada em Léo Flora.

Lord Lovat interessa-se pela região Norte Paranaense, pela exelência de seus solos, pela facilidade de compra da terra, visto que o governo vendia as terras a preço muito baixo, sendo líquido e certo o retorno do capital investido, alidado à ferrovia. Pois se a compra da terra fosse seguida peloEstrada de Ferro, de maneira a garantir para os compradores o escoamento de seus produtos, a valorização das áreas adquiridas poderia tornar muito mais lucrativo o empreendimento.

Lovat ficou interessadíssimo na compra de terras e pelo investimento na Estrada de Ferro, principalmente quando soube que a "valorização das terras poderia chegar a mil por cento,

quando na Iglaterra os bons negócios se faziam na base de cinco por cento ao ano." (CTNP, 1977:53)

Estava lançada a idéia do empreendimento imobiliário que teria o nome de 'Companhia de Terras Norte do Paraná', subsidiária brasileira da 'Paraná Plantations Ltda', pertencente aos mesmos acionistas da Sudan Plantations, fundada na Iglaterra em 1925.

Foi assim que em 1925, os interesses capitalistas da burguesia inglesa e nacional se uniram, a fim de reproduzir o capital com segurança e rapidez.

Entre 1925-27 a Companhia de Terras Norte do Paraná CNTP - compra do governo paranaense uma ára de 515.000 alqueires, situada entre os rios Tibagi, Paranapanema e Ivai, de terras fertilíssimas cobertas por mata, por preço bem baixo, cerca de 20 mil reis por alqueire paulista (24.200 m2) (vide mapa 2). Em 1928, a CTNP compra a maioria das ações da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, injetando capitais na ferrovia, fazendo com que esta chegasse o mais breve possível nas terras por ela comprada.

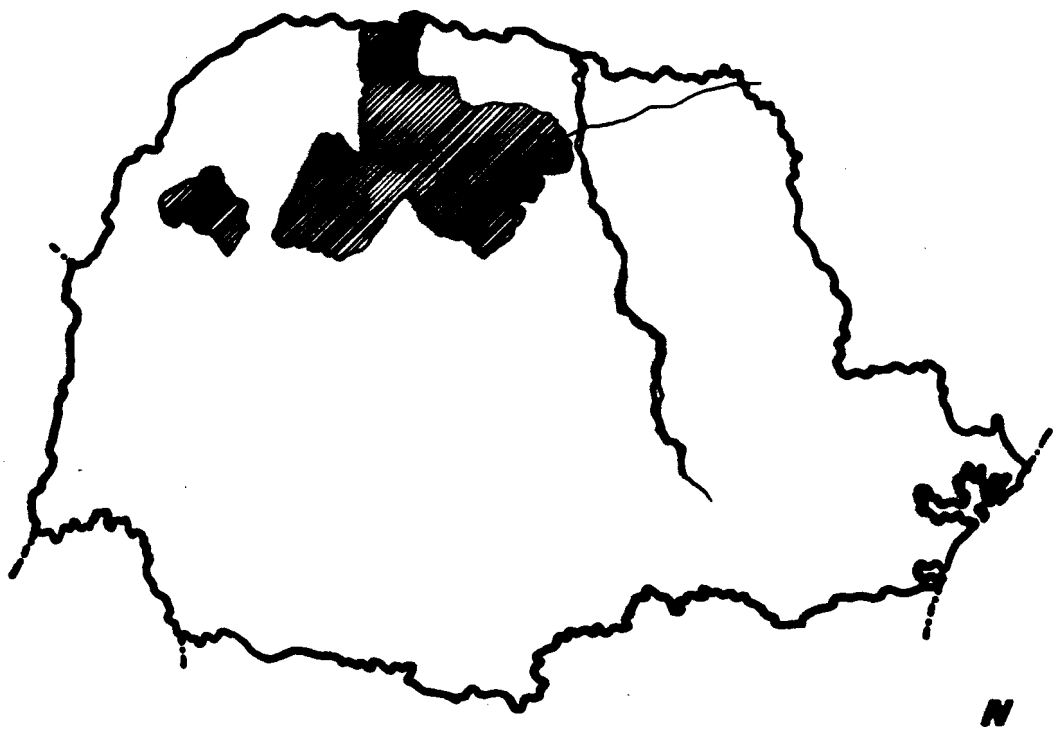
As duas companhias assim entrosadas, se completavam: enquanto a colonização garantia fretes à ferrovia, esta assegurava fluxo contínuo de colonizadores para a frente pioneira.

Mesmo sendo a terra devoluta, a área comprada pela CTNP, não estava despovoada, visto que havia presença de nações indígenas (Guaranis) e de posseiros.

A fim de não ter a terra contestada por grileiros e posseiros, a Companhia pagou várias vezes pela terra, para aqueles que a estivessem ocupando, evitando problemas posterios com os futuros compradores, a fim de que os futuros proprietários tivessem domínio absoluto jamais contestado.

MAPA 2

GLEBAS ADQUIRIDAS PELA CIA. MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ



FONTE: PADIS, 1981

N

DES.: ANGÉLICA

"Toda essa imensa obra no ano de 1925 se alicerça na segurança, jamais posta em dúvida, de seus títulos de propriedade. A propriedade constitui um dos pilares da sociedade em que vivemos. A companhia agiu de tal forma que pode garantir a seus compradores domínio absoluto e jamais contestado, das terras que adquiriram." (CMNP, 1977:60)

A área da Companhia foi dividida em zonas, estas por sua vez em glebas, e estas em lotes. Ao todo eram seis zonas, em ordem de colonização - Tibagi, Pirapó, Primitiva, Paranhos, Rio Bom e Ivai.

O loteamento da gleba Três Bocas inicado em 1929, seguiu planos pré-determinados. Os lotes foram traçados em longas fitas, indo dos espigões até os vales (a fim de todas as propriedades terem acesso à água e á comunicação-estradas). Em média a extensão dos lotes era de seis alqueires paulistas, embora variando conforme a localização. Vão de 1 a 5 alqueires ao redor dos núcleos urbanos, passando a 10 alqueires e mais nas áreas mais distantes.

A cada 15 Km a Companhia implantou um patrimônio (pequenas sedes urbanas, etapa necessária colonizadora á abertura da venda de cada uma de suas glebas), com uma estação ferroviária a fim de atender a população daquela área, comprando e vendendo gêneros de primeira necessidade.

Em julho de 1929, a CTNP tomou a posse efetiva de sua enorme propriedade, com a fundação da cidade destinada a ser sede do escriotório da Companhia e capital da região por ela colonizada- LONDRINA.

"O planejamento urbano manifesto desde os primeiros anos, a venda intensa de lotes nos 'patrimônios', futuras sedes de municípios e comarcas, denotam uma preocupação também com a formação das cidades. Objetivando afastar o isolamento social e fomentar a organização de serviços indispensáveis à colonização capitalista moderna. Assim, nem todos imigrantes introduzidos pela Companhia destinava-se às áreas rurais (...) Fomenta-se a urbanização com a instalação de serviços indispensáveis ao beneficiamento dos produtos agrícolas, já que os pequenos proprietários não dispõem de meios para instalá-los em seus sítios. O meio rural relaciona-se portanto, profundamente com o meio urbano." (CANCIAN, 1987:140)

Através de vasta propaganda pelo interior do Paraná, Minas Gerais e principalmente São Paulo, a Companhia garantiu intenso fluxo de migrantes nacionais. (vide propaganda, anexo 1)

Esses migrantes nacionais eram trabalhadores rurais, colonos que conseguiram uma poupança devido aos altos preços do café no mercado externo entre 1918-20 e 1923-29 e que tiveram a possibilidade de tornar-se pequenos proprietários na frente pioneira (na época o Norte do Paraná); a isso associavam-se as facilidades de pagamento que as companhias proporcionavam.

"Procuravam um dos escritórios de venda da empresa colonizadora e manifestavam seu desejo de comprar terras. Visitavam as glebas dispo-

níveis e escolhiam seu lote, regressando logo para fechar negócio e pagar os dez por cento exigidos para assegurar a posse da propriedade. Dentro de sessenta dias deveriam completar a entrada com mais vinte por cento do preço total e assinar o respectivo contrato de compromisso. O restante era pago em quatro anos, a saber: dez por cento no final do primeiro ano, (...) e vinte por cento no final de cada um dos três anos seguintes. Os juros não ultrapassavam oito por cento ao ano." (CMNP, 1979:124)

STOLCKE (1986), em seu estudo sobre a cafeicultura, ressalta o final dos anos 20 o período favorável para compra de terras por colonos:

"No final dos anos 20, as companhias privadas de colonização tinham consciência de que sua clientela potencial eram pessoas de recursos financeiros limitados. De acordo com isso, ofereciam- condições relativamente fáceis de compra de terras (uma entrada inicial na assinatura do contrato e o pendente seria pago em prestações com os ganhos das futuras culturas dos agricultores) o que fez o final dos anos 20 (e início dos 30), o período mais favorável, até então, que jamais haviam conhecido os colonos para se tornarem pequenos proprietários (...) Os Colonos que haviam conseguido

acumular, agora usavam suas economias para comprar terras na fronteira, as quais limpava e plantavam com café." (STOLCKE, 1986:92)

Os primeiros colonos vieram de São Paulo e chegaram a região colonizada pela CTNP- Londrina, em 1930.

No relatório de 1935 da CTNP publicado na "Folha de Londrina" de 19/04/75, nos dá quantitativamente a nacionalidade dos compradores de lotes.

- brasileiros.....	**1266**	**- 43,0%**
- alemães.....	479	- 16,3%
- japoneses.....	434	- 14,7%
- espanhóis.....	216	- 07,3%
- portugueses.....	156	- 05,3%
- poloneses.....	98	- 03,3%
- húngaros.....	75	- 02,5%
- ucranianos.....	60	- 02,0%
- thecos.....	41	- 01,4%
- russos.....	32	- 01,0%
- austríacos.....	20	- 0,7%
- suíços.....	19	- 0,6%
- lituanos.....	15	- 0,5%
- rumenos.....	08	- 0,3%
- ioguslávos.....	06	- 0,2%
- ingleses.....	06	- 0,2%
- outras nações.....	21	- 0,7%
- total dos estrangeiros....	**1686**	**- 57,0%**
- total dos compradores.....	**2952**	**-100,0%**

Observando o quadro, nota-se a variedade de nacionalidade dos compradores de lotes. Quatitativamente o número de estrangeiros é expressivo, mas de brasileiros também o é, uma vez que há a presença de migrantes nacionais de vários estados, se destacando o Estado de São Paulo e Minas Gerais.

Na bibliografia pesquisada, não há informações se esse contigente migratório estrangeiro veio direto de seu local de origem para o Paraná, ou se antes se empregaram como colonos em alguma fazenda de São Paulo e Minas Gerais.

Vindo direto ou não, são esses trabalhadores nacionais e estrangeiros juntamente com sua família que incorporaram trabalho à terra e dessa forma permitem a acumulação de capital, aumentando o preço da terra e consequentemente a renda fundiária, para a CTNP.

Desmatam, constroem um rancho com madeira que é retirada da propriedade, plantam café, algodão, e lavoura branca, além de terem animais como galinhas, porcos e vacas. Desse modo, enquato o café não produzia, os colonos vão subsistindo de sua roça e vendem o excedente para as máquinas que visavam o mercado interno (Paraná) ou São Paulo. (1)

---

(1) Produção agrícola do Município de Londrina- 1936:
Algodão 80.715 arrobas; feijão 8.023 sacas; milho 4.081 sacas; arroz 3.188 sacas; café 2.610 sacas; fumo 80 arrobas.
Movimento de exportação importação da estação ferroviária em 1938 -Madeira 17.558.110 quilos; milho 7.711.850; algodão 1.537.460; feijão 1.453.600; café 865.160; arroz 389.120; outros 10.813.370; Total 40.328.670 quilos. Fonte Arias Neto, 1989:26.

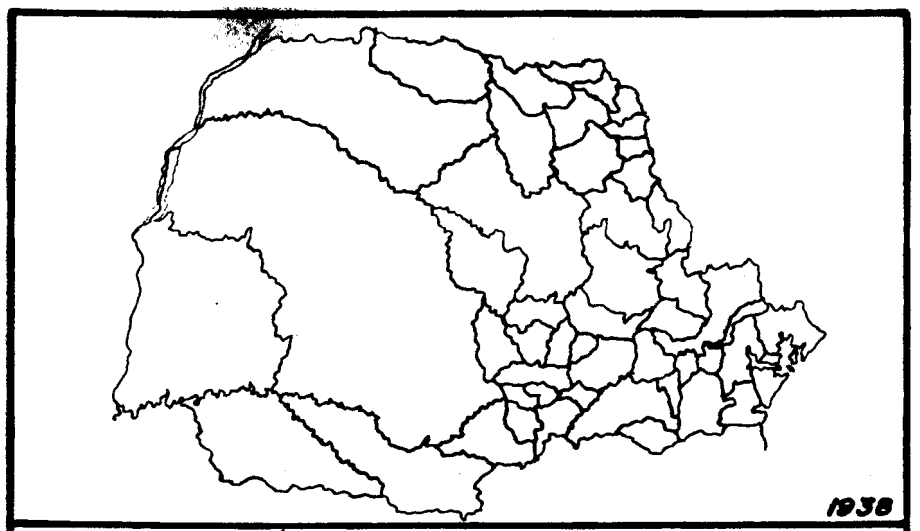
A ferrovia foi elemento importante na circulação de mercadorias, reproduzindo e ampliando o capital, desenvolvendo a região e trazendo mais e mais imigrantes, a procura da propriedade da terra ou de emprego e riqueza nas cidades que iam surgindo na franja pioneira.

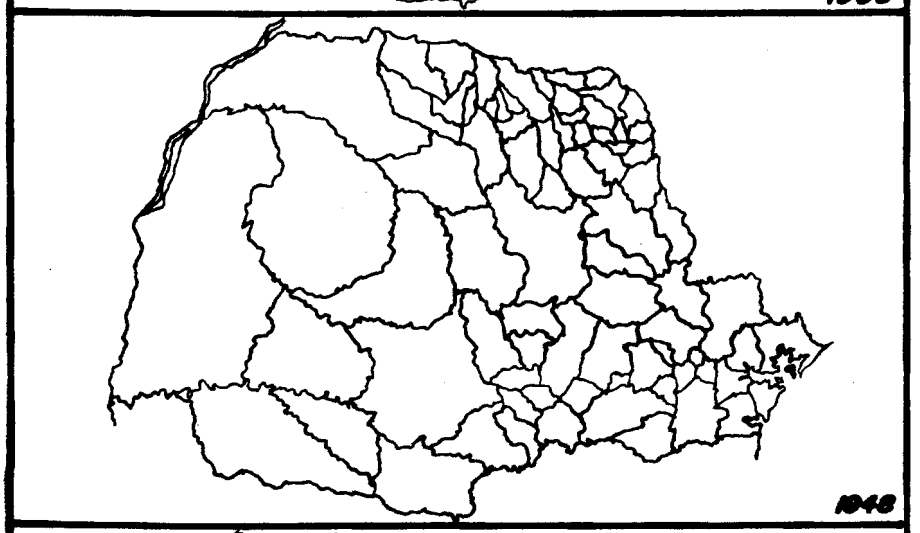
Entre 1920 e 60 o Norte do Paraná cresceu muito mais do que o restante do Estado, tanto demograficamente, quanto pelo número de municípios, mas principalmente pelos estabelecimentos agropecuários e áreas cafeeiras.

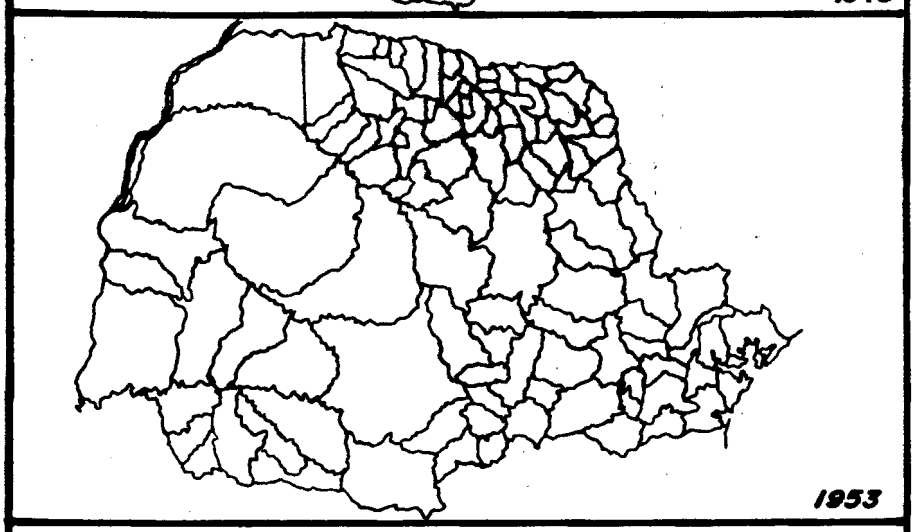
Observando o mapa 3 que apresenta a divisão municipal em 1938/48/53 e 1958, nota-se o parcelamento rápido da terra no Norte do Paraná, através da multiplicação de municípios, originados pela ocupação rápida de migrantes nacionais e estrangeiros que vinham atraídos pela possibilidade de acesso legal à terra, através da compra nos inúmeros projetos de colonização existentes na região, de iniciativa particular ou estatal, mas em especial a área colonizada pela CTNP.

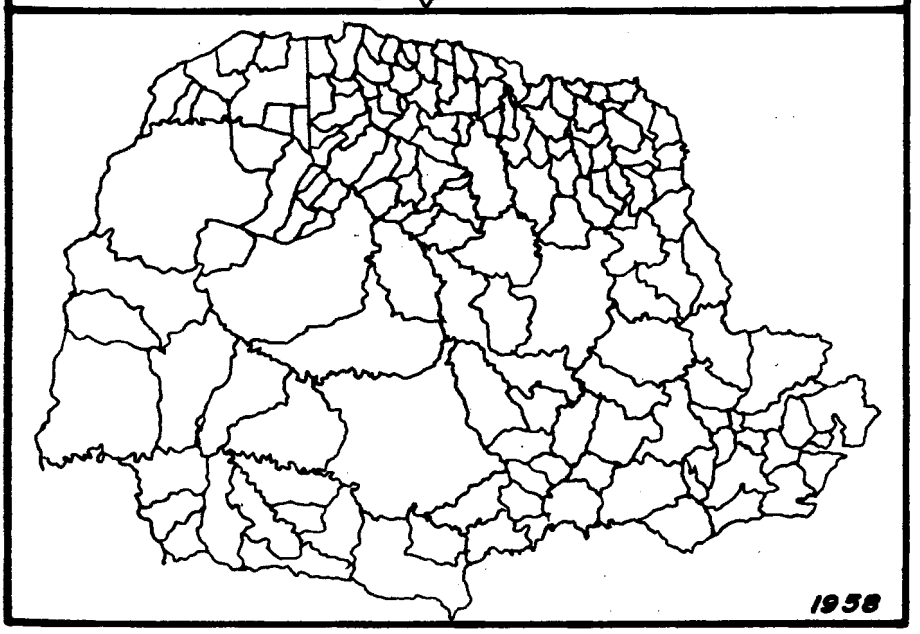
Deflagrada a Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939, a Inglaterra necessitava de recursos em escala cada vez maior, em virtude das despesas advindas com a guerra. Por isso o governo britânico adotou a política de retorno compulsório dos capitais ingleses investidos no exterior. Semenalmente, a imprensa de Londres publicava um lista de empresas oferecidas à venda em todo o mundo, entre elas a CTNP.

O engenheiro paulista Gastão de Mesquita Filho se interesssou pela magnífica oportunidade de adquirir a Companhia e foi buscar apoio financeiro e conselho com Gastão Vidgal, fundador do Banco Mercantil de São Paulo. A Companhia estava sendo co-









MAPA 3

DIVISÃO MUNICIPAL DO ESTADO DO PARANÁ

FONTE: PADIS, 1982

DES.: ANGÉLICA

locada à venda por 1.520.000 libras esterlinas. O negócio deveria ser total: as terras e mais a estrada de ferro, que era concessão do Governo Federal e por isso deveria ser ouvido antes da transação.

Gastão de Mesquita Filho tinha pressa na negociação e precisava urgentemente compor um grupo de pessoas da mais alta confiança, que desejasse participar da aquisição.

Havia no entanto um problema grave, que dificicultou e atrasou um pouco a transação.

> "O Presidente Getúlio Vargas, concordou com a trasação com uma condição: a estrada de ferro, que então se estendia de Ourinhos a Apucarana, seria adquirida pelo governo federal por apenas 88.000 contos de réis, quando o preço fixado pelos ingleses - contabilizado e reconhecido pelos orgãos oficiais - era de 128.000 contos de réis. Assim os investidores brasileiros ficavam obrigados a adquirir dos ingleses por 128.000 contos de réis e a ceder ao governo federal por 88.000, absorvendo portanto ônus correspondente à diferença, isto é, 40.000 contos de réis.
>
> Entretanto mesmo com essa condição imposta pelo governo federal, o grupo de investidores nacionais (...), considerou vanatajoso o negócio: A totalidade das ações foi absorvida por quatro grupos - Gastão Vidgal, Gastão de Mesquita Filho, Arthur Bernardes Filho e Irmãos Soares Sampaio". (CMNP, 1975:97-99)

O grupo mudou o nome da então Companhia de Terras Norte do Paraná em 1946, às vésperas do lançamento da cidade de Maringá, para Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, não alterando as diretrizes fixadas pelos ingleses. (vide propaganda anexo 2). Implementaram e diversificaram a área de atuação da Companhia alguns anos depois, visto que a área adquirida estava com seus lotes quase todos vendidos.

O escritório de vendas foi transferido para Maringá, "que oferecia perspectivas de se tornar um grande centro de vendas de terras". Criou novas cidades, detalhadamente projetadas, em lugares criteriosamente escolhidos, abrangendo terras já vendidas, servidas de estradas e com cafezais em expansão; em 1953 foi inaugurada Cianorte e em 1955 Umuarama.

O capital investido na compra da Companhia, embora vultoso, foi logo ressarcido e ampliado visto que além da venda de terras, a CMNP diversificou sua área de atuação.

> "A CMNP, além da colonização e venda de lotes, partiu para atividade pecuária formando quatro fazendas de gado (Paranapanema, Lagoa, Divina e Água do índio) e quinze fazendas de cultura e pecuária (São Francisco, Aeroporto, Pitanga, Uniflor, Fartura, Ipiranga, Guanabara, Marurê, Boa Esperança, Zona Cinco, Tucano, Tumeira, Catuetê, Palmintal e Porangatu); pesquisou calcário e como não o encontrou no Estado do Paraná, constituiu a cimento Portland Maringá, no município de Itapeva, Estado de São Paulo, muito próximo da fronteira paranaense. Além

disso assumiu o controle econômico da Empresa Elétrica de Londrina, partindo imediatamente para a construção da Usina Hidrelétrica de Apucaraninha. Adquiriu a Usina de Açúcar de Jacarezinho e tornou-se a maior acionista da Companhia Brasileira de Material Ferroviário-COBRASMA e da Braseixos." (CMNP, 1977:114)

* * *

2.Londrina - de boca de sertão à polo regional

O crescimento de Londrina se processa de maneira ímpar. A compra e ocupação das terras, por pessoas que as tinham como meio de produção, proporciona à região colonizada, em especial Londrina, um crescimento populacional, econômico, só comparado à ocupação do Oeste paulista em pleno "boom" do café; Marília, como exemplifica MULLER (1956) em seu estudo sobre o Norte do Paraná.

A riqueza da região, foi produzida pela força de trabalho humana que trabalhando na terra, baseada na pequena propriedade, sob relações não capitalistas de produção, produzindo alimentos (lavoura branca) e algodão. A partir de 1935 é que o café plantado, utilizando mão de obra familiar e instrumentos manuais, começa a produzir.

Com o preço elevado no mercado externo, a fertilidade natural dos solos e construção da ferrovia expande-se os cafezais. Esta expansão também se deve à introdução do capital financeiro na região em colonização (cidade de Londrina). Todo esse processo demonstra a inserção do norte paranaense no complexo de relações capitalistas, constituído pela produção, circulação, transformação e distribuição de mercadorias, que visam a reprodução ampliada do capital.

Londrina surge, pois, como "boca de sertão" (cidade localizada na frente pioneira, que possui o mínimo de infra-estrutura necessária, o escritório de vendas de terras, e o terminal ferroviário de uma região em colonização), e dessa forma se constitui até o final da década de 30, recebendo os compradores

de terras e a produção agrícola de toda área que na época já se estendia até Apucarana. Em 1946, com a inauguração da cidade de Maringá e a transferência do escritório de vendas da agora CMNP, Londrina não é mais "boca de sertão", mas reforça-se sua importância econômica, constituindo-se como cidade polarizadora da região.

2.1. Londrina "boca de sertão" - 1929 a 1940

Em 1929 foi aberta, em plena mata latifoliada, uma clareira, construido um rancho que, 60 anos após, seria uma das principais cidades do Estado do Paraná.

Como se formou essa cidade?

Quem são os agentes da estruturação do espaço urbano e rural londrinense?

Foi com a fundação de Londrina que a CTNP tomou posse de sua propriedade. Londrina foi "boca de sertão" por alguns anos, uma vez que nessa cidade se instalou o escritório de vendas da CTNP; era o ponto convergente da população oriunda de vários pontos do país,que procuravam terras para comprar. A ferrovia (São Paulo-Paraná) chega a Londrina em 1934, (depois de três anos parada em virtude da construção da ponte sobre o Rio Tibagi) facilitanto o transporte de pessoas e de carga, que até essa data se fazia em lombo de burro, a cavalo e depois da estrada aberta, (Londrina até o Rio Tibagi na cidade de Jatai) nas jardineiras e caminhões FORD, comunicando a área colonizada com São Paulo e o Porto de Santos.

A CTNP traçou eficazmente os planos de venda das terras e da ocupação do espaço, dando atenção especial à fundação de patrimônios e cidades maiores, de 100 em 100 Km. Londrina foi a primeira destas cidades, seguida por Maringá (1946) Cianorte (1953) e Umuarama (1955) sendo que Cianorte e Umuarama foram fundadas pela então CMNP. A preocupação da Companhia (CTNP) em fundar patrimônios de 15 em 15 Km, objetivava que o agricultor não precisasse se locomover, a grandes distâncias, para vender sua produção: "Ele venderia seu pequeno lote de sacas de café nos patrimônios, aos pequenos maquinistas, que por sua vez comercializava a sua produção nas cidades maiores, já com representantes das casas exportadoras. Por outro lado, esse pequeno proprietário não gastaria o dinheiro recebido, como o grande fazendeiro, nas grandes cidades. Ele o gastaria ali mesmo, no comércio estabelecido nos patrimônios, gerando assim uma distribuição de interesses e uma circulação local de dinheiro que constituiriam salutar fator de progresso local e regional". (C.M.N.P., 1977:79).

Desse modo, a Companhia não visava somente a venda de terras, mas havia a preocupação, capitalista, que os produtos vindos da agricultura fossem comercializados na região, a fim de que a circulação do capital se completasse também na região, visando a acumulação primitiva local, a reinversão e a reprodução do capital na própria na região.

A Companhia vende a terra, então valorizada pelo trabalho que aparece na forma de investimentos em infra-estrutura, realizados por ela, e a renda apropriada pela comercialização rápida - devido a procura crescente por essa mercadoria especial - não fica na região. Todo retorno ampliado do capital investido é enviado à "Paraná Plantation" com sede na Inglaterra.

A CTNP em seu projeto de colonização previa a venda de lotes urbanos e rurais. Era objetivo da Campanhia o estabelecimento de patrimônios de 15 em 15 Km e cidades de 100 em 100 Km. Desse modo, concretizando seus planos, havia a venda e o estabelecimento de pessoas em terras que teriam o uso urbano e rural.

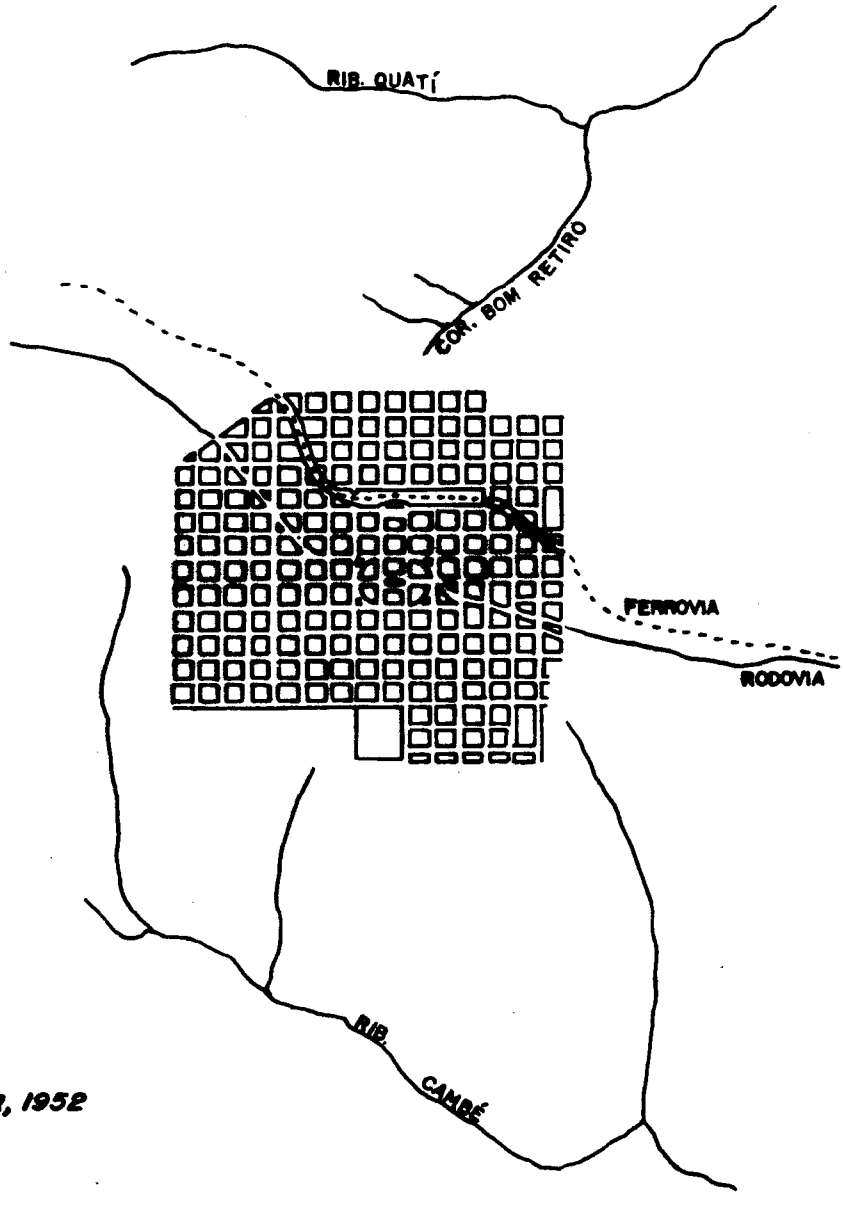
O núcleo central de Londrina foi planejado pelos ingleses, implantado sobre um espigão a oeste do Rio Tibagi, divisor de águas entre os ribeirões Cambezinho e Quati. O traçado urbano, quadrangular, na forma de tabuleiro de xadrez, foi superposto ao espigão, sem qualquer readaptação. O núcleo central foi planejado para abrigar uma população de 20 mil habitantes. (vide mapa 04)

Segundo Jornal Paraná Norte de 1934:

> "Em 1929 no local onde se ergue a cidade não havia uma única habitação (...) foi em julho deste ano que os primeiros desbravadores realizavam uma derrubada de 10 alqueires e iniciou-se a construção da estrada de Jatai e também ergueram-se os primeiros esteios de um hotel campestre. Em 1930 existia a casa da Companhia e o hotel (...) Em 1931 erguiam-se em Londrina sete casas. Em 1932 a cidadezinha começava a desevolver-se: possuia 12 casas. Isto até junho, em dezembro o número de habitações subiu a 150. Em 1933 passou a 400, para atingir 554 em ou tubro de 1934". (fotos em anexo) (IN ARIAS NETO:1989)

MAPA 4

TRAÇADO ORIGINAL DE LONDRINA-1930



FONTE: MÜLLER, 1952

DES.: ANGÉLICA

Segundo PRANDINI (1952): em 1935 Londrina já estava com 700 casas e em 1936 cerca de 1.120 casas. Aponta como fatores do crescimento espantoso da cidade a chegada do primeiro trem em 1935 e as primeiras colheitas de café do município (Londrina foi elevada a município em 1934).

TABELA 1 - População urbano-rural do município de Londrina 1935 - 1945

	População		
Ano	Urbana	Rural	Total
1935	4.000	11.000	15.000
1936	7.620	12.907	20,527
1938	10.200	18,800	32.000
1940	10.531	64.765	75.296
1945*	22.560	33.000	55.500

* Diminuição da população em consequência do desmembramento do município.

FONTE: Arias Neto. "Contribuição ao estudo das frentes pioneiras do norte do Paraná". 1989.

A reportagem do Jornal aliada aos dados da população urbana e rural do município, mostram que o aumento populacional nos 10 anos foi espantoso. Em 05 anos (1935-1940) a população é quintuplicada, só tendendo a aumentar numa projeção geométrica.

Desse modo, já em 1936 a cidade enfrenta a expansão da malha urbana, sobre áreas rurais.

> "Ao mesmo tempo que se vai adensando a área antiga, a cidade continua a crecer, expandindo-se ao norte da estação ferroviária (...). De um modo geral, Londrina cresce acompanhando sempre o traçado da Av. Paraná e estrada de ferro. Porém, desde 1936, além do perímetro urbano, começam a surgir vilas, sendo a primeira delas a Vila Agari na saída para Cambé. Entre 1937 e 1939, criam-se outras: Vila Casoni, Nova, Conceição, etc., todas ao norte da área urbana". (MULLER, 1956:85)

Se a população urbana e rural aumenta num rítmo frenético, a venda de terras pela CTNP, aumenta na mesma proporção, ou até mais velosmente, uma vez que há compradores que tanto adquirem pouca terra, 5 alqueires, quanto aqueles que compraram 50 ou mais alqueires. Dessa forma há a formação de pequenas, médias e até grandes propriedades embora as primeiras (pequenas) sejam a regra na região. Mas, não é só terra agrícola e não são só agricultores que procuram o Norte do Paraná, em especial, Londrina, para se estabelecer e trabalhar. Há a busca pela cidade, pelo trabalho na cidade. Desse modo, há a formação e o desenvolvimento de relações de produção tipicamente urbanas, como a transformação, circulação e distrubuição de mercadorias, além do financiamento da produção através do capital financeiro, que chega a Londrina em 1937, com a instalação do Banco Noroeste de São Paulo.

O rural e o urbano na região colonizada estão intimamente entrelaçados, pois enquanto o campo produz mercadorias para a comercialização e distribuição, a cidade é o locus onde se realiza a comercialização e o financiamento de nova safra. Além disso é na cidade que se fecha , que se completa a circulação e a reprodução do capital, posto que é na cidade que estão localizadas as máquinas de beneficiamento da produção agrícola, o comércio, o transporte e os bancos.

O crescimento da região londrinense se deve à vários fatores como os levantados por PADIS (1981), MULLER (1956) e JARRETA (1978) (2). Mas além destes, já a própria situação política brasileira, naquele momento, e as propagandas que eram feitas por todo o país, através da imprensa escrita, sobre a fertilidade dos solos e a viabilidade econômica do Norte paranaense, impulsionavam o povoamento e a produção principalmente agrícola, onde se destaca a comercialização de madeira milho, algodão, feijão, café e arroz. (como fica evidenciado no anexo 1)

---

(2) Aponta-se como principais causas do desenvolvimento das cidades e da região do Norte do Paraná:

- qualidades das terras; a situação da economia nacional no contexto internacional após a crise de 1929; a evolução da cafeicultura paulista nesse período; o surto da industrialização em São Paulo após a década de 1930; a atuação da Companhia inglesa que iniciou a colonização de uma gleba de mais de 500 mil alqueires paulistas nesta região; a infra-estrutura implantada pela CTNP; o elemento humano introduzido; a posição geográfica; as condições fisiográficas regionais; a experiência do homem na cafeicultura;

Em linhas gerais a situação política brasileira na década de 30/40 é marcada pola ascenção de Getúlio Vargas à presidência, sustentado pela burguesia urbana, em oposição as oligarquias rurais. Há desse modo, um incentivo as atividades urbanas em especial e industrialização e a formação de novos mercados para os produtos manufaturados de uma indústria nascente: desenvolvimento de um sentimento nacionalista e a produção agrícola voltada para produtos alimentares ou matéria-prima para a indústria alimentícia.

Segundo MULLER (1956), "essa primeira ocupação seguiu certo zoneamento: enquanto o comércio atacadista e pequenas indústrias procuravam a estrada de ferro (ao Norte), toda a área sul da av. Paraná tornou-se residencial. Esse zoneamento embora relativamente espontâneo, foi no entanto, indiretamente orientado pela CTNP, devido a difereça de preços dos terrenos." (Muller, 1956:89).

A diferença no preço da terra, diferencia espacialmente o uso que essa parcela terá, e orienta o espaço dos ricos, dos pobres, do comércio e da indústria.

---

(2) as estradas, principalmente a ferrovia como articuladora da circulação de mercadorias até o porto exportador- Santos; o cultivo de outras culturas além da pecuária.

Como demontra MULLER (1956), a área Sul pelo fato dos terrenos serem mais caros, é reservada para a ocupação de residências, de uma classe que tem capital para comprar esses lotes, uma vez que se localizam numa árera privilegiada da cidade, longe da ferrovia e do comércio: dessa forma a cidade, desde o seu início na década de 30, já foi planejada espacialmente favorecendo classes sociais, detentoras dos meios de produção, que serão servidas com melhores serviços públicos de consumo coletivo.

Ao Norte da cidade devido a proximidade com o transporte - ferrovia - há a instalação de armazens, do comércio atacadista e varejista, das hospedarias. Esse espaço, tem um preço diferenciado do da área Sul e por todo esse movimento de carga/mercadorias, as residências que se instalam a Norte da cidade têm uma valorização menor e deste modo é o espaço destinado a classe trabalhadora.

É dentro da lógica capitalista de apropriação do solo que as vilas abertas no final dos anos 30, serão comercializadas visando uma população recém migrada. São os primeiros bairros londrinenses destinados à classe trabalhadora e que até hoje guardam as características quanto a classe que reside, quanto ao aspecto das casas (de madeira).

A cidade se expande territorialmente e adensa internamente pelas construções; a população urbana aumenta rapidamente, como ficou demonstrado na tabela 1.

Na década de 40, a Companhia não tem mais lotes urbanos à venda. Os migrantes que chegam e procuram se instalar na cidade, defrontam-se com a falta de moradia e, devido a essa escassez, face a demanda, o preço no centro é extremamente elevado.

Dessa forma, o planejamento da cidade de Londrina, esboçado pela CTNP, é concretizado espacialmente e reproduzido quando no processo de expansão urbana, os loteadores seguem os planos, destinando à área Norte para a classe trabalhadora, e a área Sul para os possuidores de capital, que pagam uma renda diferencial urbana, a fim de terem direito e acesso aos serviços coletivos existentes na cidade.

Visando esse mercado latente, a procura de moradias, proprietários rurais dos arredores da cidade, parcelam suas terras produtivas em pequenos lotes, visando o mercado imobiliário, a procura de renda absoluta, pelo fato de ser o proprietário da terra e diferencial, por ter trabalho incorporado à terra e pela proximidade com o núcleo urbano.

* * *

2.2. Londrina - O desenvolvimento das forças produtivas - 1940-70

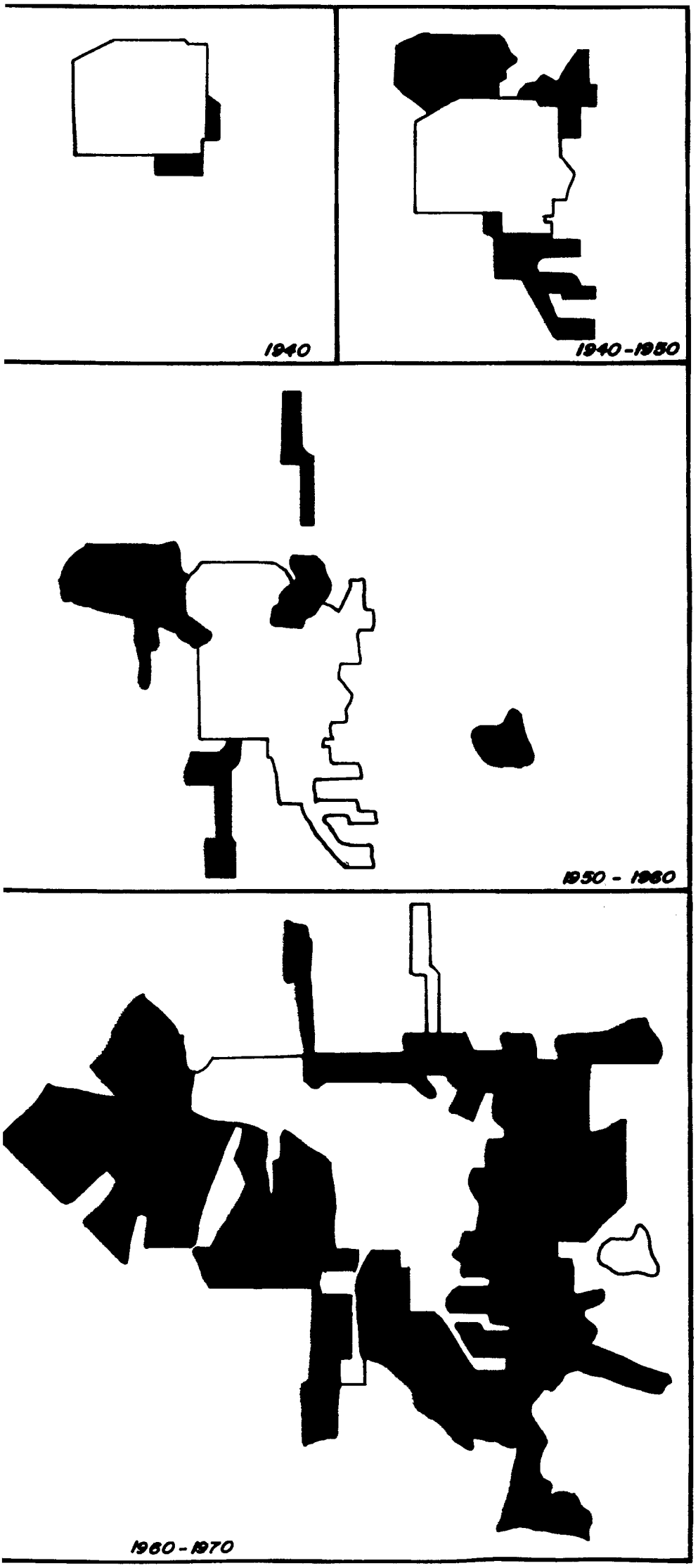
Em 1940, a cidade se espande loteando chácaras até então utilizadas para o plantio de café, como pode ser observado no mapa 05. Os loteamentos não contavam com qualquer infra estrutura, uma vez que a cidade crescia mais rápido que as obras de infra-estrutura, que somente o núcleo central era servidos por redes de água encanada, luz e arruamento.

Os loteamentos recem abertos pelos promotores imobiliários não tinham qualquer infra-estrutura, uma vez que encarecia o empreendimento e a Prefeitura de Londrina não contava com nenhuma legislação que obrigasse a equipar o novo bairro.

"No processo do loteamento, que implica a definição de lotes, aberturas de ruas, desmatamento, terraplenagem, colocação de guias e sarjetas, etc., há um trabalho incorporado, onde os loteadores esperam obter lucro. Ao se realizar a incorporação, altera-se o preço da terra e também das áreas situadas na vizinhança". (RODRIGUES, 1988:26)

Observando o mapa 05, os loteamentos na década de 1940-50 localizavam-se ao Norte e ao Sul e na década de 1950-60 à Oeste e Sudoeste. Tal expansão em direções diferentes, se deve ao momento histórico do desenvolvimento dos meios de comunicação, e quais proprietários de terras agrícolas, que estavam dispostos à se desfazer de seus cafezais e lotearem suas áreas, assim como o interesse das imobiliárias.

PRANDINI (1956) relata em seu estudo sobre a expansão urbana de Londrina entre 1930 e 50, que desde 1936, começam



MAPA 5

EXPANSÃO DA CIDADE DE LONDRINA

N

FONTE: PREF. MUN. LONDRINA

ORG.: CLAUDIA L.E. ALVES

DES.: ANGÉLICA

surgir vilas, alem do perímetro urbano. No período de 1944 a 47 já existiam 53 vilas.

"Essas vilas (...) vieram constituir grave problema para a cidade, uma vez que eram criadas com o intuito meramente comercial, não obedecendo, seu traçado, nenhuma técnica urbanística. Além disso, ao mesmo tempo que a cidade ia se expandindo, a área propriamente urbana permanecia com quadras inteiramente vazias por serem caras. A prefeitura , via suas despesas aumentarem, cada vez mais e assim mesmo, não conseguia acompanhar o crescimento da cidade (...) Em 02/01/48, foi baixado um decreto proibindo o loteamento nas adjacências da cidade". (PRANDINI, 1956:66) Só mais tarde (1954) é que surge o primeiro plano urbanístico da cidade, através da promulgação da lei 133 de 7/12/51 que estabelce o zoneamento de Londrina, assim como normaliza os loteamentos urbanos.(3)

---

(3) A Lei 133/1951 - normatiza os loteamentos quanto: a planta do loteamento; a propriedade; ao arruamento; das responsabilidades dos proprietários - arruadores, além das de terraplenagem, escoamento pluvail, drenagem, regularização de cursos d'água, as despesas para obras e instalações locais complementares do arruamento, consideradas essenciais à habilidade dos mesmos, a saber: o abastecimento de água, esgoto sanitário, pavimentação e guias, arborização e iluminação (art.20º); da proteção a mananciais e fundos de vale; da declividade do terreno; das áreas destinadas e municipalidade, ainda classifica a cidade em Zonas Urbanísticas, orientada pelas "diretrizes" da Prefeitura (Capítulo V)

TABELA 2

Evolução dos leteamentos de Londrina - 1937 a 1970

Ano	QUANTIDADE	ANO	QUANTIDADE
1937	01	1958	06
1938	03	1959	10
1939	01	1960	03
1941	01	1961	02
1946	05	1962	07
1947	16	1963	07
1950	03	1964	14
1951	01	1965	17
1952	20	1966	20
1953	16	1967	23
1955	05	1968	23
1956	03	1969	09
1957	03	1970	03

Fonte: Jarreta M.H. (1978): 101-107

Mas esse decreto não foi cumprido pelos loteadores. Observando a tabela 2, verificamos que nos anos 1948 e 49 não houve aprovação de loteamentos em razão desse decreto, mas já em 1950 é reaberta a aprovação com 03 loteameamentos.

Esses loteamentos visavam uma clientela de vários níveis sócio-econômicos, que associada a presença ou não de serviços coletivos, preço dos lotes e prazo para pagamento das pres-

tações, orientavam as classes sociais, na aquisição do lote. Há loteamentos residenciais com tamanhos que variam de 250 m2 a mais de 1000 m2, dependendo a que classes se destinavam, como também o tamanho da área a ser loteada.

Segundo a tabela 2, organizada por JARRETA (1978), de 1937 a 60, portanto em 23 anos, foram abertos 97 (noventa e sete) loteamentos. A população urbana nesse período passa de onze mil habitantes para sessenta mil, setecentos e onze habitantes (60.711), portanto um acréscimo populacional de cinco vezez e meia. (tabela 3).

TABELA 3

POPULAÇÃO RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

Período de 1935 a 1970

Ano	População		
	Rural	Urbana	Total
1935	4.000	11.000	15.000
1940	10.000	64.765	75.296
1945	22.500	33.000	*55.500
1950	33.095	38.317	71.412
1960	74.110	60.711	134.821
1970	72.262	156.570	228.832

Fonte: Muller (1956)

PDI - Londrina - 1975

*Desmembramento do município.

"A década de 50 pode ser tomada como um marco nesse processo de evolução urbana que foi submetido a maioria das grandes cidades brasileiras. é nessa época que começa a ser impressa no espaço, de modo sistemático e progressivo, uma ordem física correspondente à organização econômica da sociedade capitalista em formação. Não quer isso dizer que a determinação capitalista na produção e no consumo te- nha surgida nesse momento. é que ordenações jurídicas, conceitos e opniões especializadas e intensionalismos políticos preexistentes só então tem a sua disposição recursos financeiros e técnicos para que comecem a se realizar de forma concreta". (SANTOS, 1981:24)

Embora já existia uma lei de zoneamento que disciplina o uso da terra urbana e principalmente no que tange a abertura de loteamentos , os promotores imobiliários não cumprem a lei 133/1951 e continuam a dividir loteamentos traçando o arruamento, e demarcando os lotes a serem comercializados, sem retirarem o cafezal, visto que a necessidade de moradia é, preeemente, sendo um dos componentes fundamentais da reprodução da força de trabalho, devido ao crescimento populacional que expande o a procura por moradia, aumentando a renda a ser auferida pela venda de lotes, mesmo sem infra-estrutura.

Segundo JARRETA (1978), outro fator que propiciou a expansão acelerada de loteamentos de Londrina foi a valorização intensa das propriedades urbanas em curto espaço de tempo, sendo

este investimento um negócio altamente rentável para o investidor, mesmo daquele de pouca poupança, em virtude dos lotes serem colocados à venda em prestações a médio e longo prazo, sem reajustes.

Sendo a terra uma mercadoria, e Londrina uma cidade capitalista em plena expansão dos meios de produção através da diversificação da indústria, do comércio e dos serviços que atraem força de trabalho; há a necessidade de expansão da malha urbana visto a carência não só de moradia mas de terra como substrato para as atividades econômicas. Assim a abertura dos loteamentos encontra um mercado para os especuladores, para aqueles que investem na terra, pois sabem que é uma mercadoria especial (4), limitada, que será valorizada com a introdução de serviços públicos de consumo coletivo. (água, rede de esgoto, ruas pavimentadas, transporte, escolas, hospedarias, etc.).

Desse modo, os proprietários que forem morar nos loteamentos, gerarão renda diferencial para aqueles que só compraram a terra com vistas à especulação.Esse mecanismo de apropriação futura de uma renda diferencial ocorre em toda a cidade capitalista, onde o espaço é monopolizado.

---

(4) "A terra não é produzida , não tem um valor de produção, mas tem um preço e é comercializada no mercado (compra e venda)... cujo preço é definido pelas regras de valoraização do capital em geral, pela produção social". (RODRIGUES, 1988:18)

A monopolização do espaço urbano pelas classes sociais ou fração dela e por grupos econômicos visa a ampliação do capital através do recebimento da renda absoluta e diferencial. Dessa forma, alguns dos loteamentos abertos a partir de 40, não são ocupados de imediato, pois foram alvo de especulação (5) (Aeroporto, Shangri-lá A/B)

E qual a classe que investe seu capital em terra de uso urbano?

No caso de Londrina e do Norte do Paraná, são os agricultores, em parte pequenos proprietários, que devido a fertilidade da terra e aos bons preços dos gêneros alimentícios e do café no mercado, obtem renda. Parte da renda auferida na venda da safra é reinvestida na produção e outra é investida na compra de terra urbana, nas dezenas de loteamentos que estavam sendo abertos.

Mas, não são somente os agricultores que investem seu lucro na terra urbana, os comerciantes, os industriais o fazem também, visto ser um excelente negócio.

Segundo ASARI e TUMA (1978) - "Os estabelecimentos do comércio atacadista foram instaladados a partir da década de 40, e exploram o ramo de gêneros alimentícios, ferragens em geral, armarinhos, tecidos, derivados de petróleo, etc. Ressalta-se

---

(5) O Seminário da Unesco sobre o crescimento urbano na América Latina, chegou a conclusão, de que há realmente uma taxa de crescimento vegetativo aproximadamente análoga para o conjunto da população. Portanto, se o crescimento das cidades é muito maior, é divido a migração de origem rural, enquanto só em 50% se deve ao aumento natural. (IN CASTELLS, 1984:129)

que há muitas filiais de matrizes paulistas, com grande movimento comercial, quando viajantes percorrem a sua linha de atuação com frequência mensal ou semanal. São Paulo era o maior fornecerdor, devido a vários fatores: tipo de penetração, de povoamento, em decorrência maiores ligações em termos de circulação com a metrópole paulista do que com a capital paranaense".

Já na década de 60, o setor comercial de Londrina se destaca não pelo número de estabelecimentos, pessoal ocupado e receita gerada, mas também pela variedade e qualidade de seus produtos, como pela especialização em seu comércio tanto varejista como atacadista, atraindo consequentemente, compradores de cidades da região.(vide tabelas anexo 02)

Quanto as indústrias num primeiro momento, concentravam atividades de beneficiamento da produção agrícola regional e de fornecimento dos insumos. Depois vieram as indústrias de transformação de matérias primas de procedência extra regional como a de confecções, malharias, embalagens de papel, embalagens de plásticos.

A partir de 60, se estabelece no município grande número de indústrias. Há o predomínio de indústrias de produtos alimentares com 156 estabelecimentos, mobiliário com 38 estabelecimentos, mecânica com 31 estabelecimentos, de madeira e metalúrgica com 33 estabelecimentos, cada uma. (vide anexo 02)

Na década de 60-70, aumenta ainda mais o número de loteamentos, como pode ser observado na tabela 2 e mapa 5, sendo abertos 125 novos empreendimentos, à oeste e a leste, aproveitando a rede de transportes, em direção à Cambé e Ibiporã.

Esse período, apresenta um crescimento ainda maior da malha urbana e principalmente populacional, pois de 60.711 habitantes em 1960 passa para 156.570 em 1970, um crescimento de duas vezes e meia em dez anos, que só pode ser explicado pela migração (6), em parte o êxodo rural, proveniente das áreas de cafezais do Norte Velho e de São Paulo, em processo de erradicação, desde 1963.

A área Norte de Londrina, continua sem expansão urbana, é uma área eminentemente de uso agrícola, com a presença de vários cafezais, além da cultura de outros produtos como a lavoura branca e o algodão. A expansão urbana para essa região só se dará no final da década de 70, com a construção dos Conjuntos Habitacionais da Zona Norte. Até então é uma área que, devido a dificuldade de transpor a ferrovia, não é de interesse das imobiliárias, visto que a renda a ser auferida com a abertura de lotes nessa área, não seria compensadora (7).

---

(6) "Os proprietários, loteadores e incorporadores que , com a finalidade de reproduzir o seu capital especulativo, tributam a sociedade para ceder o monopólio de acesso a um valor de uso - a terra urbana - produzido pela coletividade". (CAMPANÁRIO, 1984:12)

(7) "Mesmo até os dias atuais, alguns loteamentos realizados no período de 1961-70, estão localizados distantes da área de futura expansão urbana de Londrina, tanto na porção Sul-Noroeste, como no Norte. Ao Norte da cidade surgiram dois loteamentos, denominados Jardim Paraíso e Parque Ouro Verde (em 1965).

> "As empresas imobiliárias se apropriam do espaço urbano, e lhe impõem uma forma caótica de uso. Este caos, porém, é inteiramente coerente com o sistema econômico em vigor. Vendem -se lotes de terra em locais desprovidos de transporte ou qualquer infra-estrututa urbana. Após haver uma ocupação intensiva do espaço, a população se organiza pora obter da municipalidade a extensão dos serviços urbanos como luz, água, segurança e sobretudo transporte". (BLAY,1979:81)

Os promotores imobiliários são os planejadores, monopolizadores e criadores do espaço urbano, orientando qual a parcela do espaço será destinada a uma determinada classe, conduzindo assim, a segregação sócio-econômica.O Estado participa deste processo através do investimento em serviços públicos de consumo coletivo, que irão diferenciar o preço da terra urbana.

A segregação sócio-econômica, enquanto parte de um amplo processo de exclusão social característico do sistema capitalista, diferencia o espaço urbano, segundo um maior ou menor investimento em serviços públicos de consumo coletivo que garantem a reprodução da força de trabalho e do capital.

Enquanto o coletivo paga para o Estado investir, através de impostos - que é uma parcela de seu salário mas também é mais valia socialmente produzida - somente a classe detentora dos meios de produção, ou a classe dominante, que fará uso desses serviços coletivos.

O processo de urbanização em Londrina, na década de 60-70, através da atuação dos promotores imobiliários e do Estado, que abrem loteamentos, prevendo a instalação de indústrias e comércio, estimula assim, a fixação dos proprietários dos meios de produção e a expansão das forças produtivas na cidade, aproveitando a força de trabalho que está sendo liberada do campo, pelas transformações na agricultura - introdução de novos produtos e novos meios de trabalho: máquinas agrícolas, defensivos - nas relações de produção e pelo Estatuto do Trabalhador Rural, que dispensa, mais e mais famílias que tem na liberação da força de trabalho sua submissão ao capital e a cidade.

Com a criação de novos espaços para a instalação industrial e do comércio, verifica-se uma renovação paulatinamente, a partir de meados da década de 60, transferindo para a região oeste as indústrias - em 1968 o Parque das Indústrias; em 1970 o Parque das Indústrias Leves e em 1975 o Parque das Indústrias Cacique, liberando toda a região Norte , para a futura valorização que se realizará a partir de 70, com a construção da variante ferroviária, a construção do Estádio do Café e dos Conjuntos Habitacionais.

Quanto à importância do programa do Plano Industrial para a região como "chamaris" para a população migrada, temos a lembrar o depoimento do Sr. João da Graça, diretor de produção da Cia Cacique de Café Solúvel, que até hoje (1990) é uma importante indústria londrinense, com projeção internacional; diz aquele diretor: "No início em 1967, não havia nenhum especialista em café solúvel no Brasil, bem ao contrário de hoje (89) quando a empresa tem a seu serviço muitos especialistas. Naquela época,

contavam basicamente, entre nossos trabalhadores com pessoas oriundas da zona rural, que precisaram ser submetidas a intensos treinamentos - um procedimento que a rigor existe até hoje. Executamos treinamentos teóricos e práticos realmente muito rigorosos para formar nossa mão de obra: (Folha de Londrina, 17/10/89).

A Cacique foi instalada em finais dos anos 50, atingindo o auge da produção nos anos 60-70. A Cacique aproveitou o café quebrado "grinder" de excelente paladar, mas sem valor econômico, na fabricação do solúvel. Trouxe para Londrina o maior especilista em café solúvel dos E.U.A. - Michael Sivetz, que treinou os primeros técnicos brasileiros.

Londrina era um local ideal, visto que o Norte do Paraná, na época, era a maior área concentrada de café do país, além de contar com vias de acesso para os portos de Santos e Paranaguá. A isto se associa a existência de mão-de-obra abundante, embora não especializada, proveniente do área rurual.

Em 1966, contava com pouco mais de 200 empregados muitos deles recém imigrados da zona rural, migração esta que só tendeu a aumentar em decorrência da erradicação do café, que teve seu auge em 1975.

Já na década de 60, Londrina é alvo da renovação urbana, quando no centro, ou na área planejada pela CTNP, casas são substituídas por prédios de apartamentos visando a classe média alta; construção de edifícios comerciais; saída do comércio atacadista e de máquinas , assim como de indústrias e armazens para zonas destinadas especificamente para esse uso (8). Todo esse processo de renovação é sustentado juridicamente e politicamente por leis de zoneamento. A primeira lei de zoneamento, data

de 1951, que foi alterada substancialmente - em especial quanto as exigencias e rigor na aprovação de novos loteamentos e a delimitação de zonas Residencial, Industrial, Comercial, Agrícola e de uso misto - em 1974 e 1987, em consonância com as necessidades políticas e capitalistas visando um reprodução ampliado do capital.

---

(8) Existem alguns trabalhos que tratam da renovação urbana de Londrina:

WADA, Oriko Flávia - Transformação no Espaço Urbano Área Central de Londrina - As Casas de Madeira - Departamento de Geociências- CCE-UEL (Monografia de Bacharelado em Geografia). 1989. (edição do autor)

MARTINES, Adilson - O uso da terra no Jardim do Sol. Londrina PR. Departamento de Geociências-CCE-UEL. (Monografia de Bacharelado em Geografia). 1978 (edição do autor)

* * *

3. Erradicação do café, êxodo rural - A mobilidade Espacial

Nacionalmente,as décadas de 60 e 70 em especial, o café foi erradicado, tendo-se como principal causa os baixos preços que o produto vinha obtendo no mercado externo, aos estoques nacionais, a concorrência do café africano que era vendido à um preço bem inferior ao brasileiro,e portanto o mais comercializado na Europa e E.U.A..

Devido a necessidade de diminuir os estoques nacionais do produto, o governo incentivou a erradicação de pés de café e sua substituição por outros produtos através do programa do GERCA - IBC criado em 1961.

O programa do GERCA tinha três objetivos: eliminar os pés de baixo rendimento, destinar a terra liberada a um outro uso, principalmente para as culturas alimentares e matérias-primas industriais, e modernizar as plantações cafeeiras restantes. O programa nessa fase teve êxito, como ,salienta STOLCKE(1986) devido aos consideráveis incentivos financeiros destinados aos cafeicultores que aderissem ao programa, sendo eles de dois tipos: empréstimos para o financiamento da maior parte do custo da erradicação dos pés e empréstimos em condições favoráveis para a diversificação com outras culturas e o replantio com variedades melhores de café.

A terceira fase do programa (1966-67) visou o financiamento e a diversificação agrícola, substituindo os pés erradicados por culturas específicas.

> "Durante as três fases do programa, entre 1962 e 1967, erradicou-se cerca de 1/3 de todos os

pés de café que existiam no país. Calcula-se que mais de 721 milhões de cafeeiros foram erradicados fora do programa GERCA, no mesmo período, totalizando no período 2.100 bilhões de de cafeeiros". (STOLCKE, 1986:202)

"No Paraná entre 1965 e 67 houve a eliminação de 96.915.998 cafeeiros dos quais 36,7% na região de Londrina". (PADIS, 1981:123)

Mas a terra liberada pela erradicação de não foi plantada com culturas que necessitam de intensa mão-de-obra. A terra foi destinada a pastagens, a milho, soja, trigo, que trazem uso elevado de máquinas e implementos agrícolas, com baixa utilização de mão-de-obra.

Portanto a erradicação generalizada do café, aumenta substancialmente o desemprego rural no Brasil a partir de 60, o que aliado ao Estatuto do Trabalhador Rural, liberou grande contingente de força de trabalho em direção às cidades, uma vez que os fazendeiros não aceitavam arcar com os encargos trabalhistas que o Estatuto previa, além de ir contra o sistema de exploração de trabalho que imperava nas fazendas de café que era o colonato, comprometendo através do assalariamento o controle do trabalho que o fazendeiro tinha sobre o colono, constituindo ameaça a seus privilégios tradicionais.

Na década de 70, continua a erradicação, porém em proporções menores, devido a Planos de Renovação e Recuperação do Café que objetivavam aumentar os ganhos dos cafeicultores e estimular o plantio de novos pés de café, usando tecnologia moderna e mudas selecionadas.

> "Em 1975, considerava-se atingida a meta do Plano, mas logo depois uma das mais fortes geadas já ocorridas nas principais regiões cafeeiras não só reduziu em mais de 1/3 a safra do ano seguinte , como também destruiu uma grande proporção dos pés. (STOLCKE, 1986:229)

A erradicação do café, a substituição por pastagens e culturas temporárias mecanizáveis, o efeito da modernização da agricultura sobre o processo de trabalho e as relações de produção, liberam força de trabalho para as cidades, constituindo o êxodo rural. Apenas parte do processo de trabalho foi mecanizado na agricultura, reforçando a sazonalidade do uso da mão-de-obra, através do assalariamento eventual.

Essa força de trabalho liberada procura a cidade, que apresenta uma expansão no mercado de trabalho, nas indústrias, no comércio, nos serviços de consumo coletivo, e portanto, no setor secundário e no terciário em geral. São as cidades de médio porte, principalmente os pólos regionais como Londrina, as mais vistadas por essa massa populacional expropriada.

3.1. O êxodo rural para Londrina

O Norte do Paraná, desde o começo deste século, foi Frente Pioneira para a produção agrícola, principalmente o café. Temos de um lado o café sendo plantado e produzido em grandes fazendas utilizando técnicas aagrícolas tradicionais e relações de trabalho familiar, baseado no sistema de colonato. De outro lado, o café foi plantado, em pequenas propriedades, utilizando mão-de obra familiar, principalmente nas áreas de colonização mais recente, nas décadas de 30 e 40, sendo Londrina uma dessas áreas.

A partir da década de 60, em especial na década de 70, o café foi erradicado em muitos municípios do Norte Paranaense, devido tanto as condições climáticas desfavoráveis como secas prolongadas e geadas fortes quanto e principalmente, ao fomento de erradicação, a fim de modernizar a cafeicultura e diminuir a área plantada, substituindo-a por cereais; estes seriam matéria-prima para a indústria alimentar implementando o mercado para a indústria de máquinas e insumos agrícolas.

Portanto, o processo de erradicação dos cafezais é amplo, abrangendo a modernização agrícola, que criaria mercado para a indústria de tratores e implementos agrícolas, que por sua vez liberariam mão-de-obra, através do êxodo rural gerarando uma massa de trabalhadores libertos que venderiam seua força de trabalho na cidade por um salário bem mais baixo, devido as suas próprias características: baixa qualificação para o trabalho na cidade e grande contingente, que além de se sujeitar a qualquer trabalho, visto ter arcado com os gastos da migração, tem necessidade de reproduzir sua força e a de sua família.

Londrina, por ser na época uma das cidades do Norte do Paraná onde as forças produtivas estavam mais desenvolvidas, ofereceu condições para a imediata incorporação, pelo sitema produtivo, de uma parcela da força de trabalho recém-migrada. São as indústrias de tranformação, principalmente de produtos agrícolas, a construção civil, o comércio diversificado, os bancos, o setor público em geral, escolas e serviços de saúde, que se constituiram em fontes de trabalho para esses migrantes.

Dadas as especificidades do desenvolvimento e crescimento de Londrina, a população migrada busca na cidade opções de emprego e consequentemente, possibilidades de melhoraria de vida e das condições para a reprodução de sua força de trabalho.

Observando os dados da tabela 04 a população londrinense duplicou de 1960 para 1970 e de 1970 para 1980, segundo dados do IBGE.

TABELA 04 População de Londrina - 1960/198

ANO	URBANA	RURAL	TOTAL
1960	74.110	60.711	134.821
1970	156.570	72.262	228.823
1980	266.940	34.771	301.711

Fonte: Perfil da cidade de Londrina -1988

Nesses trinta anos (1960-80), não só a população urbana cresceu, como a rural também, principalmente de 1960 a

1970. Esse aumento populacional no campo é explicado, em parte, pelo crescimento vegetativo - dadas as características históricas e do trabalho rural baseado na família, onde o número de filhos tem uma relação estreita com o número de braços para a lavoura - mas por outra também pela migração que procura o campo.

> "No polo da acumulação urbano-industrial, o controle das epidemias é de certa forma parte do complexo de mudanças no 'consumo' da força de trabalho cujo resultado é um novo ambiente, produzido pela interação da tendência daquele 'consumo' com a utilização de serviços sanitários de um modo geral. Neste caso, a redução da mortalidade/incremento da fertilidade da força de trabalho mostra bem mais visivelmente seus resultados na ampliação do exército industrial de reserva. Aqui, ajudado pela migragração campo-cidade, a ampliação do exército industrial de reserva ajuda a competição inter-trabalhadores, e , ao contrário do que se passa no campo, onde os 'excedentes populacionais' são constituídos maiormente pelas frações etárias mais jovens, dá-se uma precoce expulsão dos mais velhos da força de trabalho e, simultaneamente, uma incorporação mais rápida da força de trabalho mais jovem, inclusive de menores". (OLIVEIRA, 1976:23)

Há, portanto, um êxodo rural, que se acentua na década de 70, embora já experimentado desde os anos 60. Com o

acréscimo populacional verificado em curto espaço de tempo, aumentou os probelmas urbanos quanto a infra-estrutura básica e principalmente quanto a habitação, uma vez que toda pessoa precisa de uma habitação, de um abrigo.

Os problemas urbanos que já existiam em Londrina, como a falta de moradia, transporte deficiente, alimento caro e sistema de água deficitário, se agravaram, uma vez que o número de habitantes cresceu mais rapidamente que os serviços de infra-estrutura.

No final dos anos 50, no segundo mandato de Milton Ribeiro de Menezes na prefeitura, há o investimento em saneamento básico com a construção do Sistema de Esgoto Sanitário e a extensão dos serviços de água e pavimentação. Mas é na gestão de Kosken de Novaes que se inicia a construção de casas populares, incrementada a partir de 1966 com a fundação da COHAB-LD.

Contudo, é no governo de Dalton Fonseca Paranaguá (1969-73) e José Richa (1973-77), que há o fomento a geração de empregos, em vários setores do sistema produtivo, criando condições técnicas e legislativas para o estabelecimento de indústrias e aproveitamento da força de trabalho migrada.

Paranaguá, em sua gestão, promoveu a reforma administrativa, incrementou a educação, construindo escolas, nomeando e criando o quadro de professores; dinamizou a COHAB-LD, construindo quatro conjuntos habitacionais; implantou o Parque das Indústrias Leves; estendeu os serviços telefônicos e de água; melhorou o atendimento à saúde e projetou a Variante Ferroviária que, com a retirada da via férrea do centro, traria expansão e valorização das terras urbanas localizadas a Norte da Cidade.

Richa, investiu em obras de infra-estrutura que promoveram a renovação urbana em vários pontos da cidade, através da geração de valor de uso complexo, e fomentou a política e o incentivo à industrialização visando principalmente o contingente populacional que engrossava o exército de reserva. Nesse contexto, Richa efetivou o projeto da Variante Ferroviária, abriu várias avenidas importantes para a cidade; saneou vários pontos da cidade; promoveu projetos de renovação urbana e; principalmente foi dado impulso à industrialização com o Plano Integrado do Distrito Industrial, instalando oitenta e cinco novas indústrias.

Concomitantemente a elaboração e execução de uma política de erradicação de cafezais, e de incentivo à mecanização, que trariam modificações nas relações de produção, há liberação da força de trabalho que engressa e engrossa o exército de reserva, vendendo sua força de trabalho no mercado urbano. Esse contingente populacional é elemento importante para a efetivação de uma política que busca, de um lado, a ampliação do consumo para produtos manufaturados e de outro, força de trabalho para as indústrias que se instalam na região, atraídas pelos benefícios e incentivos que a Prefeitura oferece.

3.2. - A mobilidade espacial - O caso dos moradores dos conjuntos.

As modificações ocorridas no campo e o movimento migratório para a cidade de Londrina são determinados pela divisão social e territorial do trabalho, transformação tecnológica na agricultura, pela expansão da indústria, do comércio e dos serviços na cidade - dito de outra forma, pelo desenvolvimento das forças produtivas (e relações de produção) exigido pela acumulação ampliada do capital. Tais processos exprimiu-se na população dos conjuntos estudados e são recuperados através do inquérito e de seus relatos de vida.

Da população residente nos conjuntos, apenas 57 (25,68%) dos chefes de família (homem ou mulher) nasceram em Londrina. Dos que nasceram fora de Londrina (74,32%), 91 (55,2%) vieram do campo e 74 (44,8%) da cidade.

Os migrantes vindos do campo, 77,4% não trabalhavam em terreno próprio: 35,71% eram arrendatários; 26,19% eram assalariados; 21,37% eram meeiro/parceiro; 8,3% eram diaristas e 2,3% eram colonos e 6,13 trabalhavam em terreno próprio.

Como arrendatários, meeiros ou porcenteiros, plantavam lavoura branca, constituída por milho, arroz e feijão, além de café, amendoim e/ou girassol. Plantavam pouco soja/trigo, em virtude de serem culturas que exigem maquinário e eles não terem acesso ao financiamento para aquisição de máquinas.

Mais da metade dos entrevistados (59,0%) estavam insatisfeitos com as condições de trabalho. Dentre as razões apontadas temos: ganhava pouco 45,0%; faltava financiamento

15,0%; terra pouco fértil 10,0%; faltava tudo, regime de escravo 10,0%.

Essas condições e dificuldades no trabalho agrícola foram assim descritas nos depoimentos:

-"No sítio, o trabalho, a vida é tipo de escravo". (quadra 06)

- "Sempre toquei sítio com café, porcentagem. Capinava. Nós era o maquinário. Tinha que pagar beneficiamento. Ficou ruim.Trabalhava muito, e não dava para pagar a dívida. Em Tamarara, arrancaram o café e plantaram pasto e rami". (quadra 33)

- "Trabalhava em Presidente Prudente como lavrador em terreno arrendado.Trabalho familiar, plantava algodão. Em 1963 fui para Arapongas, plantava café em família. No retiro tinha criação - leite. Plantava lavoura branca entre o café. O café colhia e secava - 60,0% do patrão, 40,0% livre em dinheiro, vendia o café junto com o patrão. Sai de Arapongas porque piorou as condições de trabalho. A geada queimou o café. Arrancaram o café e virou pasto. Todos os colonos sairam ao mesmo tempo. Uns foram para a cidade, outros foram para o sítio". (Seu Josir)

Vários são os Estados de origem dessa população migrada, como fica demonstrado na tabela 05. Há uma participação mais expressiva do Estado do Paraná com 73,6%, São Paulo 11,3%, Minas Gerais 6,6% e Bahia 2,4%.

TABELA 05 - Os Estados de origem dos moradores dos conjuntos.

Região	Estado	%	nº
NE.....	Alagoas	0,2	02
	Bahia	2,4	21
	Ceará	0,7	06
	Paraíba	1,0	09
	Pernambuco	2,2	19
	Rio Grande do Norte	0,2	02
N.....	Pará	0,1	01
CO.....	Mato Grosso do Sul	0,1	01
	Mato Grosso	0,1	01
SE.....	Espírito Santo	0,2	02
	Minas Gerais	6,6	58
	Rio de janeiro	0,7	06
	São Paulo	11,3	100
S.....	Paraná	73,5	649
	Rio Grande do Sul	0,2	02
	Santa Catarina	0,2	02

Fonte: Pesquisa "in loco". 1989.

A migração não é direta para Londrina. Observando os dados da Tabela 6 em relação à tabela 5 verifica-se que há uma expressiva participação do Paraná (77,3%) e de São Paulo (17,5%), havendo uma diminuição dos outros estados do Sudeste e do Nordeste como locais da última residência.

Há, desse modo, uma grande mobilização espacial a nível nacional, de uma população que busca melhores condições de vida e de trabalho, num movimento que de início acompanha a mobilidade dos pais, mas que depois se amplia, no momento em que filhos de migrantes, deslocam-se novamente para regiões que ofereçam opções de emprego e possibilidades de enriquecimento.

Esse movimento é orientado, historicamente , pelo desenvolvimento das forças produtivas, que acompanha o movimento mais geral de expansão do modo de produção capitalista.

TABELA 06 - Último Local de Residencia do Chefe da Família

Região	Estado	%	nº
NE.....	Pernambuco	0,6	01
	Paraíba	1,3	02
SE.....	Minas Gerais	1,9	03
	R.de Janeiro	0,6	01
	São Paulo	17,5	27
CO.....	Mato Grosso	0,6	01
S.....	Paraná	77,3	126

Fonte: Pesquisa "in loco". 1989.

Os dados da tabela 6, e os depoimentos de alguns moradores, clarificam o processo migratório desde a origem primeira dos migrantes, aos vários locais urbanos e rurais, pelos quais passaram, até fincar raízes em Londrina.

- "Vim do Crato-CE, com meus avós, ainda pequena, pra Cruzeiro do Sul-PR. Depois me casei e mudei para Maringá-PR, e agora Londrina.Sempre morei na cidade". (quadra 14)

- "Nasci em Marília-SP, fui para Terra Boa-PR, onde fiquei 05 anos. Depois casei, vim para Londrina". (quadra 12)

- "Saí de Artinópolis-MG com 17 anos e vim para Atalaia no Norte do Paraná, onde fiquei por quatro anos e voltei para Minas Gerais na cidade de Poços de Caldas onde fiquei por seis anos. Depois vim para Londrina". (quadra 19)

- "Vim de Minas Gerais para Santa Catarina, fazenda Itaúna, onde fiquei por cinco anos. Depois vim para o Patrimônio São Luís-PR com meus pais. Tinha 14 anos. Casei lá e fui para Tamarana, morava em colônia, fiquei por seis anos. Depois Guaravera, como bóia-fria e Londrina.(quadra 33)

Além da mobilidade, uma característica encotrada nos depoimentos é a migração acompanhando os pais ou parentes mais velhos. Na tabela 7, observa-se que 46,8% dos entrevistados sairam do local de nascimento com menos de 10 anos de idade, tendo ainda uma elevada faixa dos 11 a 20 anos (36,4%).

Esses dados representam uma realidade migratória, quanto ao movimento se verifica principalmente entre os 15 e 30 anos, por fatores econômicos - procura de melhores opções de emprego - ou sociais como a oferta de escolhas e serviços de saúde.

TABELA 07 - Idade em que sairam do local de nascimento

Idade	nº	%	acumulada	
> 1 a 10	81	46,8	81	46,8%
11 a 20	63	36,4	144	83,2%
21 a 30	18	10,4	162	93,6%
31 a 40	07	04,0	169	97,7%
41 a 50	03	01,7	172	99,4%
50 a +	01	00,6	173	100,0%

Fonte: Pesquisa "in loco". 1989.

O tempo de permanência no último local de residência (Estado ou município) em 32,9% dos entrevistados é inferior a 05 anos, o que associado aos depoimentos e local de nascimento, demosntra o alto grau de mobilidade espacial dessa população que buscava em Londrina, melhores condições de vida, uma vez que a cide oferecia possibilidades para uma imediata incorporação dessa força de trabalho pelo sistema produtivo em expansão na década de 60-70.

Os entrevistados chegaram a Londrina em 59,8% dos casos nessa época ou seja no período de 1959 a 1978; apenas 27,0% de 1979 a 1989 e 13,2% antes de 1958. Vieram em busca de melhor emprego (50,40%); acompanhando aa família (24,32%); pela influência de parentes e amigos que estavam bem instalados na cidade (13,06%); estudo para os filhos (5,86%); outros motivos (6,30%).

- "Estou há dois anos em Londrina. Vim de Formosa do Oeste, depois de ter pssado em Maringá e Bernadino de Campos. Meu irmão mora aqui em Londrina, meu filho veio primeiro, bom emprego. Lugar grande tem emprego bastante, principalmente para gente que morava em lugar pequeno, tem bastante. Minha filha arrumou emprego logo de telefonista, depois recepcionista e agora é fiandeira da BRATAC". (quadra 25)

Além das razões já apontadas, o depoimento enfatiza a comparação entre cidades, sendo Londrina considerada como "lugar grande" e outras cidades, como "lugar pequeno".

Tal comparação e classificação de Londrina como "lugar grande" é devido a posição que ocupa na região como polo regional e quanto a sua participação no processo de produção e reprodução do capital.E "lugar pequeno" são cidades onde não há indústrias e somente um pequeno comércio local incipiente. Londrina seria uma área de atração que determina a orientação da migração definida pelos fatores de expulsão.

> "Entre os fatores de atração, o mais importante é a demanda por força de trabalho, entendida esta não apenas como gerada pelas empresas industriais, mas também a que resulta da expansão dos serviços, tanto dos que são executados por empresas capitalistas como os que são prestados por repartições governamentais, empresas públicas e por indivíduos autonomos". (SINGER,1987:41)

Na tabela 8, nota-se a variedade de trabalho em que migrantes se empregam, logo nos primeiros meses que chegam a Londrina. Esses dados demonstram a incorporação rápida dessa mão de obra no sistema produtivo, numa proporção maior em trabalhos que requerem pouca especialização, sendo visto o primeiro emprego, como estágio de ambientação e estabelecimento de vínculos e relacionamento na cidade.

TABELA 08 - Emprego dos migrantes no primeiro mês em Londrina.

Tipo de Emprego	porcentagem
Doméstica	20,7
Construção Civil	16,3
Vendedor	12,8
Vigilante/porteiro	10,0
Transportes	9,2
Escritório/bancos	7,0
Técnico	7,0
Comércio	4,2
Funcionário público	2,1
Bóia Fria	3,6

Fonte: Pesquisa "in loco".1989

"Nem sempre o migrante possui as qualificações necessárias nem a bagagem cultural exigida pelos novos empreendimentos;(...) não é incomum,

que migrantes já cheguem endividados, sendo obrigados a trabalhar durante certos períodos por baixos salários para pagar custos de viagem". (SINGER,1987:41)

Como pode ser observado na tabela 8, existem nos conjuntos, trabalhadores temporários assalariados no campo, os bóias-frias (3,6%), que trabalham em serviço de poda, limpa e colheita de café, algodão e rami, nas fazendas localizadas nas imediações dos Conjuntos ou nos Municípios limitrofes à área Norte da cidade.

Alguns desses trabalhadores, embora temporários, têm uma fazenda certa para trabalhar; outros se sujeitam ao "gato", como explica Dna. Adelina, em seu depoimento:

-"Estou em Londrina a mais ou menos 25 anos. Antes de chegar na cidade, passei por vários sítios. Saí do sítio por causa de doença. Mas até hoje trabalho como bóia-fria em algodão e café. Gosto mais de trabalhar com algodão. Pagam no final da semana. Trabalho em sítio perto dos conjuntos; faz 04 anos que tô no mesmo sítio. Tem aqui um ponto de bóia-fria, a venda do 'Ceará'. Bóia-fria é melhor porque não tem compromisso, não se lasca, não se cansa. Diarista, só falta morrer de trabalhar".

Pelo fato de Dona Adelina, ter problemas de saúde, para ela é melhor o serviço de bóia-fria, pois trabalha quando tem vontade e saúde, e quem faz o ritmo do serviço é ela. Se colher mais, ganha mais, se colher menos, ganha menos. Compara esse serviço com o de faxineira/diarista na cidade:-"E sempre o mesmo serviço, cansa mais e o patrão não dá valor. Tanto faz fazer bem limpo ou não, o ganho é igual".

é cumum em Londrina, em época de colheita, a população empregada na cidade, sem carteira assinada, deixar o serviço urbano pelo do campo. O ganho é maior, principalmente se os filhos menores ajudarem na colheita.

Embora os migrados se identifiquem com a terra è necessitem estar em contato com ela, acharem que o trabalho da roça é mais livre que o da cidade, são unânimes em preferir a vida na cidade, principalmente pelo conforto. Conforto de ter água encanada, luz, transporte, mercado e, especificamente no caso dos moradores, de ter a sua terra para plantar, ter a casa para se abrigar.

* * *

CAPÍTULO II

- REPRODUÇÃO DO CAPITAL, DA FORÇA DE TRABALHO E POLÍTICA HABITACIONAL - 1970-1980

Com o crescimento populacional de Londrina, principalmente pelo êxodo rural, provenientes de várias cidades do Norte do Paraná, mas também de outras regiões do país, intesificam-se os problemas urbanos, principalmente quanto a habitação, escola, saúde, transporte e trabalho.

O poder público, a partir de 1963/69, com o Prefeito José Kosken de Novais, se preocupa mais com o social, melhorando a Assistência Social do Munc/pio, a construção de casas populares com a criação da COHAB/LD, o serviço de água e esgoto.

Em 1969/72, na administração de Dalton F. Paranaguá, houve a dinaminzação da COHAB/LD, com a construção de sete conjuntos, num total de 8.000 unidades residenciais; há o incremento da educação, através da construção 36 escolas municipais.

Em 1973 a 76, na Administração de José Richa, há a construção de sete conjuntos, com 769 unidades residenciais, mas o forte dessa administração foi a implantação e execução do Projeto de CURA, que compreende à execução de melhoramentos urbanos: galerias, meio-fio, pavimentação, construção de mercados e etc, atingindo doze bairros. O objetivo maior desse projeto é equipar bairros de ocupação antiga, por população de baixa renda, elevando o imposto territorial com as melhorias implantadas a fim de

que essa população deixe o local, uma vez que, com a expansão da cidade, esses bairros estão no "centro", sendo áreas valorizadas, havendo o interesse imobiliário para uma futura ocupação por uma classe de renda mais alta.

Uma dessas áreas é o Guanabara, à sudoeste da cidade, que com a contrução do Lago Igapó em 60, de suas mansões a beira do lago e de loteamentos de alto padrão, é necessário que a população de baixa renda deixe o local e haja toda uma renovação urbana. Hoje esse bairro é ocupado pela classe média/alta. Em 1990, tal tendência, só tende a aumentar, já que a Construtura kouri - uma das maiores construtoras de Londrina e detentora de muitos projetos imobiliários principalmente nessa região - está contruindo o Shopping Center Catuaí, o que tem trazido a valorização dos terrenos e toda uma modificação no zoneamento da área, beneficiando assim, os promotores imobiliários e proprietários de terra.

Mas é de 1977 e 80, que há o incremento na produção de moradias para a classe de baixa renda. Nesse período são construidas 18 unidades habitacionais num total de 11.377 casas. é a administração de Antônio Belinati, que estrutura os Conjuntos Habitacionais na Zona Norte.

1 - Expansão urbana, reprodução do capital e da força de trabalho.

Londrina, tem um crescimento populacional estrondoso, em três décadas (60 a 80), característicos de áreas de frente pioneira, mas intensificado pelo êxodo rural, devido a mudança na política agrícola nacional, com a intensificação da tecnificação agrícola, a erradicação de pés de café, a necessidade de formação de mercado urbano nacional e de mão-de-obra para as indústrias que se instalam na região.

Houve, desse forma, a liberação de mão-de-obra que procuram a cidade, constituindo uma população de expropriados, em busca de trabalho nas cidades, já que o campo experimentava uma transformação profunda nas forças produtivas e nas relações de produção: por um lado, substituiu-se o trabalho humano pela máquina, por outro substituiu-se o trabalho familiar pelo assalariamento.

A cidade é, antes de tudo, uma aglomeração para produzir em escala crescente e ampliada. Por isso é que nela estão concentrados o capital e o trabalho. A concentração do capital e do trabalho e as mercadorias por eles produzidas tem lugar na cidade que é um espaço produzido e reproduzido, atendendo às necessidades do capital, de sua reprodução ampliada, e de outro, à reprodução humana.

> "Assim o urbano é fruto da dinâmica do desenvolvimento das forças produtivas que aí se desenvolvem plenamente e mais especificamente da grande aglomeração, onde as condições gerais

de produção se encontram mais evoluídas." (CARLOS, 1988:42)

Se por um lado, há efetivamente o crescimento populacional (vide tabela 9) há também, mas não só por isso, a expansão da cidade de Londrina pelos loteamentos, cada vez mais distantes do centro, forçando a valorização das terras.

TABELA 09 - População rural e urbana do município de Londrina período de 1935 a 1990

Ano	Urbana	Rural	Total
1935	4.000	11.000	15.000
1940	10.500	64.765	75.296
1945	22.500	33.000	55.500*
1950	33.095	38.317	71.412
1060	74.110	60.711	134.821
1970	156.570	72.262	228.832
1980	266.940	34.771	301.711
1990	388.089	31.325	419.414

(*)Diminuição da população devido ao desmembramento do município.
Fontes: Muller - 1956; PDI de Londrina; Censo IBGE - 1980 e Perfil de Londrina - 1990.

Como afirma LIPIETZ (1982): "A força de trabalho necessita de um lugar para alojar-se e reproduzir-se. Na cidade há uma concentração de enormes multidões proletárias que precisa

alojar-se bem ou mal, e que só se alojam tendo em vista a reconstituição de sua força de trabalho, de modo a poder continuar a produzir. Sua habitação é um 'custo social de exploração', contrariamente àquela da burguesia e das classes dominantes, que é um meio de plenitude que conta como 'renda'."(LIPIETZ, 1982:07)

Na cidade tudo o que é consumido é comprado no mercado através do salário que um contingente populacional recebe pela venda de sua força de trabalho, a fim de garantir condições mínimas para a sua reprodução. Dentre essas condições mínimas destacamos o consumo de alimentação, transporte, saúde, vestuário e habitação. O salário que cada trabalhador recebe, deveria cobrir os custos de sua reprodução.

Como o salário é menor que os custos de sua reprodução, o trabalhador busca diminuir gastos, introduzir novos membros da família no mercado de trabalho, produzir valores de uso, subterfúgios para a renda familiar aumentar.

A casa tem um peso elevado no custo da reprodução da força de trabalho, pela excepcionalidde desta mercadoria, pelo fato de estar ligada à propriedade da terra.

Bem ou mal, longe ou perto, o trabalhador tem que morar e, "como todo espaço espaço urbano é propriedade privada, mesmo a pior localização (deficitária em todos os serviços públicos de consumo coletivo) tem que ser comprada ou alugada." (SINGER, 1982:25) O aluguel é uma renda e a renda diferencial é maior ou menor de acordo com o investimento e a localização da habitação na cidade. "O aluguel da casa tem não só de pagar os custos da construção mas também de cobrir as reparações e o valor médio de dívidas incobráveis, aluguéis não pagos, bem como de

eventuais períodos em que a habitação esteja vazia, e, finalmente de pagar em amortizações anuais o capital investido na construção de uma casa que com o tempo se vai tornando inabitável e sem valor. (...) uma parte do aluguel consiste em renda fundiária". (ENGELS, 1984:29)

A casa é para o capital uma mercadoria, produzida pela indústria da construção civil, que tem a excepcionalidade, comparada a outras mercadorias, de ter um período longo para completar a rotação do capital, compreendendo o tempo gasto na construção da habitação e o tempo gasto no seu total consumo.

Além disso para se efetivar, a mercadoria casa antecede a necessidade física da terra, que está presa à propriedade da terra. Portanto, para se ter acesso à habitação necessita-se ter acesso a uma propriedade ou pagar para poder usufruí-la, mesmo que seja como substrato para a real mercadoria que será consumida.

> "O uso do solo na economia capitalista é regulado pelo mecanismo de mercado, no qual se forma o preço desta mercadoria 'sui-generis' que é o acesso à utilização do espaço. Este acesso pode ser ganho mediante a compra de um direito de propriedade ou mediante o pagamento de um aluguel periódico. (...) A 'produção' de espaço urbano se dá, em geral, pela incorporação à cidade de glebas que antes tinham uso agrícola".(SINGER, 1982:23)

Devido as especificidades históricas da produção do espaço urbano de Londrina, a necessidade de moradia, por uma mas-

sa de migrantes cada vez maior, e por ser a casa uma mercadoria, a terra anteriormente utilizada para a agricultura, como meio de produção, é tida como mercadoria que tem um preço.

Sendo a terra propriedade privada, é necessário pagar um preço para ter acesso a ela. LIPIETZ (1982) entende que o "capital fundiário", não existe. O que o promotor ou a pessoa que quer ter acesso a terra compra, é o direito jurídico da terra, portanto ela paga um tributo ao proprietário da terra.

Para SEABRA (1979), "a terra tem assim um preço, porque só assim se pode transacionar com ela no mercado (...), o preço da terra é uma equivalência em dinheiro definida e redefinida no tempo e também no espaço". (SEABRA, 1979:82.83)

Para o proprietário de terra agrícola, o cafezal é seu capital fixo no qual investe, a cada ano, capital circulante, na forma de adubos, inseticidas, fungicidas, etc., com o trabalho de assalariados - capital variável - que lhe permite a cada colheita retirar por sobre essa força de trabalho, com o insentivo do Geverno e a conjuntura do mercado , uma elevada renda da terra.

A queda do preço do café no mercado internacional, embora com preços elevados no Brasil (preços fictícios, já que o Governo pagava a diferença) que não puderam se sustentar por muito tempo, leva a uma política de erradicação dos cafezais com o apoio do GERCA.

Com essa erradicação ou o proprietário planta outro produto, ou apenas mantém a propriedade como reserva de valor a fim de especular no mercado imobiliário. Essa é a situação das terras próximas à Londrina e que, devido ao momento político eco-

nômico brasileiro, vai caracterizar o precesso de expansão urbana a partir de 1960, intensificado após 1975.

Geralmente o proprietário das terras especula no mercado imobiliário de duas formas: 1) aguarda que as 'melhorias' cheguem às vizinhanças de sua propriedade, valorizando-a para então vendê-las, relaizar a renda diferencial ou, 2) vende a propriedade aos promotores imobiliários, auferindo renda absoluta.

Os promotores imobiliários compram a terra e a loteiam, não as equipando com serviços urbanos, principalmente se o loteamento for destinado à classe trabalhadora. Essa prática é comum, por parte dos promotores imobiliários em todas as cidades, embora haja uma lesgislação que normatiza e estabelece quais são os serviços urbanos necessários e indispensáveis para um lote ser habitável.

A norma existe, mas não é cumprida, visto que o que interessa para o capitalista é o retorno rápido do capital investido, e se a população alvo for a de renda baixa até cinco salários mínimos, a lei de zoneamento não é seguida e a localização do loteamento é distante das áreas servidas por serviços públicos de consumo coletivo, pois nessa área há uma baixa renda diferencial, consequentemente o preço da terra mais baixo.

EVERS (1984), exclarece a lógica do desrespeito pelos regulamentos vigentes e ao código de construção, por um simples cálculo: "uma imobiliária que lotear um espaço; 20% deste espaço não pode ser vendido, pois é o espaço necessário para as ruas; sobram 80% da superfície, que se divide em lotes de 125m2 - este é o tamanho habitual em São Paulo; seus gastos incluem: administração, propaganda, terraplanagem do terreno e das estra-

das de barro. Com estes gastos ela poderia vender o lote ao preço total de cem salários mínimos ou uma prestação mensal de um salário. Como se modifica este cálculo se a imobiliária respeitar as normas urbanísticas? Primeiro ela teria de reservar 25% e não 20% para as ruas, além disso 15% de espaços livres e 5% para instalações comunitárias, restanto 55% para a venda. O tamanho mínimo exigido pelas normas é de 250m2, ou seja, o dobro do que se tornou normal. Além dos gastos já mencionados teria de se considerar gastos para cascalho, calçadas, canais e arborização. O lote já seria, pelo tamanho duplo, duplamente mais caro; se a imobiliária quiser atingir o mesmo lucro apesar da superfície de venda diminuida, cada lote será quase três vezes mais caro e com os gastos adcionais para as melhorias urbanas ainda mais do que isto, em torno de trezentos Salários Mínimos; a prestação mensal (no prazo de 10 anos) seria já de três Salários Mínimos. Com isto um tal terreno não estaria nas possibilidades dos 73% da população a procura de moradia e na faixa de até seis Salários Mínimos." (EVERS, 1984:40)

Os compradores em potencial desses loteamentos que se multiplicam na década de 60 e 70 (mapa 6) são migrantes que tendo acumulado alguma poupança, tem a oportunidade de comprar um lote na cidade, com parcelamento do pagamento. Além dos recém-migrados, há os trabalhadores já fixados na cidade que compram a terra com igual proposito e dificuldade que os migrados, mas também, há aqueles que compram terra, mesmo em loteamentos distantes, só para especular.

> "O Acesso a serviços urbanos tende a privilegiar determinadas localizações em medida tanto

maior quanto mais escassos forem os serviços em relação à demanda. Em muitas cidades, a rápida expansão do número de seus habitantes leva esta escassesz a nível crítico, o que exarceba a valorização das poucas áreas bem servidas. O funcionamento do mercado imobiliário faz com que a ocupação destas áreas seja privilégio das camadas de renda mais elevada, capaz de pagar um preço alto pelo direito de morar. A população mais probre fica relegada às zonas pior servidas e que, por isso, são mais baratas". (SINGER, 1982:27)

Mas não são todos os migrantes que tem dinheiro para comprar um pedaço de terra na cidade para morar. Muitos são ex-colonos, que trabalhavam nos cafezais, parceiros e meeiros, e que não conseguiram formar uma poupança, tendo somente sua força de trabalho para vender, por qualquer salário, a fim de garantir as mínimas condiçoes para reprodução de sua força de trabalho e de sua família.

Dadas as características dessa força de trabalho, e da premencia em morar, vão se alojar com parentes, em cortiços ou em barracos, que dia a dia formam aglomerações - favelas nos fundos de vales escamoteados pela vegetação - localizados preferencialmente no eixo leste-oeste da cidade.

O espaço urbano londrinense se amolda para atender às necessidades da produção e da circulação de mercadorias, com a expansão territorial da cidade, através da abertura de loteamentos, da construção de conjuntos habitacionais, das áreas destinadas ao comércio e à indústria.

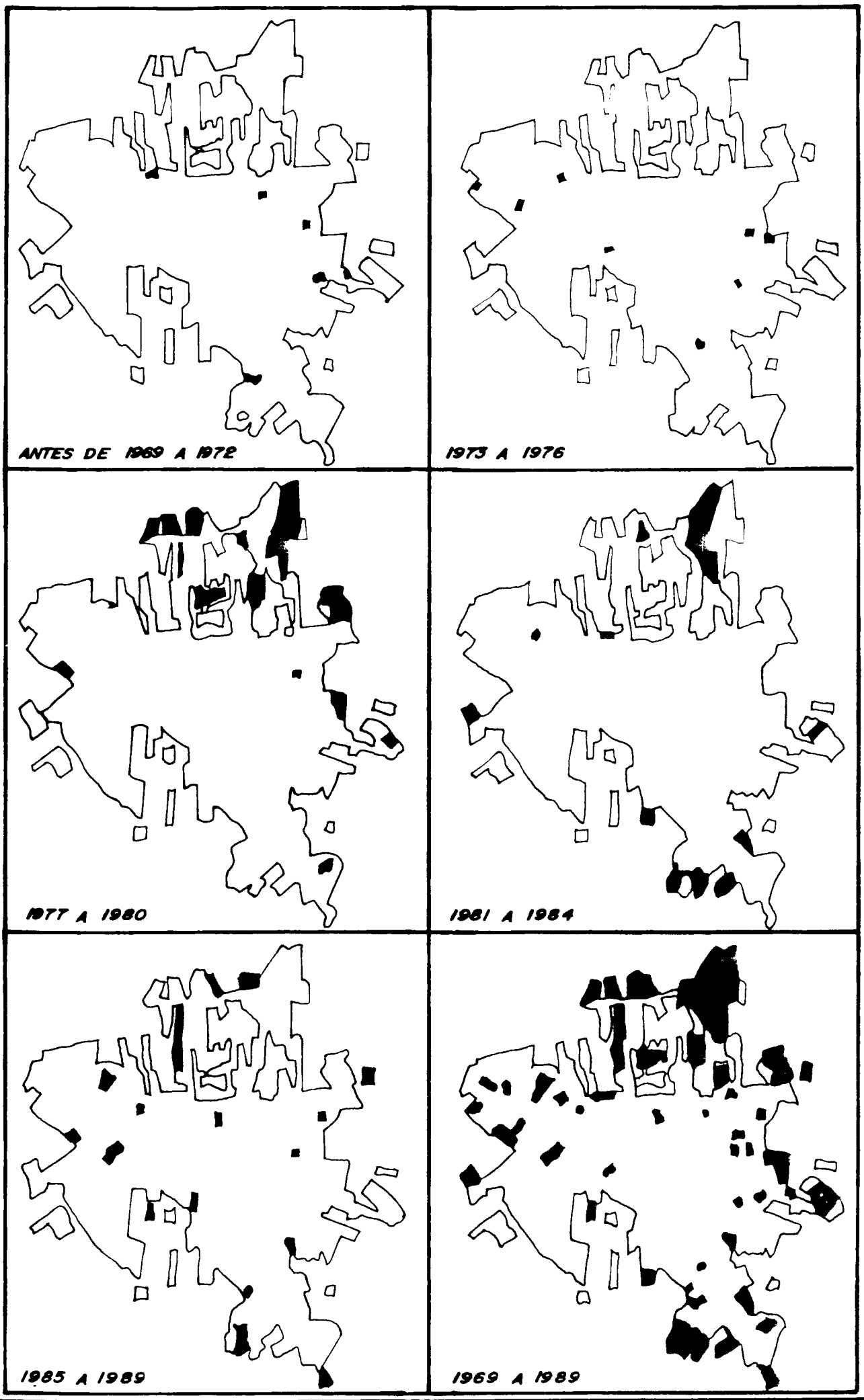
Se o capital monopolista necessita acumular de forma ampliada na circulação de mercaorias e estando a cidade cada vez maior, ou seja as habitações localizadas nos mais diversos pontos, distantes do centro, o Estado, representando os interesses das classes (ou frações da classe dominante) garante a circulação de mercadorias para diversos pontos de consumo da cidade, estendendo os serviços públicos de consumo coletivo até eles.

A habitação tem um papel importente no ciclo de rotação do capital privado e do capital social. Ela "é uma componente decisiva do famoso 'consumo social médio' que fixa o valor da força de trabalho. (...) Mas no estado atual do capital (monopolista), há a necessidade (para o capital) de desenvolver o raio de circulação de suas mercadorias, em particular sobre o terreno mais estável possível: aquele da própria reprodução da força de trabalho". (LIPIETZ, 1982:07)

A construção dos conjuntos habitacionais mediada pelo Estado através da política habitacional do BNH, vem ao encontro dos interesses do capital, que de um lado garante a monopolização de espaços urbanos para futura especulação, de outro, além de fixar a força de trabalho na cidade, garantindo o consumo e desenvolvendo o conceito de propriedade, quando o trabalhador de baixa renda, compra uma casa própria.

MAPA 7

CONJUNTOS HABITACIONAIS - 1969 - 1989



DES.: ANGÉLICA ORG.: CLAUDIA L.E. ALVES

067 A

2 - A política municipal e os conjuntos habitacionais.

O crescimento demográfico pela migração rural urbana; o crescimento da malha urbana em decorrência do grande número de novos loteamentos para as várias classes sociais; o aumento da riqueza e da pobreza, a segregação sócio-espacial se intesifica, assim como a geração de valor de uso complexo se realiza mais facilmente pós 69, com a construção de vários conjuntos habitacionais. Há o crescimento quantitativo e qualitativo do comércio e serviços, das indústrias que espacialmente vão se concentrando no Parque das Indústrias Leves, Cilo 1,2 e 3 e próximo à estrada de Ibiporã - Av. Brasília.

A construção dos conjuntos habitacionais em Londrina, foi de suma importância para garantir níveis mais altos de renda para os proprietários de terras, de mais-valia para os detentores dos meios de produção e níveis cada vez mais baixos de salários e consequentemente das condições de reprodução da força de trabalho.

> "Entre os muitos problemas e necessidades que sempre aflingiram a população dos maiores centros urbanos do Brasil- falta de alimentação adequada, falta de atendimento médico, falta de transportes satisfatórios entre a moradia e o trabalho, falta de oportunidades educacionais, falta de condições satisfatórias de habitação e de serviços públicos, e, principalmente, falta de renda para adquirir os bens e serviços acima referido - a habitação popular

é eleita pelo Governo Federal em 1964, como 'problema fundamental'". (BOLAFFI, 1982:42)

Os conjuntos Habitacionais foram uma das formas que o Estado, através da Lei 4.380 de 02/08/1964, que instituiu o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) encontrou para amenizar o problema habitacional de grande parcela da população, que recebe menos de cinco salários mínimos, submetida a uma política de arrocho salarial, procurando aliviar as tensões sociais urbanas.

> "O S.F.H. possibilitou a capitalização das empresas ligadas à provisão de habitações, permitiu a estruturação de uma rede de agentes financeiros privados, permitiu a realização do financiamento à produção e também o financiamento do consumo. (...) O mercado de terras urbanas também se modificou com o financiamento do SFH, principalmente porque a hipoteca para o financiamento passou a ser o futuro edifício e não o terreno. Dessa forma o mercado de terras fica mais atrelado ao setor produtivo imobiliário." (MARICATO, 1987:30)

Em Londrina teve início a construção de casas populares na gestão de José Hosken de Novais (1963-1969), com a criação do Fundo Municipal de Assistência para a Casa Própria e a constituição da COHAB-LD.

No governo de Dalton Fonseca Paranaguá (1970-1972) há a dinamização da COHAB/LD com a construção de quatro conjuntos habitacionais, localizados na porção leste e sul da cidade, como pode ser obsevado no mapa 7.

Mas é no terceiro período de atuação do BNH (1971-1979) (9) e devido as próprias características do desenvolvimento das forças produtivas em Londrina que há o incremento de construção de casas populares em Conjuntos Habitacionais.

De um lado, temos uma classe de trabalhadores que tem uma renda baixa e mora mal em favelas, cortiços ou casas de aluguel localizadas em bairros distantes; força de trabalho pouco qualificada, recém-migrada do campo, que busca em Londrina melhores oportunidades de emprego. De outro temos a política municipal a partir de 1973, com Richa, incentivando o estabelecimento de indústrias aliada à política habitacional, que garante financiamento à construção civil na construção de Conjuntos Habitacionais, mas também em edificações para a classe média/alta, fomentando o processo de renovação urbana em algumas áreas da cidade, em especial o centro.

---

(9) "O fato de maior significado no período, foi a transformação do BNH em banco de segunda linha, ou seja, repassador dos recursos aos agentes. (...) As taxas de juros dos empréstimos do BNH às Companhias Habitacionais foram reduzidas e tabeladas; Os Estados e Municípios, também foram beneficiados na redução das taxas de juros pelo BNH, no que diz respeito aos serviços de infra-estrutra e aos equipamentos coletivos dos conjuntos habitacionais. Enfim, verficou-se um fortalecimento no desempenho dos agentes promotores e executores - COHABs - que obtinham novas fontes de remuneração de seus serviços, e mecanismos de assistência técnica e financeira do BNH."(SOARES, 1988:125-128)

Foi na gestão do Prefeito Antônio Belinati (1977 a 1982), que a construção de Conjuntos Habitacionais e obras públicas, como a construção de avenidas, variante ferroviária, novo Terminal Rodoviário ganham impulso. Essas obras reorientariam as áreas de expansão da cidade, visto que com a construção da variante a linha férrea sairia do centro, possiblitanto a construção de uma via expressa (efetivada em 1988- Leste-Oeste). Com o Novo Terminal Rodoviário, houve a desapropriação de imóveis localizados na Vila Matos. A escolha desse local para a construção do terminal não é acidental, há uma pressão social no sentido de que se retire a área de meretrício, os prostíbulos que nessa região se localizavam.

O município, com dinheiro advindo da Política Habitacional, patrocina a renovação urbana em Londrina, gerando valor de uso complexo (10), em áreas que não interessam ao capital imobiliário como a Zona Norte. Desse modo, a renda da terra na região aumentará, haverá a expansão urbana para essa área, principalmente depois da construção dos Conjuntos Habitacionais da Zona Norte, os "Cinco Conjuntos", como é popularmente chamado. (mapa 6 e 7).

---

(10) Valor de uso complexo (articulação quantitativa, qualitativa e especial de vários valores de uso específico "vias de transporte e comunicações; sistema de captação, tratamento e distribuição de água, sistema de recolhimento de esgoto, sistema de distribuição de energia, moradia, etc.). (RIBEIRO, 1982:34-35)

Belinati entrega na sua primeira gestão (1977-82) à classe trabalhadora de baixa renda, com renda familiar de zero a três salários mínimos, aproximadamente quinze mil unidades residenciais, em sua maioria casas de 43m2, 35m2 e 21m2 construídas em terrenos de 215m2.

Para Belinati a prioridade número um de Londrina em 1977 era a habitação. Em entrevista realizada em dezembro de 1989, Belinati nos esclarece alguns pontos de sua primeira gestão:

-"é difícil destacar uma prioridade, eram várias. Londrina tinha 1.134 casas populares feitas por todos os outros Prefeitos juntos, não tinha nenhum posto de saúde na área municipal, nós tinhamos um desafio, que era tirar também a ferrovia do centro, havia alguns vales a serem saneados, mas acredito que moradia, já de há muitos anos é uma prioridade de grande importância no Brasil.

-"Agora quando você pega alguém, pagando aluguel, casando ou até mesmo retardando o casamento como ocorre com muita gente, que deixa o casamento para depois, porque acha que seu salário, seu rendimento não é suficiente para pagar o aluguel de uma casa. De forma que eu via que o problema de moradia era em 1977, o número um.

-"O que eu sempre analisei e dizia na campanha, que iria construir 5.000 casas, é porque eu conhecia o drama desse povo, que era o drama de muitas vezes trabalhar em Londrina e além do problema de morar na favela ou com parentes, ou no fundo do quintal; era também porque eu conhecia, esse pessoal que uma parte trabalhava em Londrina, e pelo fato do aluguel aqui ser im-

possível, eles moravam em Cambé, Ibiporã, Rolândia, Jataizinho e vinham para Londrina todo dia trabalhar.

-"E aqui antes de eu ser Prefeito a primeira vez, era uma coisa incrível. A demanda, a procura por uma casa para alugar era tão grande, que a imobiliária, quando colocava um anúcio, ela já impunha condições para os candidatos, uma delas, não pode ter filho pequeno.

-"E vendo tudo isso é que eu comecei a concentrar o meu trabalho para fazer estas casas. Fizemos 5.000, fizemos 10.000, fizemos 15.000, que é um dos mais perfeitos do Brasil em modelo, porque aqui todos os conjuntos tem asfalto, tem iluminação razoável, tem escola até 8ª série, tem piscina, tem ginásio de esporte, tem igreja Católica e Protestante.

-"Como nós fomos conseguindo muitos Conjuntos para Londrina, nós chegamos a uma perfeição tal naquele momento, que a pessoa ia á COHAB, e tinha tanta casa - e a Rádio me questionando porque que eu estava fazendo tanta casa, que ninguém iria querer, que os conjuntos iram ficar vazios, que era um absurdo, que era aplicar mal o dinheiro do povo - fazia inscrição e menos de trinta dias depois estava com a mudança dentro de sua casa. Então a gente podia despensar muitas formalidades. Hoje, ao contrário, nós temos em Londrina quase 500.000 habitantes e um défict de mais de 50.000 casas populares.

-"Foi escolhida a Zona Norte de Londrina para construir os conjuntos, primeiro porque tinha uma área boa e disponível, e o preço do terreno também era muito mais barato. Os políticos ignorantes e que não conhecem o que é política habitacional me criticavam muito, principalmente na época, dizendo que o Con-

junto é muito longe, tem que ser mais perto. Ora, eu posso construir um Conjunto no bairro Canadá, no bairro do Aeroporto e no alto da Higienópolis, posso. Agora, o que é que é um projeto habitacional? Você tem o custo do terreno, o custo da construção, soma tudo, divide para o cidadão pagar em 10, 15, 20 no máximo 25 anos. Se o Conjunto está afastado um pouco do centro, porque o terreno é mais barato ele já não pode pagar a prestação, você imagina uma casa mais próxima do centro, então, nós escolhemos a Zona Norte em função do preço do terreno.

-"Qualquer lugar que você fizer um Conjunto Habitacional tem que levar infra-estrutura. Então nós fizemos, bancamos e nós tivemos na época a felicidade através do BNH e Projeto CURA de conseguir muito dinheiro, mas muito dinheiro, para fazer esses acessos totalmente pavimentados até os Conjuntos Habitacionais; hoje seria inviável. Hoje além de você ter uma prestação cara, o dinheiro que Prefeitura recebe é para fazer a casa; o resto - escola, asfalto, iluminação - tudo isso será debitado dos cofres da Prefeitura.

-"A terra era escolhida dentro de um critério de seleção. Então nós escolhemos aquela área, para à implantação dos Conjuntos Habitacionais. E nós estamos destinando parte daquela área hoje para um futuro distrito industrial.

-"A Zona Norte era o preço mais barato. O que nós adotamos como critério, é concentrar um grande número de casas na Zona Norte. Estabelecemos com a diretoria da COHAB, que isso não impediria que colocassemos alguns conjuntos em pontos estratégicos de Londrina... para atender uma população que trabalhasse nessas outras regiões a fim de poder dispensar o ônibus". (BELINATI)

No final da década de 70, existiam recursos vindos do BNH, através do PLAN/HAB (Plano Naional de Habitação), para a construção de habitação para a população de baixa renda. Belinati aproveita esse momento, constrói e entrega já no seu primeiro ano de mandato - 6735 casas, distribuidas em dez Conjuntos Habitacionais, sendo que oito localizados na Zona Norte, entre eles o Aquiles Stenguel e Luís de Sá.

Como ficou demonstrado na entrevista com Belinati, a construção dos Conjuntos Habitacionais na Zona Norte da cidade foi devido ao preço da terra, que nessa porção do espaço é mais barata.

E porquê?

Primeiro, a cidade não se expande para a área Norte, estando a terra ainda na década de 70, usada para agricultura. Soma-se o fato da ferrovia estar na ativa, prejudicando a comunicação com esse espaço, e ainda existir os armazéns e o comércio pesado. Um espaço segregado.

Segundo, no planejamento elaborado pela CTNP essa porção da cidade, a terra tinha um preço menor, justamente devido à localização da ferrovia e portanto, foi destinada à bairros para uma classe com renda mais baixa. Quando da expansão territorial da cidade verificada já na década de 40 essa tendência se reforça. São Bairros como Vila Nova, Casoni, na década de 60 Parque Ouro Verde, Jardim do Sol, entre outros.

Para o capitalista, não interessa investir naquele espaço, visto que o retorno desse capital será lento e com uma taxa de lucro menor, do que o investido em outras áreas da cidade. LIMA (1978) chama a atenção em seu trabalho, na necessidade

do Estado efetivar o projeto da variante ferroviária, a fim de que a ferrovia saia do centro, que é um empecílio para a expansão da cidade para o Norte.

Em terceiro, existem muitos cafezais naquela porção, e devido à geada e ao baixo preço do café, há o interesse por parte dos cafeicultores em erradicar os cafezais e se a proposta for boa , ou seja, se a compra da terra pagar o investimento no cafezal mais a renda absoluta, o proprietário, venderá a terra para uso urbano.

Foi o que ocorreu. A terra no Norte da cidade, devido a sua localização e o baixo valor de uso complexo existente, tem o preço mais baixo, comparativamente a outras áreas da cidade.

-"Agora, a grande concentração de conjuntos foi na Zona Norte, porque o terreno tinha no mínimo 1/10 do valor do terreno na Zona Sul."(Belinati)

> "Há que se considerar também que a intervenção do Estado nas questões de Habitação - que não pode ser desvinculada de 'consumo coletivo' -, interfere no preço da terra urbana. Ao mesmo tempo, viabilizando grandes projetos habitacionais ou de infra-esturutura, ele redefine a localização intra-urbana, os usos da terra e provoca alterações no preço da terra urbana". (RODRIGUES, 1986:40)

A partir da entrega dos Conjuntos em 1978 e o investimento em serviços públicos de consumo coletivo, as terras são valorizadas. Há o lançamento de loteamentos entre os Conjun-

tos e o centro da cidade. São 15 Km de distância entre eles, valorizados por avenidas, luz, água, telefone; serviços que foram estendidos até os Conjuntos, com a intervenção do Estado nesse espaço através da construção dos conjuntos, da variante ferroviária, enfim da geração de valor de uso complexo, aumentado a renda fundiária a monopolização do espaço nas mãos de capitalistas, utilizando o espaço urbano como mais uma fonte de sobre lucro.

LOJCKINE (1979), caracteriza a apropriação monopolista do espaço pelo Estado Imperialista na fusão do monopólio financeiro e o monopólio fundiário, trazendo "novos elementos ligados à formação de um capital financeiro público que se encarrega de todos os setores - hoje todas as partes de setores - onde o capital está desvalorizado. Portanto, a apropriação monopolista se caracteriza, seja pela recuperação da renda diferencial gerada pelo financiamento público de diversos equipamentos urbanos (renda de situação), seja através da apropriação de diversas rendas geradas pela 'valorização' do terreno ou sua simples retenção por locatários capitalistas, depois da compra, a bom preço, de terreno equipado pela coletividade." (LOJCKINE, 1979:90)

A Zona Norte da cidade, ainda hoje tem uma paisagem 'sui generis', pois o uso agrícola e urbano da terra se misturam. Há ainda cafezais, culturas temporárias representadas pela soja, trigo, milho e algodão, que se intercalam espacialmente com indústrias, comércios e Conjuntos Habitacionais.

Como pode ser observado na tabela 10, nos mapas 7 e 8, os Conjuntos Habitacionais, construídos pela Prefeitura através de recursos do BNH e FGTS, repassados para várias Companhias

TABELA 10 - Conjuntos Habitacionais construídos em Londrina até 1989.

CONJUNTOS HABITACIONAIS CONSTRUÍDOS EM LONDRINA ATÉ 1989.

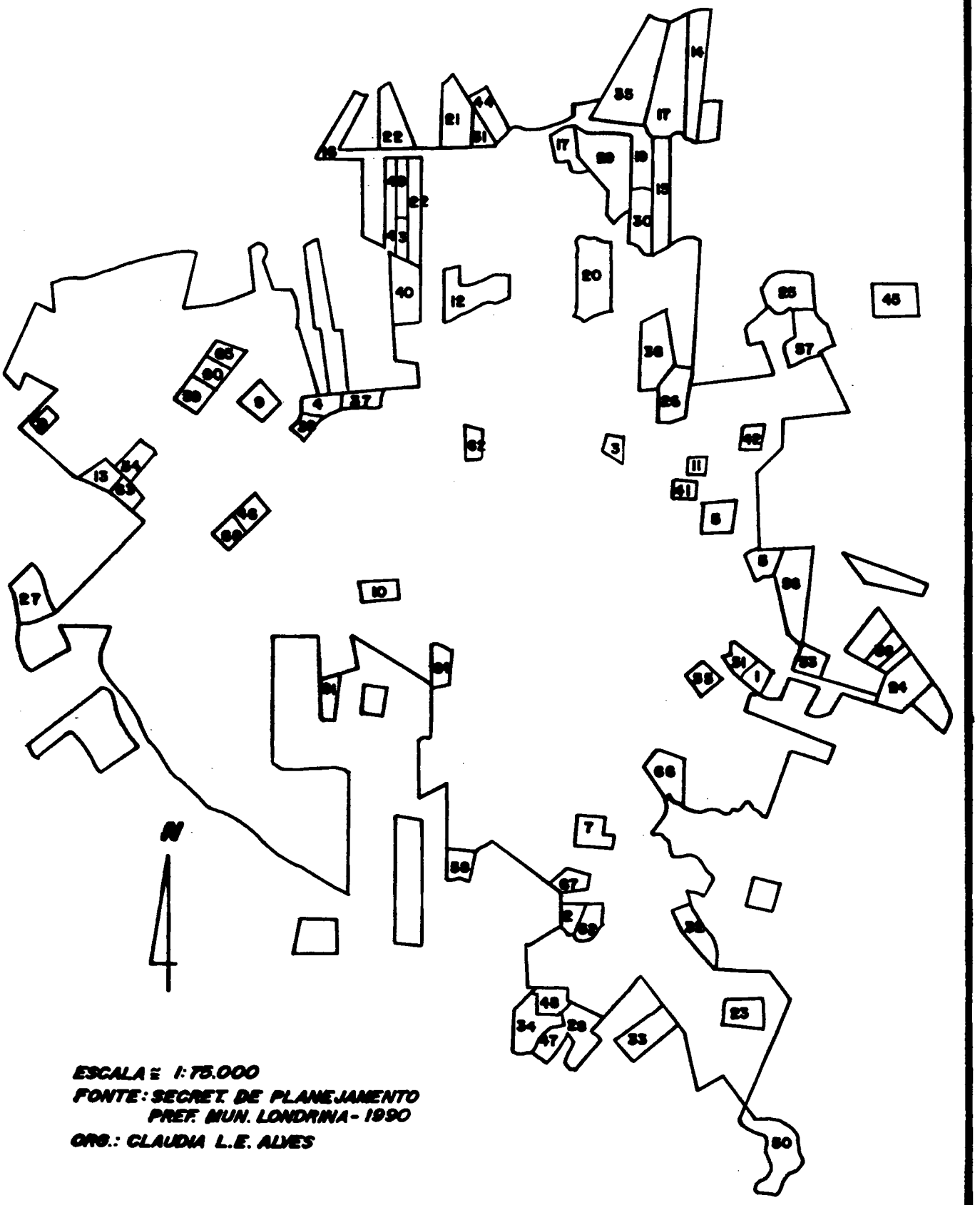
ORGÃO / ANO	COHAB - LD		INOCOOP		COHAPAR		IPE		CAPSML		COHABAN		TOTAL	
	CONJ.	UNIDADES	CONJ.	UNIDADES	CONJ.	UNID.	CONJ.	UNIDADES	CONJ.	UNIDADES	CONJ.	UNIDADES	CONJ.	UNIDADES
ANTES DE 1969 a 1972	05	564	-	-	03	295	-	-	-	-	-	-	08	859
1973 a 1976	05	478	02	291	-	-	-	-	-	-	-	-	07	769
1977 a 1980	16	10449	02	928	-	-	-	-	-	-	-	-	18	11377
1981 a 1984	12	7282	02	350	-	-	-	-	-	-	-	-	14	7632
1985 a 1989	14*	592*	01*	144*	-	-	03*	702*	06*	564*	-	-	24*	2002*
	13	2404	01	223	-	-	-	-	-	-	01	144	14	2627
	27	2996	02	367	-	-	03	702	06	564	01	144	38	4773
TOTAL	65	21769	08	1936	03	295	03	702	06	564	01	144	85	25410

* apartamentos

FONTES: Perfil do Município de Londrina dos anos de 1986;88 e 89
Relatório da COHAB - LD anos de 1988 e 89.

Organizado por Claudia L. E. Alves.

MAPA 8
LOCALIZAÇÃO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DE LONDRINA-PR



ESCALA ≅ 1:75.000
FONTE: SECRET. DE PLANEJAMENTO
PREF. MUN. LONDRINA - 1990
ORG.: CLAUDIA L.E. ALVES

DES.: ANGÉLICA

Distribuição de unidades por conjuntos habitacionais construídos em Londrina até 1989.

Conjuntos COHAB/LD	Nº de Uni/	Ano/En.
01. VITÓRIA RÉGIA	132	1970
02. FLORES	90	1970
03. BARRAVENTO	34	1971
04. CHARRUA	139	1971
05. PINDORAMA I E II	169	1972 e 1976
06. SÃO PEDRO	105	1973
07. JERUMENHA	141	1973
08. GÁVEA	65	1973
09. MARUMBI	92	1976
10. PRESIDENTE	75	1976
11. SÃO JOSÉ	68	1977
12. RUY VIRMOND CARNACIALLI I e II	549	1978
13. LAURO DA VEIGA GOMES	124	1978
14. AQUILES STENGUEL GUIMARÃES	1.000	1978
15. JOÃO PAZ	814	1978
16. CHEFE NIWTON GUIMARÃES	287	1978
17. SEBASTIÃO DE MELLO CESAR	350	1978
18. LUIS DE SÁ	1.000	1978
19. SEMÍRAMES DE BARROS BRAGA	871	1978
20. MILTON GAVETTI	740	1978
21. VIVI XAVIER	1.000	1978
22. PARIGOT DE SOUZA I E II	1.170	1979
23. SÃO LOURENÇO	687	1979
24. ERNANI MOURA LIMA I E II	810	1980 E 1981
25. MISTER ARTHUR TOMAS	600	1980
26. NOVO AMPARO	379	1980
27. AVELINO ANTONIO VIEIRA (PANISSA)	600	1981
28. ANIBAL SIQUEIRA CABRAL (CAFEZAL I)	660	1981
29. VIOLIN (VICENTE J. MELLO)	1.536	1982
30. NUBAR BOGHOSSIAN (SEMÍRAMES II)	366	1982
31. MANOEL GONSALVES (VIVI II)	215	1982
32. JOÃO BATISTA BARROS (ROSEIRAS)	402	1982
33. TITO CARNEIRO LEAL (SALTINHO)	460	1983
34. OSCAVA GOMES DOS SANTOS (CAFEZAL II)	720	1983
35. MARIA CECÍLIA SERRANO DE OLIVEIRA (PARRA)	1.978	1983
36. GUILHERME PIRES (BROZETE)	210	1983
37. PARANOÃ (NOSSA SENHORA DA PAZ)	47	1983
38. SANTA LUZIA (NOVO AMPARO II)	15	1985
39. WLADIR FARAI (CHARRUA II)	40	1986
40. EUGÊNIO M. V. M. M.(OURO VERDE I)	24	1986
40a.JOSÉ OSÓRIO GALO (OURO VERDE II)	40	1986
41. LUPÉRCIO LUPPI (PARQUE SÃO GABRIEL)	32	1986
42. CARLOS CLEMENTINO MOREIRA (VILA RICARDO III)	32	1986
42a.EVALDINA ALMEIDA DA SILVA (VILA RICARDO IV)	32	1986
43. PAGIGOT DE SOUZA III SETOR A e B	260	1988
44. MANOEL GONSALVES (VIVI III)	94	1988
45. EUCALÍPTO (JOSÉ M. BARROSE) SETOR A e B	469	1988
46. ITAOCA I	32	1988
47. CAFEZAL III (BÁRBARA DATIER) SETOR A e B	264	1988
48. CAFEZAL IV (ANTONIO M. NOGUEIRA) SETOR A, B,C,D	281	1989
46. ITAOCA II,III E IV	160	1989
49. PARIGOT IV SETOR A,B,C,D	281	1989
50. JARDIM UNIÃO DA VITÓRIA	462	1989
DISTRITOS		
01. MANOEL BATISTA VIEIRA (TAMARANA)	88	1983
02. TAMARANA (ENES BARBOSA)	72	1988
03. LERROVILE	50	1988
04. GUARAVERA (NADIR J. FERREIRA)	73	1988
05. PAIQUERÊ	50	1988
06. PIONEIROS DO CAFÉ (WARTA)	33	1988

DISTRIBUIÇÃO DE UNIDADES POR CONJUNTOS HABITACIONAIS CONSTRUÍDOS EM LONDRINA ATÉ 1989.

COHAPAR	UNIDADES	ANO
51 Café	228	1969=
52 Três Marcos	20	1972=
53 Novo Aeroporto (Vila operária)	47	1972=
Total.....	295	
INOCOOP		
54 Orion	231	1973=
55 Santos Dumont	60	1976=
56 Antares	340	1980=
57 Lindóia	588	1980=
58 Igapó (V. do Arboredo)	105	1984=
59 Stª Rita I	245	1984=
60 Stª Rita II	223	1986=
61 Água Verde	144	1988
Total.....	1936	
IPE		
62 Res. Tietê	300	1986
63 Jamaica B1,B²,B³	192	1988
64 Res. Margens do Igapó	210	1988
Total.....	702	
COHABAN		
65 Stª Rita III	144	1988
CAPSML - COHAB		
C. Res. Cambezinho I	96	1989
66[" " " II	90	1989
" " " III	90	1989
67 " " Tucano	96	1989
68[" " Aimará I	96	1989
" " Aimará II	96	1989
Total.....	564	

Fonte: Perfil do Município de Londrina de 1986,88 e 89

Companhias em Londrina - COHAB/LD, INOCOOP, IPE, CAPSML, COHABAN e COHAPAR - constroem em terrenos distantes, desprovidos de serviços coletivos, objetivando a apropriação monopolista do espaço.

A COHAPAR (Cooperativa Habitacional do Paraná), atuava antes da estruturação da COHAB/LD (1965-69), efetivando a construção de três conjuntos habitacionais, com 295 unidades.

Segundo a Prefeitura Municipal de Londrina: o INOCOOP é uma sociedade civil de prestação de serviços, sem fins lucrativos que atende as famílias com renda entre 4 e 8 salários mínimos mensais, tendo construído, em Londrina 08 conjuntos, totalizando 1.936 unidades residenciais.

Em 1984, o IPE (Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado) - através do Programa Nacional de Habitação ao Servidor Público, iniciou a construção de Conjuntos Habitacionais para atender os servidores municipais, estaduais e federais, que tenham renda familiar, mensal superior a 5 Salários Mínimos. Até 1989 o IPE entregou à população 702 unidades residenciais, em sua totalidade apartamentos.

A CAPSML (Caixa de Assistência e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina) até 1987 só atuava no setor da saúde. Na administração de Toshihiko Tan, a CAPSML promoveu a construção, juntamente com a COHAB/LD, de 564 unidades de apartamentos com metragem que variam de 49,56 m2 até 67,96 m2, tendo sido entregue em 1989.

Em 1985, a Prefeitura de Londrina, já na administração de Wilson Moreira, se preocupa com a urbanização e melhoria das áreas faveladas. São projetos da Prefeitura na área de habitação.

Dar solução à ocupação irregular das áreas favela-das dotando-as de infra-estrutura e equipamentos urbanos sociais mínimos. Melhorar as codições da população favelada de forma a permitir sua integração ao espaço urbano, fixando-a na área já ocupada, preservando sua estrutura social e cultural e possibili-tando-lhe acesso à propriedade da terra e habitação.

Lotes urbanizados (loteamento popular). Objetivando oferecer lotes a baixo custo, que aliado a um programa de cons-truçã de habitação, dará oportunidade à população efetivamente de baixa renda, ter acesso a uma moradia.

Lotes urbanos isolados - (FICAM) Atender especifi-camente aqueles que embora sendo proprietários de um lote urbano, adquirido com sacrificada poupança, não possuem renda sufiente para a construção da casa própria, através das linhas de finan-ciamento existentes.

Habitação nos Distritos de Londrina - Busca-se o assentamento do trabalhador rural de baixa renda, na própria zona rural, deixando-o dentro do seu campo de trabalho, oferecendo lo-tes de baixo custo nas sedes distritais, que aliado a um programa de construção de habitações, lhe propricia moradia conforme suas condições sócio-econômicas.

Em 1986, com o fechamento do BNH, o setor de habi-tação passa sérias dificuldades, construindo poucas unidades re-sidenciais, segundo o relatório da Diretoria da COHAB de 1988. "Este foi o ano marcado por sérias dificuldades administrativas. A Caixa Econômica Federal fechou as portas a novos financiamen-tos, a partir do início do ano, com o surgimento de uma nova pro-posta por parte do Governo Federal, cujo objetivo era de conter o

tão falado déficit público. A medida visava oferecer financiamentos a empresas privadas somente. A participação da Companhia seria simplemente a nível de assessoramento, em cada empreendimento. Essa alternativa,não resultou em nada concreto, tendo-se verificada ausência absoluta de contratos firmados nessa modalidade em termos nacionais. Enquanto isso, crescia e cresce, dia a dia a carência habitacional, com o serviço de cadastramento da COHAB, indicando 30.000 inscritos, aguardando com ansiedade a sonhada ocasião de conseguir a casa própria." (Relatório da COHAB, 1988)

Para AZEVEDO (1982), muitas são as razões para que o Estado intervenha na produção da habitação analizando-a dentro da lógica econômica e da perspectiva ideológica, chamando a atenção para o papel 'saneador' da política de habitação nos bairros populares.

> "Dentro da lógica econômica, a habitação é um dos elementos essenciais à reprodução da força de trabalho. O fornecimento da habitação pelo Estado é visto como um fator que leva à redução dos custos com a força de trabalho e por conseguinte, à redução dos salários. Ao mesmo tempo cria condições para assegurar uma valorização do capital, através da indústria da construção civil. E finalmente, a produção da habitação é um meio de eliminar as crises cíclicas da economia gerando por um lado, empregos e por outro, maior acumulação de capital. No campo ideológico, o poder público, ao possibilitar a aquisição da casa própria, obtém

> uma mudança no comportamento político-ideológico do proprietário que se torna mais conservador e ajustado ao 'status quo'. Domestica as classes populares, assegurando a paz e tranquilidade e, desvia o operariado da luta que se desenvolve no interior das fábricas. (AZEVEDO, 1982)

Em Londrina, a divisão econômica-social é clara, e está perceptivelmente caracterizada no espaço. Há o espaço dos ricos, dos pobres, das indústrias, do comércio, do poder, dos Conjuntos Habitacionais. Essa divisão está presente tanto a nível da cidade, quanto dos Conjuntos Habitacionais.

Ao mesmo tempo que morar num Conjunto Habitacional, é uma forma de resolver o problema de moradia, por outro lado é sofrer uma segregação sócio-espacial. Dado a distância dos Conjuntos habitacionais do restante da cidade, falta de transportes, a população residente nesses conjuntos, é segregada de todo um convívio da cidade.

3. Os conjuntos habitacionais e a segregação urbana.

A segregação existe em toda cidade capitalista, já que a sociedade é de classes definida pela divisão social do trabalho, pelas relações de produção.

> "Na unidade produção - consumo - distribuição do produto social, é a produção que desempenha o papel determinante. A distinção das classes sociais (...) real, na quantia dos rendimentos, entre 'ricos e pobres', não é se não uma consequência das relações de produção." (POULANTZAS, 1984:96)

Desse modo, o acesso a qualquer mercadoria produzida, entre elas destaca-se a habitação, está diretamente relacionada com o poder de consumo de cada classe.

A distribuição dos espaços residenciais segue uma divisão econômico-social, diretamente relacionada com a propriedade da terra, da renda fundiária urbana, da sua localização e pela quantidade e qualidade dos serviços públicos de consumo coletivo, dos valores de uso complexo que esse espaço contenha.

Segundo CASTELLS (1983), segregação urbana seria a tendência á organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas.

Londrina é uma cidade, que já no seu planejamento previu o espaço destinado às residências para as diferentes classes sociais, e ao processo produtivo. No decorrer da história, a organização do espaço, e a segregação urbana, se aguçou, estando presente espacialmente as constradições do modo capitalista de produção.

Os Conjuntos Habitacionais, são uma faceta dessa contradição e da segregação urbana existente em Londrina. Morar numa casa popular, em especial nos "Cinco Conjuntos", é ser segregado espacial e socialmente.

A segregação dos conjuntos favoreceu a constituição de uma comunidade, que reuniu trabalhadores de várias origens, profissões e ideologias, que se sentiam segregadas social e economicamente, se organizando numa Associação, reinvindicando do Estado melhorias nas condições de vida e portanto da reprodução da força de trabalho, gerando por outro lado valor de uso complexo que será apropriado posteriormente pelo capital.

Belinati, em sua entrevista, enfatiza o preconceito existente pela população londrinense pela casa de conjunto, chamada popular , e a taxação que os moradores dos conjuntos recebem, como bandidos e marginais'.

-"Na época em que construímos os conjuntos, muita gente não se interessou pelas casas, e achavam que era ofença morar numa casa popular. Eu cheguei a oferecer casa para alguns trabalhadores e eles diziam - "ei, escuta, você é meu amigo, ou o quê? Você está achando que eu vou morar numa casa popular?" Esse preconceito ainda existe . Mas na época (1979), existia e muito. A pessoa dizia - "Vou morar em casa de aluguel! Para não falar outros adjetivos que eles soltavam, para aqueles que iam morar numa casa popular.

-"Numa entrevista me acusaram, a elite me acusou, de ter trazido bandido para a cidade, e posto tudo para morar nos conjuntos . Fiquei bravo e disse - 'Escuta, o senhor não connhece o que é uma casa popular. Hoje, tem até médico, advogado, profes-

sor, bacário, jornalista, radialista, gente de todas as camadas sociais, gente que foi favelado, gente que foi boia-fria, gente que foi colono. Porque uma pessoa, quando ia comprar uma casa ela tinha que comprovar renda. Então não dá para ser bandido, nem abastardo, nem recém migrado e sem emprego, pois a ficha cadastral na COHAB, nem seria aprovada."

Mesmo a casa sendo uma mercadoria que tem valor de uso e de troca, a questão de classe é tão forte e presente na cidade, que a chamada classe média, não aceita morar nos conjuntos habitacionais. Outra forte razão para a existência do preconceito é a localização dos conjuntos. Eles foram construídos muito distantes do centro da cidade numa área de uso eminetemente agrícola, deficitária em todos os serviços urbanos.

Desse modo, os trabalhadores que foram morar nos conjuntos, não viam e não tinham outra alternativa, a não ser morar bem distantes, segregados do restante da cidade, mas sendo proprietário da terra e da casa, fugindo assim, do aluguel, que representa um alto encargo nos baixos salários que essa população recebe.

Sendo assim, os trabalhadores que se sujeitaram, nesse primeiro momento, a morarem nos conjuntos, eram realmente a classe de mais baixa renda, que recebiam de zero a três salários mínimos.

Foi com a união dos moradores, em torno da Associação de bairro que foram conseguindo do poder público os equipamentos urbanos necessários. (Esse aspecto será discutico no cap. III)

O fato é que com o trabalho e a gestão da Associação junto ao Estado, a geração de valor de uso complexo para a região, proporcionou a renda diferencial. Desse modo, a classe média, representada por assalariados do serviço público e autônomos, compram as casas daqueles primeiros moradores, havendo em alguns locais dos conjuntos e nos Conjuntos mais próximos ao centro, um processo de alteração da composição social do conjunto "e o movimento que leva as camadas menos remuneradas da força de trabalho a habitarem sempre parcelas do território urbano, mais desprovidas de serviços, equipamentos e transportes". (BONDUKI, 1982:146)

O processo de alteração social dos Conjuntos não é homogênea, não ocorre em todo o conjunto e nos "Cinco Conjuntos". Nota-se que há uma maior mobilidade nas casas localizadas na Avenida e nos conjuntos entregues a partir de 1980. Os conjuntos entregues até 1979, como é o caso do Aquiles e Luís de Sá, a mobilidade existe, mas é pequena, permanecendo na casa, os primeiros moradores.

Pelo fato da casa ser uma poupança, um abrigo e da terra retirarem parte de sua alimentação, os moradores não saem dos conjuntos, constituindo alí toda uma história de vida, e a sua família. Houve sim, em alguns casos, a ascenção social, quanto a melhoria de emprego e portanto o aumento de seus salários.

A COHAB-LD ao planejar os conjuntos, distribuiu espacialmente, tendo como critério, o acesso aos serviços coletivos, as casas por tamanho, ou seja, as maiores no interflúvio (próxima à Avenida, onde há maior acesso aos serviços públicos coletivos) e as de menor tamanho (casas de meia água) no vale,

(menor acesso aos serviços coletivos além de haver problemas com infiltração, insolação e erosão).

Essa espacialização das casas pelo tamanho, distribui as classes dentro do conjuto, uma vez que para ter acesso à uma casa maior, localizada no interflúvio, é necessário ter uma renda familiar maior.

A segregação interna dos conjuntos, tem como suporte o relevo - no caso dos conjuntos estudados a 'parte de cima' do topo até a cota de 530 metros, onde existe o divisor d'águas; e a 'parte de baixo' desse ponto até o vale do Córrego Sem Dúvida - mas é retratada na paisagem pela diferença de tamanho das casas, pela ampliação, pela presença de bens de consumo como carros, eletrodomésticos, etc.

A segregação existente internamente nos conjuntos Aquilez e Luís de Sá, nas expressões "em cima" e "em baixo" pode ser verficada e exemplificada nos seguintes depoimentos:

-"Vim para essa casa por ser mais barata, por causa da baixada". (quadra 23)

-"Não gosto desta parte do conjunto, gostaria de morar na Avenida." (quadra 33)

-"Aqui em cima falta tudo, lá embaixo não falta nada. Falta aqui praça, arrumar o campinho, parquinho. Só fazem as coisas lá em baixo, é para os de cima ir até la, caso contrário não vamos. A Associação não olha para os de cima, só para os de baixo."(quadra 36)

Os "Cincos Conjuntos" mesmo estando distantes do centro, proporcionam renda diferencial, uma vez que aquele espaço é bem equipado de todos serviços de consumo coletivo, facilitando a circulação de mercadorias e a reprodução do capital.

CAPÍTULO III

- AS CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DOS CONJUNTOS AQUILES STENGUEL E LUÍS DE SÁ.

1. A construção dos conjuntos, os problemas ambientais e as condições de habitabilidade.

Os conjuntos Aquiles Stenguel e Luís de Sá fazem parte dos Conjuntos Habitacionais da Zona Norte de Londrina, conhecido pela população londrinense por "Cinco Conjuntos", pois até 1978 existiam cinco conjuntos: João Paz, Semírames I, Luís de Sá, Aquiles Stenguel e Sebastião de Melo, segundo o depoimento do Sr. Sebastião, morador no Aquiles desde 1979. Todos localizam-se a noroeste do município, no interflúvio do córrego Sem Dúvida e Lindóia, rodeados por plantação de café. (ver mapa 08)

Para o Sr. Sebastião, o único conjunto, desses cinco primeiros, que na sua classificação seria bom, é o Semíramis I. Diz que os outros são ruins porque tem gente de "pouca renda, falta idéia, porque tem pouca renda, a gente é fraca e não consegue chamar a atenção das pessoas". Mas tal classificação, não o faz desgostar do lugar que mora. Declara que: "hoje tudo aqui é maravilhoso, pois além de ter a casa própria, tem água encanada que não falta, luz, asfalto e iluminação, telefone público, ônibus na porta".

Nem sempre, porém, foi assim.

Lembra, assim como outros moradores, que estão no conjunto, desde 1979, que na época só a Av. Saul Elkind, era asfaltada: água faltava muito, e constantemente tinham que buscá-la na mina da Chácara Primavera, (vizinho do Aquilez). Quando chovia, as partes mais baixas enchiam de água e era um barro só, pois as ruas do conjunto eram de terra. O ônibus, além de escasso, ficava a uma distância de dois quilômetros.

Dona Terezinha, outra moradora (quadra 33) afirma:

"No começo, acostumar foi difícil.

Faltava água, asfalto, médico. Compra só na cidade.

A casa tem problema de enchente.

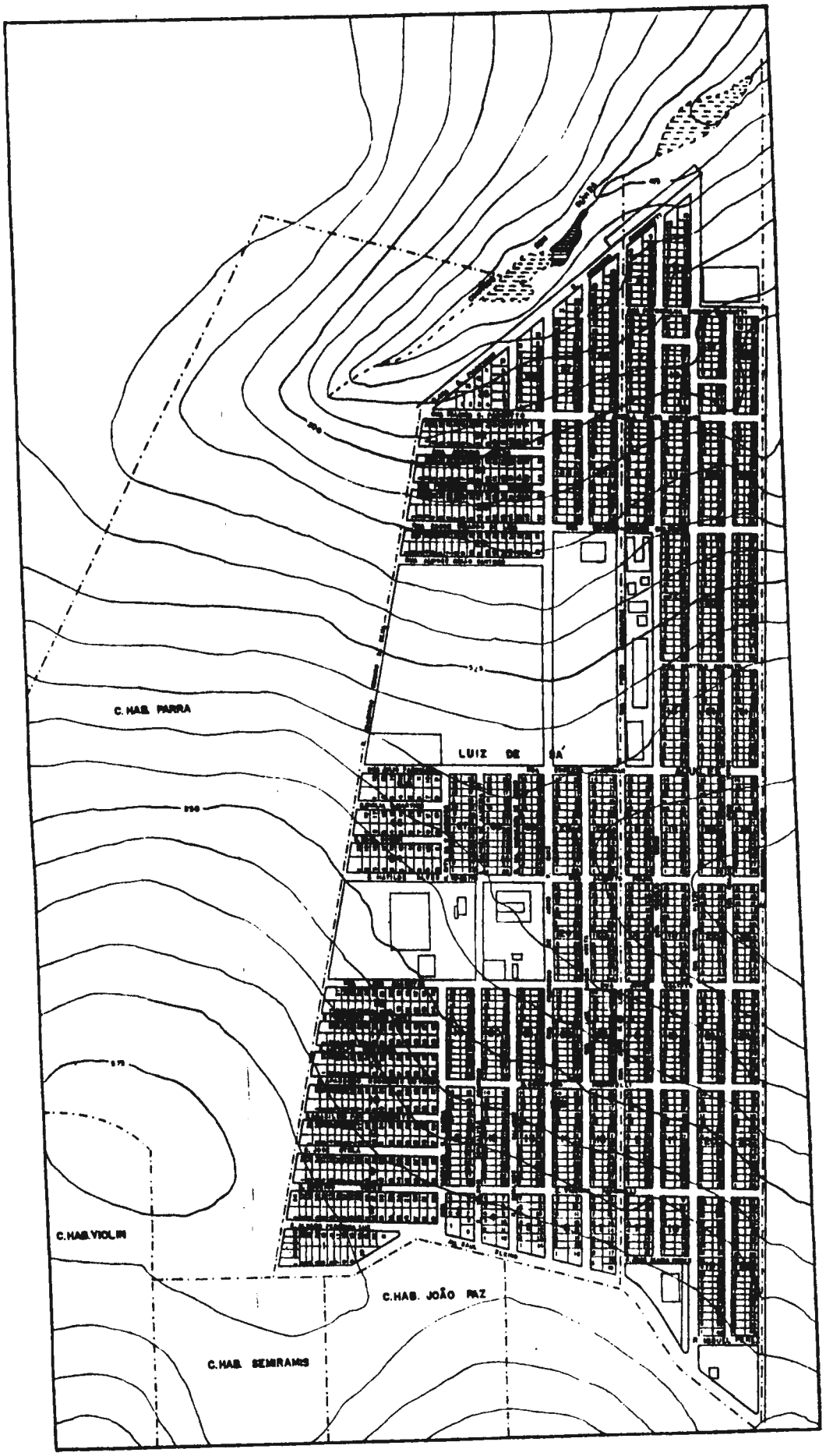
A água vem de três lugares e a boca de lobo não aguenta".

Esses problemas, só foram relatados pelos moradores do Aquiles, não tendo sido sentido pelos moradores do Luís de Sá. Embora os conjuntos tenham sido entregues no mesmo ano, com diferença de meses, o Aquiles, pelos relatos, e por sua localização no terreno, apresenta maiores problemas quanto a: enchente, erosão e infiltração.

Observando o mapa 09, o Aquiles localiza-se numa altitude de 565 a 530 metros, onde há um topo formando um interflúvio de 3 bacias: a do Córrego Sem Dúvida, Córrego Primavera e Lindóia. Verifica-se portanto um declive, um aclive e, novamente um declive, chegando a 475 metros, no vale do Córrego Sem Dúvida, que apresenta uma declividade mais acentuada. No Luís de Sá, a vertente é longa, num único declive, partindo dos 565 metros no interflúvio, onde está localizada a Av. Saul Elkind, chegando a 475 metros no vale do Córrego Sem Dúvida.

MAPA 9 - CARTA BASE — CONJUNTOS HABITACIONAIS

LUIZ DE SÁ E AQUILES ESTHENGUEL



CONVENÇÕES:

- LAGOA
- RIO
- AÇUDE OU BARRAGEM
- CURVAS DE NÍVEL
- LIMITE DOS CONJUNTOS

FONTE: METRONOR LONDRINA - FOLHA 24A/1983

ORGANIZAÇÃO: CLAUDIA L.E ALVES

DESENHO: NA ANGÉLICA

ESCALA: 1:5.000

EQUIDISTÂNCIA DAS CURVAS DE NÍVEL: 5 metros

CURVAS MESTRAS: 25 metros

N

A COHAB-LD ao planejar os conjuntos, dividiu-os internamente a partir da metragem das casas (45m2, 33m2, 21m2). Essa disposição seguiu a orientação Norte, ou seja, traçou-se uma linha reta do interflúvio até o vale, não importando as curvas de nível, ou seja, as características morfológicas do terreno. Isso trouxe e traz problemas como erosão, infiltração, enchentes, para os moradores dos conjutos.

Ao planejarem os conjuntos, a COHAB e a construtora tanto não se preocuparam com o modelado do relevo que, impermeabilizaram a cabeceira do Córrego Primavera, localizado no conjunto Aquiles, e quando chove, a água canaliza para o ponto da nascente, a partir do divisor de água das três bacias. Assim sendo, a água da chuva escoa pelas ruas Giulhermina Lhamam nos dois sentidos e Alberto Palma. (vide fotos 1,2,3, e 4)

foto do autor

jul/89

Foto 01 - Aspecto da rua Guilhermina Lhamam, destacando a declividade do terreno. Do lado direito da foto, a Chácara Primavera e, na baixada, a formação da nascente do Córrego Primavera.

Como relata Dona Terezinha.

"A casa tem problema de enchente. A água vem de três lugares e a boca de lobo não aguenta. Tem que se tomar cuidado com as folhas na boca de lobo, para não entupir. A força da água é muito grande, há mais ou menos dois anos levou carro e a baixada ficou cheia de barro."

Nas fotos nºs 1,2,3,e 4, pode-se observar as condições em que fica a rua Guilhermina Lhamam após 30 minutos de chuva, julho de 1989.

foto do autor

jul/89

Foto 2 - Rua Guilhermina Lhamam, quadra 33, na frente da residência da Dona Terezinha, detalhe do escoamento superficial, ponto de convergência para a boca de lobo. Volume de água e a formação de canais no asfalto.

foto do autor

jul/89

Foto 3 - Cruzamento das ruas Guilhermina Lhamam e Alberto Palma.

foto do autor

jul/89

Foto 4 - Aspecto da cabeceira do Córrego Primavera, rua Guilhermina Lhamam e o escoamento superficial.

foto do autor

jul/89

Foto 5 - Ravinamento no asfalto resultado da ação do escoamento superficial na rua Guilhermina Lhamam.

O depoimento de Dona Terezinha, e as fotos demonstram que o não planejamento, por parte das empreendedoras, trouxe problemas para os moradores que, através de paliativos, buscam soluções para esses problemas estruturais: "Tem que se tomar cuidado com as folhas na boca de lobo, para não entupir".

Em outros pontos do conjunto há problemas com erosão e de infiltração, devido a localização das casas no terreno. 27,8% das casas têm problemas de infiltração e 9,3% problemas de erosão. (mapa 10)

As casas com problemas de infiltração e erosão estão na vertente esquerda do Córrego Sem Dúvida, que, apresenta uma declividade mais acentuada, conforme se observa no mapa 10. As ruas dispostas paralelamente ao escoamento da água, vêm intensificá-lo, e as casas construídas perpendicularmente à vertente,

formam degraus para este. Quando da construção dos muros, que separam um quintal do outro, se não forem bem planejados pelos moradores, trará problemas para o vizinho.

Tais problemas foram relatados por dois moradores do Aquiles, embora também estejam presentes no Luís de Sá, próximo ao vale.

"A casa tem problema de erosão; a água da casa do vizinho de cima, entra no quintal. E o vizinho de baixo está fazendo um muro e a água da chuva poderá empossar e alagar a minha casa." (Quadra 28)

"A casa tem problema de erosão, a terra de cima vem para baixo." (Quadra 9)

O problema do escoamento superficial e a formação de ravinamento é visível também nas calçadas, principalmente naquelas onde o calçamento original foi desgastado e solapado, e o morador,por falta de recursos não o refez. Nos conjuntos, apenas 19,9% das casas entrevistadas não têm calçada. As fotos 3 e 4 evidenciam calçadas que não foram refeitas pelos moradores e que foram solapadas pela ação erosiva.

Após dez anos de uso apenas 25,0% dos casos, apresentam algum tipo de problema com a casa, segundo depoimento dos moradores e conforme tabela 11.

TABELA 11 - Tipos de problemas com a casa.

Probelams	%
Destelhamento	31,5
Infiltração	27,8
Rachaduras	22,2
Erosão	9,3
Fossa	3,7
Forro/Telhado	3,7
Encanamento	1,7
Total	100,0

Fonte: Pesquisa "in loco". 1989

OBS: 100,0% = 25,0% das casas com problemas

O mapa 10 apresenta a espacialização das casas com algum tipo de problema. Observa-se, no mapa que essas casas localizam-se próximas ao vale, onde a declividade é maior e a insolação menor, aliada a uma disposição, perpendicular à vertente.

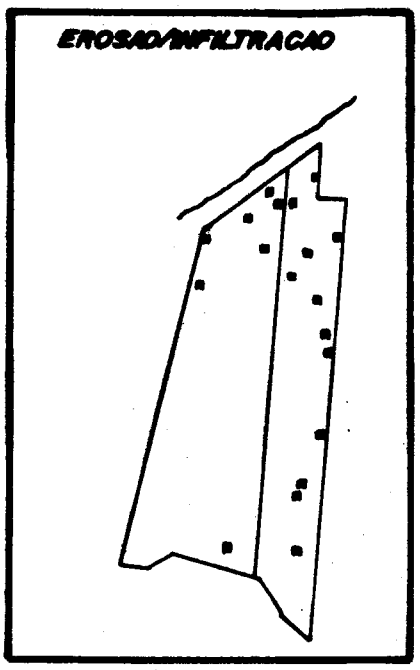
Comparativamente ao Luiz de Sá, o Aquiles apresenta um número maior de casas com problemas de infiltração e erosão, decorrentes, dos problemas de planejamento inadequado às características morfológicas do terreno (como já foi salientado). No entanto, no Luís de Sá, os problemas apontados dizem respeito à construção,- destelhamento e rachaduras -, nas casas de meia água, próximas ao vale de menor metragem, forma utilizada pelos construtores para diminuir os custos da obra.

O conjunto Luís de Sá foi construído empregando material bem inferior ao utilizado no Aquiles, assim como, apresentando um maior número de casas ocas, (mesmo nas casas de metragem maior), outra fórmula utilizada para diminuir os custos de construção.

Uma segunda diferença na construção dos dois conjuntos está no telhado e na forração. No Aquiles todas as casas são cobertas por telhas de barro 'tipo paulistinha', sendo que as maiores (45m2) têm forro de madeira, este desaparecendo nas menores. Dos casos analisados somente seis casas no Aquiles, localizadas no fundo de vale, reclamaram do destelhamento.

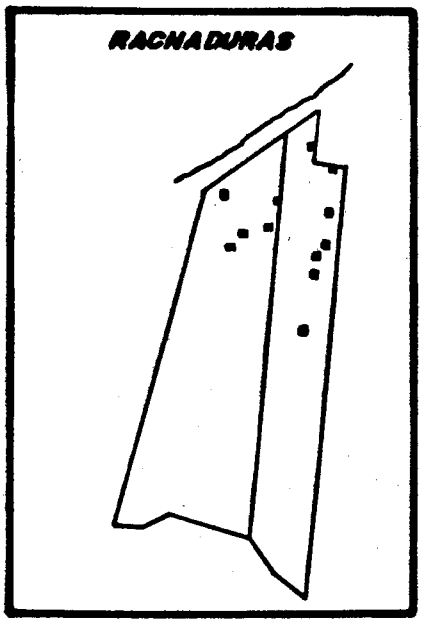
Já no Luís de Sá, as casas foram cobertas com telhas de amianto, 'tipo Eternit', e não foram forradas. Tanto assim, que as queixas dos moradores dizem respeito ao destelhamento e quebra das lâminas, nas chuvas de granizo, além de muitas telhas não terem sido colocadas corretamente. Esse tipo de cobertura traz a moradia um conforto térmico muito menor, se comparado as cobertas com telhas de barro.

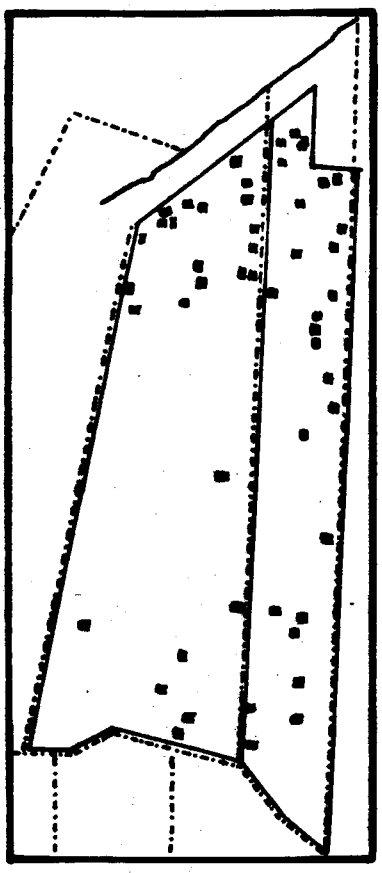
Dos moradores entrevistados,(no total de 222), 158 (71,8%) fizeram algum tipo de reforma (mapa 11) em sua casa e, desse total 86 (55,8%) foi feita pela família:

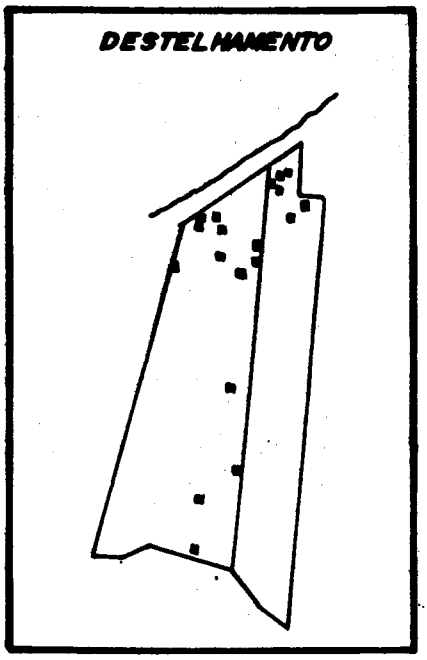


MAPA 10

CASAS COM PROBLEMAS CONJ. AQUILES E LUIS DE SÁ

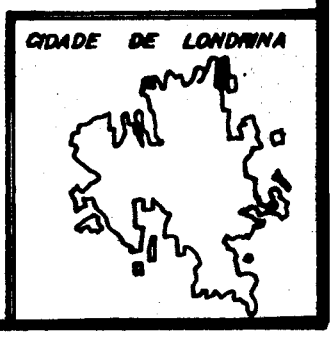






FONTE: METRONOR
PESQ. "IN LOCO"-JUN.89

ORG.: CLAUDIA L.E. ALVES
ROSELY M. LIMA



DES.: ANGÉLICA

TABELA 12 - Renda Familiar distribuida por casa reformada ou não.

casa reformada	Renda Familiar em salários mínimos							
	0 - 3		3 - 6		6 a +		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Sim	80	36,37	51	23,18	27	12,27	158	71,82
Não	42	19,08	16	7,27	04	1,82	62	28,18
Total	122	55,45	67	30,45	31	14,09	220	100,00

Fonte: Pesquisa "in loco". 1989.

Como pode ser observado na tabela 12, a renda familiar dos moradores se concentra na faixa de 0 a 3 salários mínimos, sendo que 34,55% destes fizeram reforma na casa

A expressão reforma é usada neste trabalho como ampliação de um ou mais cômodos da casa. Poucos moradores, nos conjuntos em questão, modificaram as fachadas de suas casas, devido, em boa parte, ao diminuto salário que recebem.

A reforma ou apliação, foi feita com o objetivo de melhorar as condições de habilabilidade, construindo um cômodo a mais ou repartindo a casa internamente.

Observando a tabela 13, dos 89 (55,84%) moradores que fizeram a reforma usando a mão-de-obra familiar, 29 (31,17%) tem uma renda de 0 a 3 salários mínimos. Os que têm essa renda

se utilizaram também do sistema de mutirão. Aqueles que fizeram a reforma ou ampliação usando profissionais remunerados (pedreiro, encanador, eletricista, etc.) se distribuem em porcentagens baixas, em todas as classes de renda familiar.

TABELA 13 - Condição de reforma e renda familiar em salários mínimos

Quem fez a reforma	Renda Familiar em Salários Mínimo							
	0 - 3		3 - 6		6 a +		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Família	49	31,17	27	16.88	13	7,79	89	55,84
Assalariado	29	18,18	22	14,28	11	7,14	62	39,61
mutirão	03	1,95	01	0,65	01	0,65	05	3,25
fam/Assal.	-	-	02	1,30	-	-	02	1,30
TOTAL	81	51,30	52	33,12	26	15,28	158	100,00

Fonte: Pesquisa "in loco". 1989

Os moradores modificam, muito pouco a fachada da casa, como fica demonstrado nas fotos 6,7, e 8. A reforma que fazem é muito mais uma forma de proporcionar mais conforto a família, seja na construção do quarto ou da cozinha, seja na individualização dos lotes pela construção de muros ou cercas, como podemos observar no quadro a seguir:

cozinha.....44,59%

quarto.....40,09%

sala.....23,42%

garagem.....20,72%

terraço.....13,51%

banheiro.....12,61%

comércio/dependência.....02,70%

repartição interna.....02,25%

Os moradores que ampliaram a cozinha, utilizaram o muro e a caída do telhado, fazendo um "puxado", tirando a janela do local original, transferindo-a para a frente da casa (fotos 8 e 9).

Raros são os moradores que modificaram integralmente suas casas. Estas localizam-se principalmente nas quadras próximas a Av. Saul Elkind ou ao longo da quadra que tem o mercado e os serviços coletivos do conjunto. Estas casas pela proximidade dos serviços tem um preço no mercado mais elevado.

foto do autor

jul/89

Foto 06 - Casa em tamanho original, sem qualquer tipo de reforma.

foto do autor

jul/89

Foto 07 - Casa com ampliação na cozinha.

foto do autor

jul/89

Foto 08 - Casa cuja reforma utilizou os dois muros para ampliação do quarto e da cozinha.

TABELA 14 - Casa reformada por tempo de residência.

casa reformada	tempo de residências (em anos)									
	0 - 1		2 - 5		6 - 8		9 - 11		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
sim	22	10,0	32	14,6	21	9,5	83	37,7	158	71,8
não	11	5,0	13	5,9	9	4,1	29	13,9	62	28,2
Total	33	15,0	45	20,5	30	13,6	112	51,6	220	100,0

Fonte: Pesquisa "in loco". 1989.

Analisando os dados de renda familiar, tempo de residência número de cômodos atuais, tipos de reformas e quem fez a reforma, parece claro que a população dos conjuntos tem a casa como abrigo, como locus de reprodução da força de trabalho. As casas possuem condições de habitabilidade razoáveis uma vez que, 155 (70,45%) delas possuem de quatro a seis cômodos (dois a três quartos, sala, cozinha, banheiro) e abrigam de quatro a seis pessoas (tabela 15); destas 144 (51,82%) foram reformadas.

TABELA 15 - Distribuição de habitantes por unidade residencial e número de comodos.

nº de habitantes por unidade residencial	números de cômodos			
	1 a 3	4 a 6	7 a 9	Total (%)
1	2,49	5,97	0,50	8,96
2	2,99	8,96	0,50	12,44
3	2,99	14,93	1,00	18,91
4	2,99	11,44	1,49	15,92
5	0,50	17,41	2,99	20,90
6	0,50	10,45	1,99	12,94
7	-	3,98	0,50	4,48
8	0,50	2,49	-	2,99
9	-	1,99	-	1,99
10	-	-	0,50	0,50
Total	12,94	77,61	9,45	100,00

Fonte: Pequisa "in loco". 1989.

Devido aos baixos salários recebidos por essa população e pelo fato de muitos dos moradores trabalharem na construção civil, o índice de autoconstrução ou auto-reforma é elevado (55,8%).

Entendemos que a reforma da casa feita por membro da família é uma autoconstrução, representando sobre-trabalho, uma vez que é feita nos finais de semana ou dias de folga (80,7%), com membros da família desempregado (10,8%), de férias (7,2%). Utilizando-se sempre da família ou pelo sistema de mutirão, e além disso retirando mensalmente do salário uma parcela para compra do material de construção, os moradores melhoram assim as condições de habitabilidade, deixando suas casas um pouco mais confortáveis.

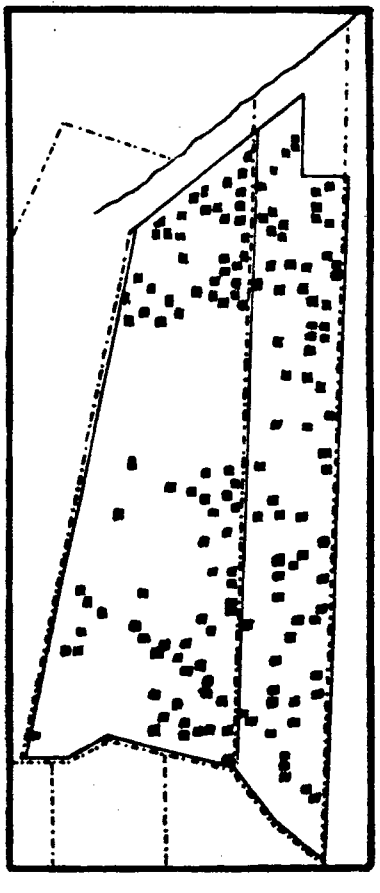
Se tomarmos como exemplo uma casa de tamanho original (45m2, 33m2, 21m2) recém entregue pela COHAB ou ainda não reformada veremos o quão apertados são os cômodos, sem falar nas casas ocas (sem repartição interna), ou ainda as de meia água localizadas próximo ao vale, em declividade mais acentuada com menos índice de insolação. Desse modo a reforma se faz necessária.

Percebe-se no mapa 11, que há uma distribuição espacial homogênea das casas que foram ou não reformas; na "parte baixa" dos conjuntos se concentram as casas que têm, em sua maioria, de 1 a 3 cômodos, muitas delas ainda de meia água. Por todo o conjunto distribuem-se as de 4 a 6 cômodos, que perfazem 70,45%; as de 7 a 9 cômodos quatro localizam-se próximo a avenida e ao mercado (8,18%). (mapa 12)

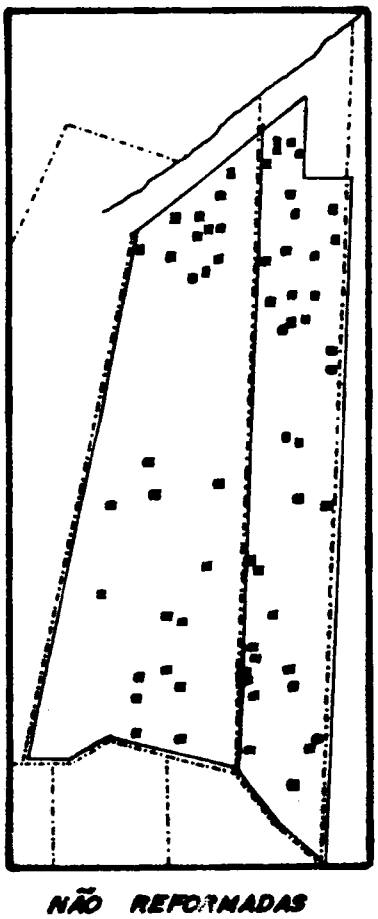
* * *

MAPA II

CASAS REFORMADAS OU NÃO
CONJ. AQUILES E LUIS DE SÁ



REFORMADAS



NÃO REFORMADAS

FONTE: METRONOR - F.24A/LDA
PESQ. "IN LOCO" ABR.-SET./89

ORG.: CLAUDIA L.E. ALVES

N

DES.: ANGÉLICA

2. Os antigos e os novos proprietários - De como a casa e a vizinhança são importantes para os moradores.

É prática corrente no Brasil a revenda das casas populares, compradas através do SFH, em especial aquelas que visam atender a uma população de Renda Familiár entre Ø e 3 salários mínimos.

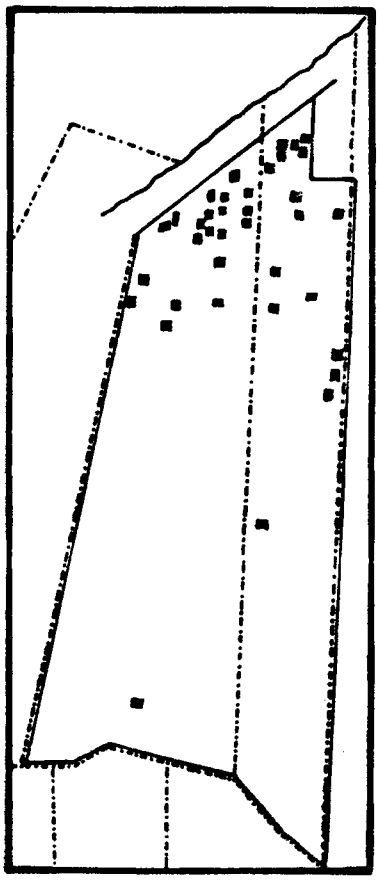
Essa revenda ocorre por motivos econômicos, sociais, culturais; destacando-se:

- especulação imobiliária, através da venda de Cessão de Direitos;
- inadimplência, devido as altas das prestações e aos baixos salários;
- problemas com vizinhos e falta de serviços coletivos, principalmente transporte.

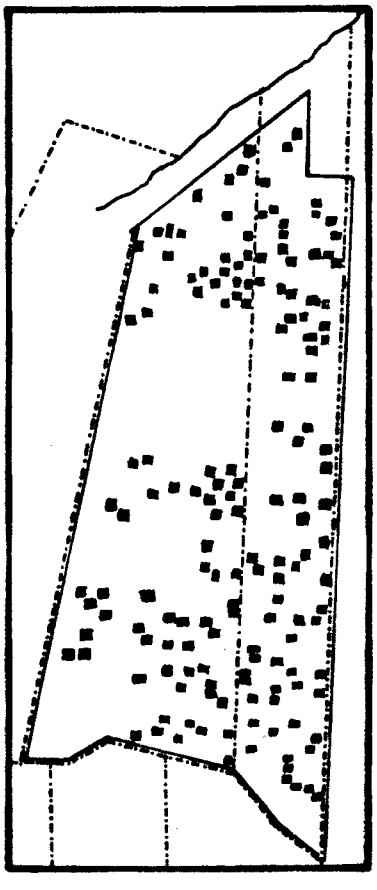
Nos conjuntos Aquiles e Luis de Sá, a prática da revenda dos imóveis, ocorreu , mas não de forma acentuada, uma vez que econtramos ainda muitos primeiros proprietários. Houve a venda das casas, como verificaremos, em parte motivada pela própria valorização dos e nos conjuntos. Mas mesmo com a revenda, reafirma-se a segregação sócio espacial do conjunto, uma vez que os novos compradores situam-se em faixas de renda até 5 salários mínimos.

"A especulação imobiliária recente, que atingiu especialmente as grandes metrópoles e cidades médias, acarretando expressivo aumento dos preços de imóveis e elevação de alugueis, fez com que consideráveis setores da baixa classe média passassem a ter nos conjuntos COHABs uma alternativa para a solução de seus

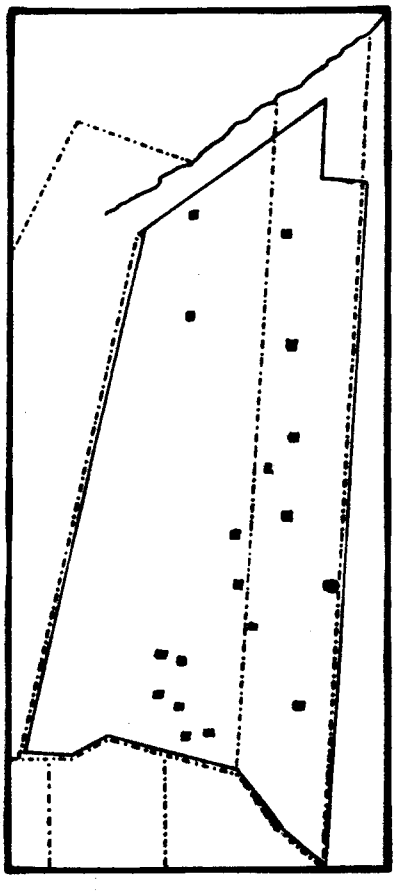
MAPA 12
DISTRIBUIÇÃO DAS CASAS POR NÚMERO DE COMODOS - CONJ. AQUILES E LUIS DE SÁ



0 - 3 COMODOS



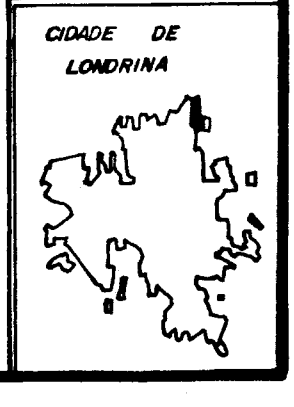
4 - 6 COMODOS



7 - 9 COMODOS

FONTE: METRONOR - FOLHA 24 A/LDA
PESQUISA "IN LOCO" ABR.-SET./1989

ORG.: CLAUDIA L.E. ALVES
SILVIA T.R. TOLEDO



DES.: ANGÉLICA

problemas habitacionais. O fato dessas Companhias não visarem lucro, possuirem uma baixa taxa de juros, terem parte da construção subsidiada pelas Prefeituras (infra-estrutura e/ou terrenos) colocou suas casas em situação privilegiada no mercado imobiliário. Atualmente , é comum que casas tipo COHABs sejam alugadas por valor superior ao de suas prestações e que ocorra cobrança de ágio significativo na transferência de financiamento. Assim, a figura do inadimplente praticamente desaparece, pois, caso um mutuário tenha dificuldade de arcar com os encargos de compra, pode repassar o imóvel obtendo lucro através do ágio, ou simplesmente alugá-lo por quantia superior à prestação mensal". (Azevedo, 1982:100)

Dos entrevistados, 115 (52,0%) são primeiro proprietário e 107 (48,0%) não o são (mapa 13). Destes, 90 (88,4%) compraram direto do proprietário e 17 (11,6%) compraram de imobiliária. Deses novos mutários, 71 (68,0%) fizeram transferência na COHAB, mas 36 (32,0%) ainda não o fizeram, tendo em mãos o Contrato de Compra e Venda, registrado em cartório.

Se compararmos a Renda Familiar e o tempo de moradia (tabela 16 e 17), percebemos que embora não sejam os primeiros proprietários, eles estão no conjunto deste a entrega, ou seja, de 09 a 11 anos. Observando mapa 13 e os dados expostos nas tabelas 16 e 17, percebe-se que houve pouca mobilidade, uma vez que dos 222 moradores entrevistados, 116 (51,6%) estão nos conjuntos desde o início, e somente 76 (34,7%) há cinco anos.(vide mapa 14)

Mesmo havendo a mobilidade dos moradores, através da revenda dos imóveis, a Renda Familiar continua baixa uma vez

que 122 (55,6%) percebem de 0 a 3 salários mínimos, e somente 28 (13,7%) acima de 6 salários mínimos.

Desse modo, analisando as características dos conjuntos pesquisados com a realidade de outros estudados por pesquisadores como AZEVEDO (1982); VALADARES (1980); SOARES (1988), o Aquiles e o Luís de Sá continuam com características de Conjunto Habitacional de renda baixa, onde as casas não foram substancialmente modificadas.

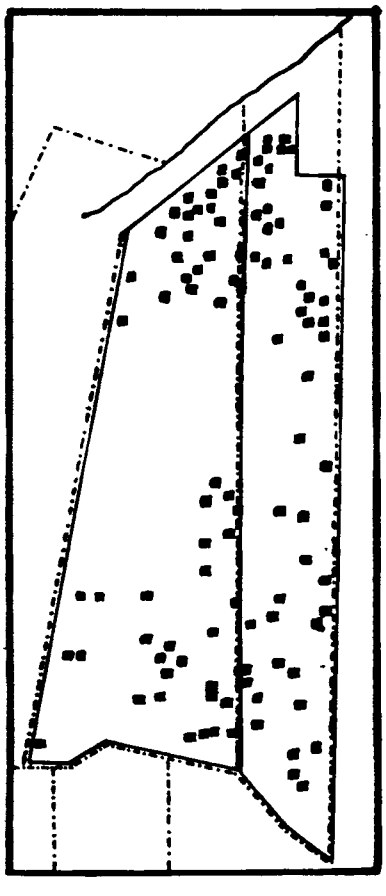
TABELA 16 - Renda Familiar dos proprietáios dos conjuntos Aquiles e Luís de Sá.

primeiro proprietário	Renda Familiar em Salários Mínimos							
	0 - 3		3 - 6		6 a +		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Sim	62	28,3	37	15,9	16	7,8	115	52,0
Não	60	27,3	35	14,8	12	5,9	107	48,0
TOTAL	122	55,6	72	30,7	28	13,7	222	100,0

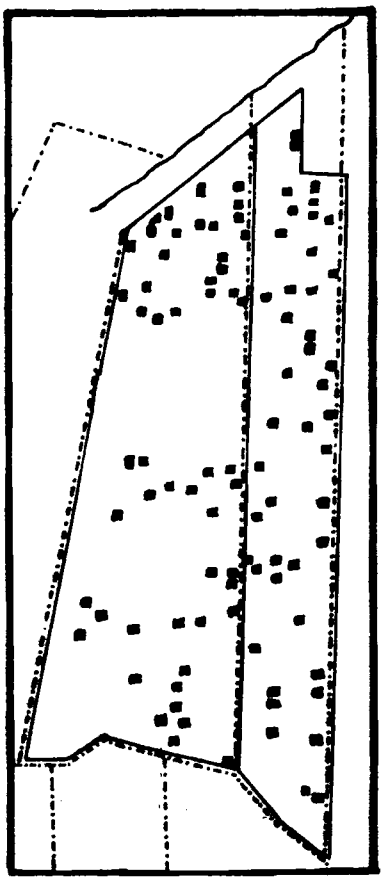
Fonte: Pesquisa "in loco". 1989.

MAPA 13

PRIMEIROS PROPRIETARIOS OU NÃO CONJ. AQUILES E LUIS DE SÁ



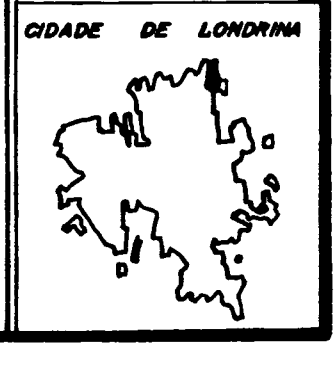
PRIMEIROS PROPR.



NÃO PRIMEIROS PROPR.

FONTE: METRONOR - F.24A/LDA
PESQ."IN LOCO" ABR.-SET./89

ORG.: CLAUDIA L.E. ALVES



DES.: ANGÉLICA

TABELA 17 - Tempo de residência nos conjuntos estudados.

Anos	nºs	%
11 a 09 anos	116	51,6
08 a 06 anos	30	13,7
05 a 02 anos	44	20,5
01 a menos	32	14,2
TOTAL	222	100,0

Fonte: Pesquisa "in Loco". 1989.

A presença dos primeiros mutuários é uma característica do Aquiles, uma vez que se compararmos esse conjunto com o Luís de Sá, houve uma menor revenda das casas. Isso é devido a vários fatores, dentre os quais destacamos:

1- os mutuários que se inscreveram na COHAB na época, 1976 a 1978, queriam a casa como moradia, valor de uso, para fugir do "fantasma" do aluguel, morando em um lugar que é seu, mesmo tendo que pagar por ela durante 25 anos;

2- os mutuários gostam do local, estreitaram laços de amizadade com seus vizinhos e construiram no conjunto seu local de "reprodução de força de trabalho";

3- o preconceito vigente na época (1979) na população londrinense, que não queria morar em conjunto habitacional. Desse modo, só fizeram inscrição na COHAB e conseguiriam uma "casa própria" pelo Sistema Financeiro de Habitação, aqueles que tinham uma renda

menor e aqueles com uma renda maior compraram a casa para transformá-la em mercadoria. Tal preconceito tendeu a diminuir, tanto que no Luís de Sá, a incidência de especuladores ou de revenda dos imóveis é bem maior.

Como se observa na tabela 17,(mapa 14) mais da metade dos moradores estão nos conjuntos há mais de 09 anos. Se não são primeiros proprietários, foram para os conjuntos logo no início, adquirindo suas casas de pessoas que compraram os direitos de moradia da COHAB, mas nunca se mudaram para os conjuntos.

Aqueles que compraram a casa mais recentemente, o fizeram com alguma dívida pendente, contraída pelo proprietário anterior, conforme depoimento:

"Comprei a casa com 12 prestações atrasadas. Não sabia. Só depois, que fui fazer transferência na COHAB, é que levei o susto". (Quadra 36)

Dos moradores que não são os primeiros proprietários e que pagam as prestações no nome dos antigos proprietários, dizem que a burocracia é muito grande para se fazer a transferência. é uma despesa com certidões que, muitas vezes, ao se chegar ao fim do "leva e traz" no caminho da burocracia, a primeira certidão emitida já venceu o prazo de validade (ii).

(ii) Documentos necessários para transferencia do imóvel:

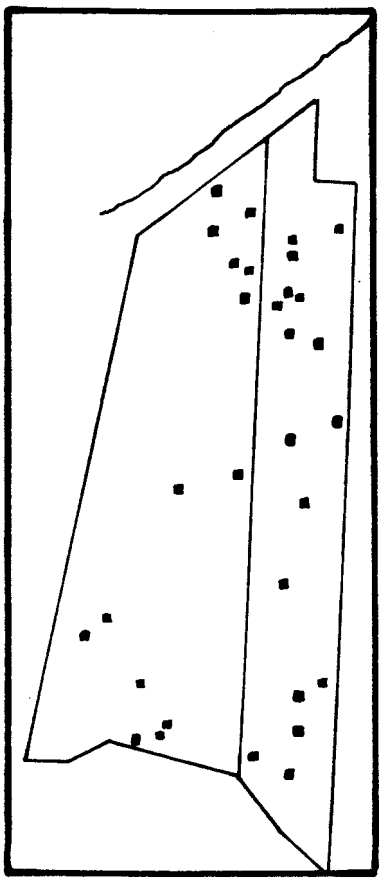
1- Certidão negativa fornecido pelo distribuidor judicial-Forum

2- Certidão positiva e negativa de ônus reais e pessoais reepersecutória expedido pelo Cartório de Registro de Imóveis 1º Oficio

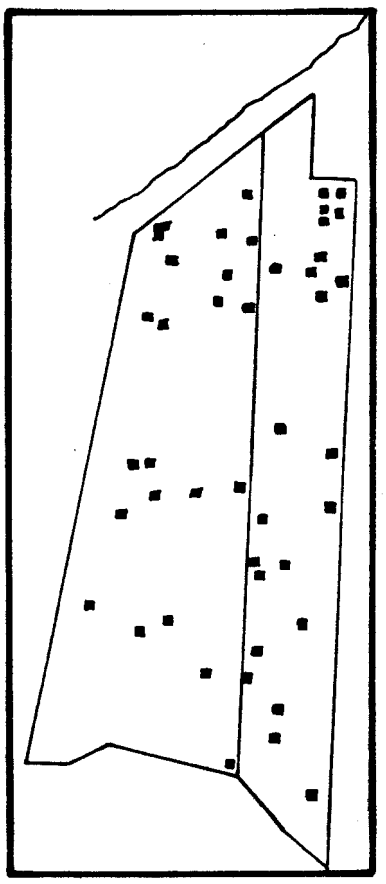
3- Pagamento do SISA- prefeitura.

4- Certidão negativa municipal

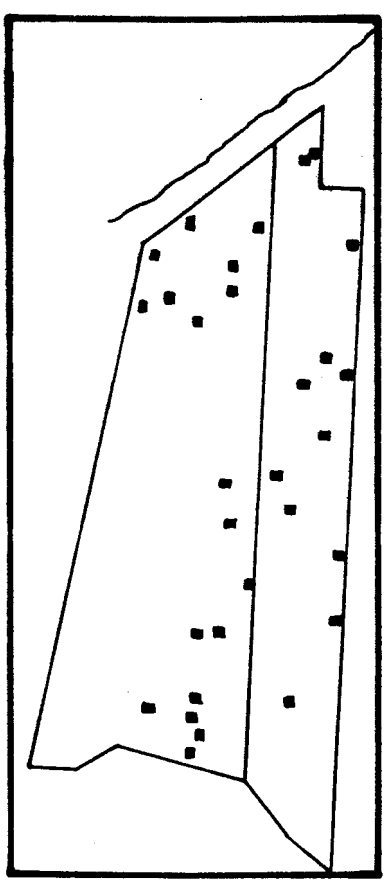
MAPA 14
TEMPO DE RESIDÊNCIA CONJ. AQUILES E LUIS DE SÁ



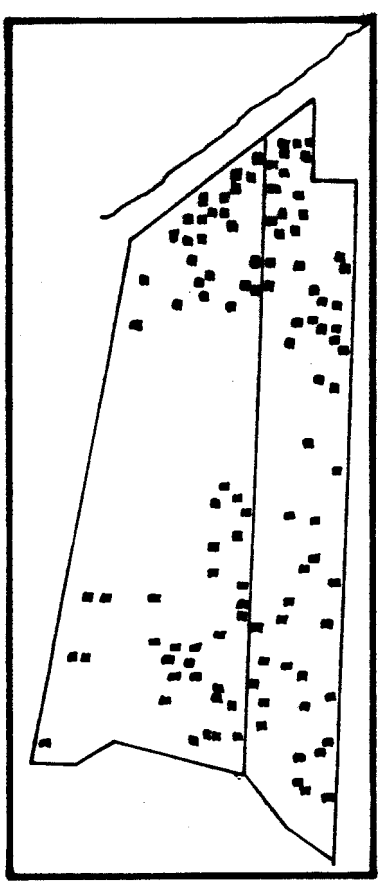
0 - 1 ANOS



2 - 5 ANOS

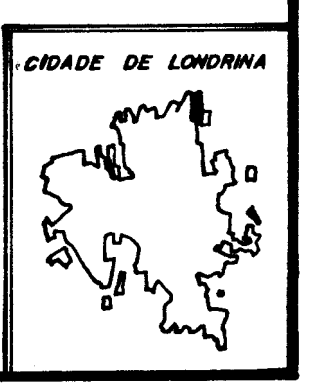


6 - 8 ANOS



9 - 11 ANOS

FONTE: METRONOR-F.24A-LDA
PESQ. "IN LOCO" ABR.SET.
/1989
ORG.: CLAUDIA L.E.ALVES



DES.: ANGÉLICA

Outra reclamação é quanto aos custos das certidões, Para quem sobrevive com baixo o salário, as despesas extras com certidões e com o transporte ultrapassam o orçamento familiar, além de prejudicar e comprometer um dia de trabalho.

Outro problema levantado quanto a não realização da transferência, é que a COHAB corrige o saldo devedor, reajustando as prestações. Muitos se negam a fazê-lo, dizendo que é um abuso, terem que pagar NCZ$150,00 pela prestação da casa, quando antes da transferência pagavam NCZ$15,00, (dados de setembro de 1989).

Como se constata, não é somente abusivo, mas impossível fazer a transferência, pois a Renda Familiar é muito baixa, não chegando a NCZ$300,00 (1,5 salários mínimos, o salário mínimo de setembro de 1989 era de NCZ$249,48). Caso fizessem a transferência, só a prestação da casa levaria NCZ150,00, que corresponde á metade da Renda Familiar.(12)

(11 cont.) 5- Certidão negativa da Justiça Federal

6- Certidão negativa do Cartório de Protestos

7- Xerox autenticada dos documentos pessoais de vendedor e comprador.

8- comprovante de renda familiar

(12) Variação do Salário Mínimo set. 89 a nov. 1990

Set. 89	249,48	mar. - 3.674,06	out. - 6.425,14
out. -	381,73	abr. - 3,674,06	nov. - 8.329,55
nov. -	557,33	mai. - 3,674,06	
dez -	778,18	jun. - 3.857,76	
jan. -	1.283,95	jul. - 4,904,76	
fev. -	2.004,37	ago. - 5.203,46	

Essa atitude dos moradores é mais uma estratégia de sobrevivência do que uma expressão de desacordo com o Sistema Financeiro de Habitação.

Sendo assim, os moradores se garatem com o documento registrado em cartório - contrato de venda de imóvel, seção de diretos - que em juízo, 'a priori', lhes garante a propriedade da moradia, baseada na Lei 6015 de 31 de dezembro de 1972, nos artigos 292 e 293 com redação estabelecida pelo artigo 2º da Lei 6941 de 14 de setembro de 1981, e atendendo o constante do Provimento 32/88 da Corregedoria da Justiça do Paraná datada de 22/02/1988, que valida o registro de seção de direitos de venda de imóvel hipotecado pelo SFH em cartório através de escritura pública de veda e compra de propriedade imóvel urbano.

Na verdade, aqueles que não são os primeiros proprietários, desembolsaram, se não toda, pelo menos parte da poupança acumulada durante anos de trabalho, a fim de comprar uma casa. Ou seja, pagam para alguém uma renda absoluta, para terem acesso a uma mercadoria limitada, mesmo sendo ela uma casa popular. Muitos são especuladores imobiliários que, devido terem uma renda familiar alta, têm a oportunidade de comprar do próprio agente financiador (COHAB) a casa, que passam para frente, sem nunca nela terem entrado. A casa popular é, para eles, uma mercadoria para venda, ou seja, é apenas valor de troca, visando alferir uma renda absoluta num primeiro momento, e renda diferencial quando as casas e conjunto receberem melhorias e serviços coletivos.

> "Os riscos financeiros assumidos, e toda a longa e complicada transação burocrática en-

> frentada nos corredores da COHAB supõem um forte interesse pela nova propriedade e pela participação no SFH. Além disso não só essa operação representa um investimeto e valorização de capital, como, sobretudo, a certeza de pagar prestações nitidamente inferiores a qualquer aluguel no resto da cidade". (VALLADARES, 1980:91)

Outros, no entanto, vendem a casa por razões de mudança no emprego, problemas com a vizinhança, ou mesmo com a ilusão de que o dinheiro da venda, possibilite o pagamento das dívidas e a compra de outra casa, como explicam os moradores dos dois conjuntos:

-"Troquei a casa que tinha no conjunto Milton Gavete por essa, não gostava de lá. Tinha muita bagunça na rua, aqui no Aquilez, a vizinhança é boa, rua sossegada". (quadra 12)

-"Existem oito transferências na COHAB. Paguei NCZ$400,00 em 1988 pela casa e fizemos a reforma, a divisória da casa, as paredes, pois a casa era oca".(quadra 25)

-"Moro no conjunto há dois meses. Morava antes no Aquilez. Troquei de casa, recebi ainda NCZ$1000,00 e um aparelho de som. Troquei de casa por não gostar da vizinhança, havia brigado". (quadra 33)

-"Vendi a casa com a reforma em andamento. Fiz mal negócio, vendi a casa e com o dinheiro não dá para comprar outra pior que essa". (quadra 7)

TABELA 18 - Renda Familiar por condição de ocupação.

Condição de ocupação	Renda Familiar em Salários Mínimos							
	0 - 3		3 - 6		6 - +		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
prop/quitado	16	7,2	04	1,9	02	0,9	22	10,0
p.p.em dia	81	36,6	52	23,4	27	12,1	160	72,0
p.p.atrasada	11	5,0	04	1,8	-	-	15	6,8
Alugado	09	4,1	05	2,2	02	0,9	16	7,2
Cedido	07	3,1	02	0,9	-	-	09	4,0
Total	124	55,9	67	30,2	31	13,9	222	100,0

Fonte: Pesquisa "in loco". 1989.

Analisando a tabela 18, podemos observar que 15 (06,8%) dos que estão com a prestação atrasada 11 (5,0%) têm uma renda entre 0 a 3 salários mínimos. Muitos desses moradores atrasam o pagamento até 03 prestações, para pagar tudo junto na COHAB, pois deslocar-se até o centro todo mês, compromete com o transporte uma parte do salário que recebem. Segundo VALLADARES (1980), esse tipo de mutuário que atrasam até três prestações e as paga de uma só vez, para depois atrasar novamente, estão num círculo vicioso, e classifica em três tipos os mutuários inadimplentes:

"Os mutuários inadimplentes podem caracterizar-se em função de três comportamentos básicos frente à obrigação de pagamento das prestações: os que pararam de pagar em definitivo, os que atrasavam esporadicamente e os que atrasavam, entrando em um círculo vicioso, que consistia em atrasar - pagar- atrasar, e assim sucessivamente. Após alguns meses de pagamento regular das prestações, o mutuário deixava passar um intervalo variável, porém não superior a seis meses, antes de regularizar sua situação, e assim por diante". (VALLADARES, 1980:73)

Daqueles que estão com as prestações atrasadas 69,2% estão devendo até três prestações e somente 23,1% mais de três prestações. Muito dos moradores que não puderam pagar a prestação no posto dos conjuntos (posto do Banco BANESTADO), quando da época do vencimento, estão esperando juntar 3 prestações para "valer a pena o dinheiro do ônibus para ir até o centro (COHAB), pagar a prestação". Desse modo os mutuários se enquadram nos inadimplentes de círculo vicioso não deixando passar, segundo os dados, mais de 3 prestações atrasadas.

Tal rotina fica caracterizada nos seguintes depoimentos:

-"As prestações estão atrasadas, mas deixo para pagar tudo junto. Sou o terceiro proprietário". (quadra 30)

-"Estou com mais de 3 prestações atrasadas. Meu marido está desempregado, e o dinheiro a gente usa para comprar co-

mida. Mas as coisas vão melhorar, e vou pagar todas as prestações. A casa é preciosa". (quadra 33)

Quanto as prestações atrasadas, quando perguntados como iriam resolver o problema, foram unânimes em responder que iriam pagar.

Quando têm dinheiro, pagam a prestação da casa no posto do BANESTADO, vão e voltam a pé. Não ter dinheiro para pagar a prestação e as demais contas mensais - luz e água - em dia, é um transtorno para essa população, pois significa, além da multa pelo atraso, a despesa com o transporte de ida e volta até a cidade.

Umas das reinvindicações dos moradores, principalmente daqueles que constantemente atrasam as prestações, é a transformação do posto do BANESTADO, em agência, a fim de receber as prestações e contas atrasadas.

Das casas quitadas, 77,73% são de moradores que recebem de 0 a 3 salários mínimos. Essas casas estão quitadas pelo seguro, pois os seus moradores ou ficaram viúvos ou têm problemas de saúde, como esclarece a moradora da quadra 33:

-"A minha casa está quitada, pois tenho problemas de saúde. Reumatismo. Me trato no INAMPS, fazendo aplicação de cobalto".

Verfica-se pelos dados da tabela 18, que mais de 70,0% dos entrevistados estão com suas prestações em dia e fazem questão de estar, por duas razões: a primeira é que só podem pagar a prestação da casa no posto do BANESTADO, nos conjuntos, até o vencimento da prestação, depois disso tem que pagar na COHAB, acarretando despesas com o transporte, além da perde do dia de

serviço; a segunda é que a casa é um bem, um investimento, uma segurança, um abrigo, o local onde se come, se veste, repousa-se, enfim o lucus da reprodução da força de trabalho.

Para quem recebe menos de três salários mínimos, a casa própria é muito importante e significa uma preocupação a menos, uma vez que as prestações tem um valor mais baixo que o aluguel, além de poderem utilizar o terreno para plantar garantindo assim, parte da "mistura do dia".

A casa popular resolveu o problema de moradia de 98,3% dos entrevistados, não apenas para os proprietários, mas também para aqueles que pagam aluguel - mais barato que em outros bairros - ou que têm a casa cedida por parentes ou amigos.

Da população pesquisada, 67,3% não sairia do conjunto hoje; a mesma percentagem está nos conjuntos, atraída pela possibilidade da casa própria e 87,3% "moram melhor hoje"; ou seja a casa, o local de moradia, é superior em qualidade e infraestrutura, se comparado com o lugar onde residiam antes. A casa própria e a boa vizinhança são os motivos de estarem satisfeitos com o conjunto.

Alguns moradores, no entanto, mesmo estando satisfeitos com o local de moradia, gostariam de sair do conjunto. é o caso daqueles que gostariam de construir um sobrado, de ir para a casa própria - esses residem em casa alugada ou cedida - ou, ainda, de morar perto de parentes e do serviço. O morador da quadra 34, esclarece que "Gostaria de sair do conjunto para ir para um terreno maior, que pudesse construir um sobrado. Exemplo; no Jardim Pizza. Mas não dá, porque a casa é popular, e não vão trocar por casa particular e ainda voltar dinheiro. Ou então mudar para Campinas, familiares estão bem lá".

A casa própria , para os moradores dos conjuntos é muito mais que uma propriedade ou, além de ser um abrigo, é onde se tem um pedaço de terra para plantar, garantindo a "mistura" e a fruta do dia, um meio de reprodução da força de trabalho da família. Dessa forma, os conjuntos constituem o lugar de iguais, com tantas diferenças e contradições havendo a formação de um grau forte de companheirismo - a vizinhança.

Um dos elementos comum entre eles é que são migrantes, 74,32%, ou seja 165 dos 222 entrevistados vieram de outros Estados e de outros municípios do Paraná, sendo que 91 (55,2) originário do campo e 74 (44,8%) da cidade (vide tab. 5 e 6). Outro, é a mobilidade espacial dentro da cidade, visto que é o preço do aluguel que irá determinar a localização e o tempo de permanência deles num bairro.

Com a compra da casa própria, há a fixação desses cidadãos caracterizados pela grande mobilidade escpacial, nos conjuntos e consequentemente a formação de raizes, em parte representada pela vizinhança.

A vizinhança é um elo de ligação muito forte na vida dos conjuntos. Em várias entrevistas, a importância dos vizinhos em suas vidas, tanto positiva como negativamente, é flagrante. O vizinho é muito mais do que aquele que mora próximo. É um amigo, desfruta da confiança da família.

STOLCKE (1986), descreve assim a vizinhança num bairro de trabalhadores volantes agrícolas em São Paulo.

"Os vizinhos devem ajudar e ajudam no caso de uma emergência, tal como uma doença súbita, e devem apresentar suas condolências quando alguém morre (...) Os vizinhos ainda podem

cooperar na construção de um poço, por exemplo, que serviria para ambas as partes; e se oferece, sem se esperar nada de volta, ajuda que não envolve despesas, tal como dar a um vizinho restos de comida para alimentar um porco". (STOLCKE, 1986:363)

É possível constatar, por um lado, a presença de moradores que deixaram o Aquilez pelo Luís de Sá por desavenças com vizinhos e por outro lado, a permanência no conjunto devido a essa boa vizinhança. Esse grau de amizade entre vizinhos foi também constatado no trabalho de VALLADARES (1980).

A vizinhança ajuda na reforma da casa de modo especial quando o vizinho é pedreiro, servente, eletricista. A vizinhança funciona no sistema de "uma mão lava a outra, quando precisar ele me ajuda", prática comum também no uso do telefone, que apenas 21,8% dos moradores têm.

Na vizinhança o carro funciona como ambulância; no mínimo quatro moradores nos relataram situações em que o seu carro foi de fundamental importância no salvamento de doentes e parturientes, principalmente antes da construção do hospital da Zona Norte datado de 1988; como testemunha esse morador:

"Tenho carro, ajudo os vizinhos, principalmente no socorro as doenças. O carro e mais para uso dos vizinhos, como ambulância; já salvei muita gente. O povão é carente, não cobro nem gasolina. A ambulância além de cara, demora duas a três horas de espera. Tenho que levar o doente até o hospital, se não morre".

O carro nos conjuntos, ainda hoje é sinal de riqueza e prosperidade, muito embora para alguns, o carro seja uma necessidade imposta pelo trabalho, como é o caso de trabalhadores

que precisam do carro para se locomoverem com mais facilidade e agilidade. Tanto assim que apenas 14,4% dos moradores é proprietário de algum tipo de veículo.

Aos sábados e domingos, depois do almoço, é habitual as pessoas - homens, mulheres e crianças - ficarem conversando nas ruas ou sentadas nas calçadas. Alguns dos homens, vão aos bares, que se espalham por todo o conjunto, jogar snooker, beber uma cervejinha, conversar ou mesmo assistir um futebol, pela televisão, em companhia dos amigos. As crianças brincam nas ruas - mesmo as mais movimentadas - com jogos de bola, brincadeiras de roda e de rua.

Entre os moradores, destacando os mais antigos, existe uma identidade de origem e de história de vida, visto que 40,5% nasceram no campo e, antes de morarem em Londrina, trabalhavam na agricultura em outros municípios, como já foi salientado.

Dona Elza compara a vida nos conjuntos com a de vizinhança e coleguismo que existia na fazenda, no colonato e diz: -"Isto aqui é um grande fazendão. Gosto muito daqui".

Numa série de reportagens sobre os "Cinco Conjuntos", publicada pela imprensa local- Folha de Londrina - no período de 5 a 8 de janeiro de 89, o forte laço de amizade entre os vizinhos foi assim descrito:

> "Famílias sentadas à frente das casas na hora do descanso, crianças brincando, rodinhas de truco embaixo das árvores, num jogo de vizinhança, com gritos de camaradagem para todo lado... ali, salvo um ou outro, os vizinhos se

> respeitam, parecem adorar o lugar que moram e, sem exagero, alguns dizem que não querem outra vida no mundo. Gostam tanto de lá que não exitam em afirmar: Voltar para a cidade, nunca mais...sair daqui, só para o cemitério".

A solidariedade, amizade, fraternidade, são expressadas em muitas lembranças dos moradores, mas com destaque aqueles que só contavam uns com os outros no início dos conjuntos em 1979. Esses fortes laços de relacionamento, estimularam a formação da a Associação de Bairros, não formal, mas real, uma vez que foi a união, a perceverança e vontade de continuar em suas casas, que fortaleceu as lutas que as Associações levantaram em busca de melhores condições de vida.

* * *

3. Os moradores e as condições de reprodução da força de trabalho nos Conjuntos

Os dados aqui analizados tem como universo 913 pessoas = 100,0%, moradores dos Conjuntos Aquilez e Luís de Sá.

Estão assim distribuídas quanto a idade, sexo, local de nascimento e estado civil por porcentagem.

TABELA 19 - População por idade, sexo e local de nascimento

Tot.	rural		urbano		idade	masculino		feminino	
nº	nº	%	nº	%		nº	%	nº	%
196	50	3,54	146	17,88	< 1 - 10	89	9,54	107	11,43
213	64	7,79	149	18,05	11 - 10	115	12,43	98	10,65
163	61	7,43	102	9,38	21 - 30	77	8,55	86	9,54
137	61	7,43	76	7,79	31 - 40	56	6,22	81	8,99
093	55	6,90	38	3,72	41 - 50	42	4,66	51	5,66
057	30	3,19	27	1,42	51 - 60	28	3,11	29	3,27
037	30	3,19	07	0,71	61 - 70	21	2,33	16	1,78
014	09	0,88	05	0,53	71 - 80	06	0,67	08	0,89
003	03	0,18	-	-	81 - +	02	0,22	01	0,11
913	363	40,53	550	59,47	913=100,0%	436	47,72	477	58,28

Fonte: Pesquisa "in loco". 1989.

Estado Civil:	nº	%
solteiros	490	52,9%
casados	368	41,0%
viúvos	37	04,1%
separado desquitado	18	02,0%

Fonte: Pesquisa "in loco".1989.

Analizando os dados, relativo à estrutura populacional (tabela 19), temos, nos conjuntos, uma população jovem na faixa de 1 a 20 anos representando 44,07%, da população total, tendo nascido na cidade.

Em números absolutos a população de 11 a 20 anos é maior que a população na faixa de 1 a 10 anos, diminuindo progressivamente para as idades mais avançadas, demonstrando a diminuição da fecundidade nos conjuntos tendência atual na maioria das cidades brasileiras.

A percentagem de mulheres é maior que a de homens, e a medida que a idade aumenta, aumenta o número de pessoas que vieram do campo, expressando uma época (1960-70), quando 51,2% dessa população chegou a Londrina, em plena idade produtiva, ou seja com vinte anos.

O que podemos identificar com esses dados é que a população com mais de 30 anos é proveniente do campo, e veio migrada para Londrina à procura de melhor emprego, alguns trazendo seus familiares, outros sozinhos, e que a população abaixo dos 20 anos, em especial a que está com 10 anos, são pessoas que nasceram na cidade, em sua maioria em Londrina, e os menores de dez anos,

- se os pais foram os primeiros proprietários- nasceram no próprio conjunto.

São indivíduos que nasceram e se criaram nos conjuntos. Trazem consigo histórias e participações importantes na construção da cidade e do local em que moram.

Se analizarmos os dados de naturalidade, percebemos que 407 (51,2%) dos membros das famílias nasceram em Londrina. Se compararmos esse dado com o de local de nascimento do entrevistado, que em 92,7% foi o pai ou a mãe, apenas 27,47% nasceram no município de Londrina e 74,32% nasceram fora do município. São migrantes de vários pontos do país e do proprio Paraná como vimos na parte sobre migração. (Cap. I parte 3)

A idade dos que nasceram em Londrina, quer no campo ou na cidade, variam em torno de 20 anos. Considerando que seus pais são migrantes, os dados demonstram que estes chegaram na década de 70, em busca de melhores condições de vida - emprego.

A população residente nos conjuntos é relativamente jovem,(vide tabela 19) com maior números de indivíduos tendo idade até 30 anos. Se considerarmos que essa população foi para os conjuntos recém casada, ou seja, constituindo família, o conjunto foi o locus de reprodução da força de trabalho e, quanto a substituição física dos indivíduos.

São indivíduos em plena idade produtiva, estando integrados no sistema produtivo, empregados ou fazendo parte da super população relativa, um vez que há a presença de desempregados. Quanto ao Estado Civil, 490 (52,9%) são solteiros e 368 (41,0%) casados, caracterizando os conjuntos quanto uma estrutura populacional extremamente jovem e portanto fornecedora em potencial de força de trabalho e da substituição física desta.

"O casamento ou a constituição da família operária, é bem ao contrário do que pode ser verdadeiro para outras classes, não a maneira de perpetuar a espécie mas uma forma de defesa: defender-se da exploração, em que se unem homem e mulher para, mediante a venda da força de trabalho de um e a produção de valores de uso doméstico de outro defenderem e sobreviverem à exploração. Os filhos ou a prole são um resultado (...) fazem parte do custo de reprodução da força de trabalho e da substituição pelo "gasto de trabalho" a que a força de trabalho esta submetida". (OLIVEIRA, 1976:13)

Pelos dados apresentados na tabela 20,percebemos que as famílias tem em média 2 filhos e pela diferença percentual entre mães e pais o índice de mulheres vivendo sozinhas,mães solteiras, desquitadas ou separadas é expressivo, 210 (223,1%)

TABELA 20 - Grau de parentesco morando na unidade residencial

Grau de parentesco	nº	percentagem
Pai	175	19,4
mãe	215	23,1
1º filho (a)	186	20,2
2º filho (a)	124	13,7
3º filho (a)	88	9,7
4º filho (a)	41	4,5
5º filho (a)	19	2,2
6º filho (a)	07	0,8
7º filho (a)	03	0,3
8º filho (a)	01	0,1
avô (avó)	19	2,2
tio (a)	07	0,8
primo (a)	02	0,2
sobrinho (a)	09	1,0
neto (a)	09	1,0
padrasto	03	0,3
padrinho	01	0,1
nora	04	0,4
Total	913	100,0

Fonte: Pesquisa "In loco". 1989.

As famílias com muitos filhos não constituem regra nos conjuntos.Estes são numerosos nas famílias mais antigas onde toda a família nasceu em outro município, principalmente no campo.

Mas notamos a gama de parentesco dos que habitam a mesma casa. Não raro estas abrigam avós, primos, sobrinhos, etc, pessoas recem-migradas que coabitam a mesma moradia ou por estarem doentes, desempregados ou ainda impossibilitados de arcarem com a despesa de uma moradia só para eles, auxiliando assim na produção doméstica de valores de uso, principalmente cuidando das crianças, se a mãe trabalha fora, além de diluir as despesas, aumentando a renda familiar pela aposentadoria que recebem.

TABELA 21 - Escolaridade dos entrevistados (número e percentagem)

nº	%	
237	26,0%	frequenta escola
444	48,6%	parou de estudar
170	18,6%	analfabeto
062	06,8%	menor de sete anos
913	100,0%	Total

Fonte: Pesquisa "in loco". 1989.

TABELA 22 - Escolaridade: série dos que estudam

Os 237 (26,0%) moradores que estão estudando distribuem-se pelas seguintes séries:

Série	nº	percentagem	nº	% acumulada
1	36	15,2	36	15,2
2	31	13,1	67	28,3
3	39	16,5	106	44,7
4	35	14,8	141	59,5
5	38	16,0	179	75,5
6	23	9,7	202	85,2
7	15	6,3	217	91,6
8	20	8,4	237	100,0

Sendo que 202 (85,1%) estão no 1º Grau

33 (14,0%) estão no 2º Grau

e apenas 02 (0,8%) estão no 3º Grau

Fonte: Pesquisa "in loco". 1989.

Dos que estão na escola, 158 (73,9%) frequentam as escolas dos conjuntos, em sua maioria fazendo o 1º Grau. Aqueles que estão cursando o 2º grau, se deslocam até as escolas localizadas no centro, pois nos conjuntos só existe uma única escola que oferece o 2º grau, e não tem vaga para a maioria dos jovens acima dos 15 anos. A procura de vagas para o 2º grau é maior que a oferta, havendo um déficit escolar.

O problema de falta do 2º grau nos conjuntos é sério, visto que os jovens que poderiam estar fazendo o 2º grau,

trabalham. Muitos desistem no meio do curso (tabela 21), devido a falta de ônibus à noite para voltarem para casa, além de ser difícil também de conseguirem uma vaga nas poucas escolas de 2º grau do centro.

Uma das reinvindicações dos moradores quanto à escola, é que tivesse o 2º grau noturno, profissionalizante, nos conjuntos. Para os moradores é importatíssimo que o curso profissionalizante para seus filhos, fosse oferecido pelo Estado, cursos tipo do SENAC, SESI, que formam mão-de-obra especializada para a indústria e o comércio.

Analizando a tabela 22 o número de pessoas que só têm o 1º grau é alta, ainda mais se observarmos que muitos dos que pararam de estudar, só fizeram até quarta série, o que corresponde ao antigo primário. A evasão escolar nos conjuntos é também alta, e na faixa 7-10 anos, 6 (1,35%) já pararam de estudar (tab. 23). Vários são os fatores que contribuem para isso, falta de creche, segurança, carência de material escolar - como ilustra o seguinte testemunho:

"Tirei a minha menina da escola, tem 09 anos, para cuidar do meu menino de 03 anos... além de ter medo de deixar a minha filha solta".

Problemas como esse existem por todo o conjunto, principalmente pela falta de creches e pela necessidade das mães trabalharem, motivos pelos quais os irmãos maiores cuidam dos irmãos menores e dos afazeres domésticos. Desse modo, nos conjuntos principalmente as famílias de Renda Familiar mais baixa a produção doméstica de valores de uso está a cargo dos filhos maiores ou de parentes que vivem na mesma casa

Outro problema apontado é a falta de segurança. Pelo fato da escola só funcionar em um período, ou manhã ou a tarde, o número de jovens brincando nas ruas é grande. Essas crianças não tem atividade no outro período e ficam pela rua. Esse é um problema sério apontado pelos moradores que têm seus filhos estudando num período, e que no outro não tem atividade formal.

TABELA 23 - Parou de estudar (número e percentagem por grau)

GRAU	idade em nº e %													
	07 - 10		11 - 20		21 - 30		31 - 40		41 - 50		51 - 60		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
1º	06	1,4	60	13,5	115	25,9	98	22,1	61	13,7	53	11,9	393	88,5
2º	-	-	12	2,7	20	4,5	10	2,3	5	1,1	-	-	47	10,6
3º	-	-	-	-	01	0,2	03	0,7	-	-	-	-	04	0,9
Total	06	1,4	72	16,2	136	30,6	111	25,1	66	14,8	53	11,9	444	100,0

Fonte: Pesquisa "in loco". 1989.

TABELA 24 - Parou de estudar por série

SÉRIE	PORCENTAGEM		ACUMULADA	
	nº	%	nº	% ac.
1	31	7,0	31	7,0
2	45	10,2	76	13,3
3	57	13,0	133	30,2
4	134	29,5	267	59,8
5	51	11,6	318	71,4
6	26	5,9	344	77,3
7	29	6,6	379	83,9
8	71	16,1	444	100,0

Fonte: Pesquisa "in loco". 1989.

Reclamam, dizendo que a escola deveria ser em período integral, dando acompanhamento para as crianças, ou mesmo desenvolvendo os esportes com elas. Citam o projeto Re-criança que estava dando certo: conseguindo tirar a criançada da rua, diminuindo o número de pequenos furtos, além de incentivar a criança para prática de esportes e reforço escolar. Sem qualquer aviso e justificativa para a comunidade, a Prefeitura acabou com o projeto, como esclarece o depoimento:

Dona Doraci - "A rua é o único lugar para brincar. Crianças na rua não tem atividade. O Re-criança não deveria ter acabado. Dava reforço escolar, ajudava nas tarefas, merenda escola, atendia a todas as crianças, treinamento de esportes. O proje-

to acabou de uma hora para outra. No conjunto deveria ter escola em tempo integral, ou voltar esse projeto".

Observando as tabelas 23 e 24 na faixa de idade dos 15 - 40 anos, 48,19% pararam de estudar, e 59,8% só tem a quarta série do primeiro grau. Desse modo a população ativa nos conjuntos é formada por um nível qualitativo baixo de mão-de-obra. Os trabalhos que executam requerem pouca escolaridade, pouca qualificação profissional, e recebem salários mais baixos estando na faixa de 0-3 salários mínimos. Considerando que três pessoas integram a formação da renda familiar, cada um recebe um salário mínimo.

Os conjuntos constituem o local onde essa massa de trabalhadores, super explorados, se abriga. São trabalhadores da construção civil, vigilantes, domésticas, costureiras, funcionários públicos, polícia militar, encanador, enfermeiras, aposentados e desempregados.

> "Na cidade, a produção doméstica de valores de uso toma várias formas e se dá em vários "locais" de produção: seja na própria residência operária - seja na rua, na produção de valores de uso "invisíveis" - quase todos os serviços pessoais ou de consumo -, seja no residência de outra classe social, na forma de emprego doméstico de mulheres".(OLIVEIRA, 1976:23)

Consideramos a "do lar", como mão-de-obra ativa, embora não remunerada, mas desempenha um importatíssimo papel na reprodução da força de trabalho e no rebaixamento do custo desta, representando 24,0% da população que desempenha algum trabalho, residente nos conjuntos.

A "do lar" é a mulher que fica em casa cuidando das crianças menores, cozinhando, lavando, passando, limpando a casa, enfim produzindo valores de uso domésticos. Não é necessariamente a mãe, pois esta trabalha fora, mas a filha, a avó, a tia, prima, ou seja, outras pessoas que fazem parte da família, e coabitam a mesma casa.

> "O desenpenho de funções no lar equivale a certa poupança que deve ser acrescida, pois, ao orçamento doméstico. Todavia, as funções domésticas, embora econômicas, inibem a determinação da mulher, como pessoa economicamente independente (...) Deixando a família de comportar-se como o centro da economia, como unidade produtiva, ficam, por assim dizer, divididas as funções domésticas e as funções diretamente econômicas entre os sexos, divisão esta geradora da independência econômica individual em grande escala para o homem e em muito pequena escala para a mulher". (SAFFIOTI, 1969:249)

A produção de valores de uso doméstico é essencial para gerar uma certa poupança diminuindo os gastos em escola/creche para os filhos menores, assim como no preparo da refeição que será consumida no trabalho no dia posterior e na prórpria sobrevivência dos indivíduos que moram na mesma casa e que reproduzem sua força de trabalho cotidianamente na mesma casa, e para tanto precisam usar "objetos" que foram produzidos, pela pessoa da mulher que fica realizando estas tarefas. Esses objetos podem ser materializados na comida feita, na roupa lavada e passada, na casa

limpa, nos filhos limpos e educados. São serviços feitos por uma pessoa, e portanto usando força de trabalho, que possui uma especificidade, não receber salário pelo seu trabalho, não realiza mercadoria no processo produtivo capitalista, - que é "invisível", que tem uso e que é imprescindível para a reprodução da força de trabalho.

Nos conjuntos, várias foram as casas que exibiam plaquetas de vende-se geladinho, (suco congelado, uma espécie de sorvete) pipoca, faz-se bolos e doces, além de serviços com uma certa qualificação como por exemplo: barbearia, cabeleira, costureira entre outras.

é geralmente a mulher que está incumbida das tarefas caseiras, que cuida da horta, geralmente no funda da casa e do jardim, faz o pão caseiro, consumido regularmente por 65,6% das residências. Já a massa caseira, macarrão caseiro, e o biscoito não fazem parte do costume culinário, sendo feito em apenas 20,0% das pessoas entrevistadas.O café caseiro é consumido em 30% das casas e, às vezes comprando o grão torrado, moendo-o em casa e as vezes comprando-o sem torrar. Em algumas casas encontramos pés de café que são utilizados para o consumo.

A população ativa dos conjuntos representa 76,7% do total levantado, estando assim distribuída:

TABELA 25 - A população ativa nos conjuntos por setor econômico em percentagem

comércio	8,5%
banco/escritório	10,3%
construção civil	8,8%
indústria	7,1%
funcionário público	5,2%
mecânica	3,4%
autônomos	7,6%
segurança/motorista/porteiro	7,3%
doméstica	6,9%
aposentado	8,2%
desempregado	2,2%
boia fria	1,1%

Fonte: Pesquisa "in loco". 1989.

Analisando a tabela 25, os trabalhos que a população ativa desenvolve, estão concentrados no setor terciário abrangendo as atividades de serviços e coméricio. A indústria emprega, se comparado com o setor terciário, menor mão-de-obra, refletindo a situação econômica londrinense onde o setor do comércio, serviços e bancário, gera maior número de empregos.

O transporte utilizado é o ônibus em 90,1% dos entrevistados, consumindo duas horas por dia de cada trabalhador para ir e vir do trabalho. Devido a distância, e a deficiência dos transportes, eles almoçam no trabalho, levando marmita. Tem-se em

média uma hora e meia de almoço, que na verdade não é inteiramente utilizada por todos os trabalhadores; estes ficam inteiramente a disposição do patrão, que lhes retira sobretrabalho e com isso aumenta a taxa de mais valia.

"Temos uma hora e meia de almoço. Não dá para voltar para casa. Comemos de marmita. No intervalo, se lê, dorme, conversa, anda pela cidade, para vê as coisas; comprar quase nada, ou ainda se faz hora extra".

O carro particular é usado em apenas 5,7%. A bicicleta em 0,6% e há ainda 1,5%, que vão e voltam a pé.

TABELA 26 - Local de trabalho:

prefeitura	2,7%
nos "Cinco conjuntos"	6,8%
hospitais: H.U.	2,4%
Santa Casa	0,5%
Evangélico	1,1%
av. Brasília, Tiradentes e indústrias	11,8%
centro	74,7%

Fonte: Pesquisa "in loco". 1989.

Como podemos observar na tabela 26, a maioria da população ativa empregada, trabalha no centro e nas áreas industriais e de comércio pesado - concentradas nas avenidas Brasília e Tiradentes, no Parque das Indústrias Leves e Cilo I e II.

É pequeno o número dos que trabalham nos conjuntos, e se refere àqueles que desemepnham a profissão de professores, merendeiros e vigias, que estão empregados principamente nas escolas municipais e estaduais localizadas nos "Cinco Conjuntos", ou que tem algum negócio nos conjuntos, que o uso de lotes por comércio e serviços.

Como pode ser observado no mapa 15 vários são os lotes ocupados por serviços e comércio. Alguns estão associados à moradia, outros destinados somente ao comércio ou serviços. Estão espalhados por todo o conjunto, havendo uma concentração maior de casas com uso exclusivo para comércio ou serviços na Avenida Saul Elkind - na primeira quadra do Luís de Sá e nas ruas por onde passa o ônibus.

Os moradores dos conjuntos estão servidos de quase todos os ramos do comércio e dos serviços, havendo maior quantidade de bares, mercearias, quitandas, açougues e bazares, facilitando as compras no próprio local de moradia, embora os preços sejam mais elvados que nos supermercados localizados no centro.

Quanto aos serviços, existem: assistência técnica de eletrodomésticos, mecânica e funilaria, costureira, tapeceiro, cabeleireiro, sapateiro, encanador, eletricista, pintor, borracharia, marceneiro. E ainda, geladinho, vassoura, sabão caseiro, café caseiro, carroceiro, entre outros.

Esse comércio e serviços em boa parte dos casos proporcionam ao morador, dono do estabelecimento, um reforço no orçamento familiar, não consitindo em regra, a única fonte de renda da família. Alguns serviços prestados, são feitos pelas mulheres, que trabalhando na própria moradia, realizam valor de uso doméstico e

ainda tomam contam de um negócio que trará um extra, aumentando a Renda Familiar.

A saúde da população entrevistada, quanto a doenças graves ou que necessitam de cuidados médicos constantes, é boa, pois somente 73 (33,3) apresenta alguma doença, sendo as mais frequentes as doenças respiratórias, cardio-vasculares e reumáticas.

Quando existe algum tipo de problema quanto a saúde, a população procura o posto de saúde, localizado no Aquiles, que atende os pequenos casos, principalmente ligados à doença ou curativos em criançs e exames periódicos como pré-natal e vacinação regular.

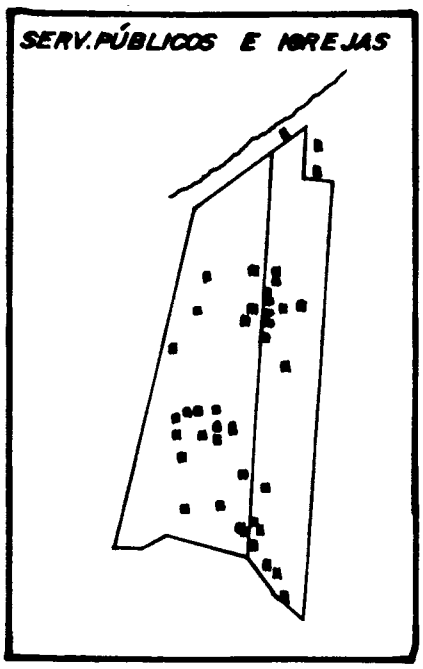
Para doenças mais graves, ou consultas com especialistas, a população busca atendimento no Hospital da Zona Norte, no INAMPS, Hospital Universitário ou ainda as clínicas de convênios particulares. Mas dependendo da urgência e seriedade do caso, o moradores procuram o Hospital Universitário, que embora muito distante dos conjuntos, é mais procurado, deviodo aos bons profissionais capacitados. Como esclarece o depoimento de um morador:

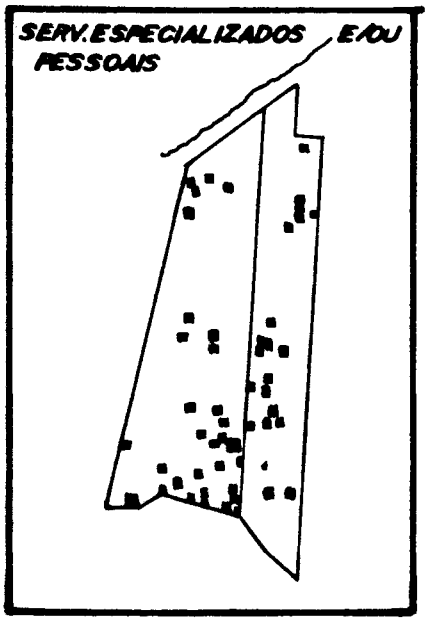
-"O hospital Universitário é o centro hospitalar mais preparado do Paraná".

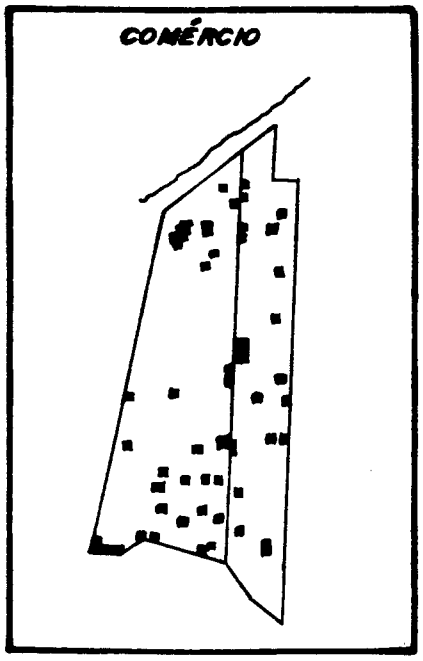
O Hospital da Zona Norte, conveniado com o INAMPS, foi uma importante conquista dos moradores dos "Cinco Conjuntos", implantado em 1988. Apontado pelos entrevistados como o Centro médico-hospitalar mais procurado em hora de emergência, diminuindo a distância e o risco de vida dos moradores doentes ou acidentados. Antes de 1988, ano da entrega do Hospital, tinham que percorrer mais de 15 quilômetros para serem atendidos. Devido a distância, e a falta ou demora das ambulâncias, a vizinhança é de extrema importância no socorro de doentes e parturientes.

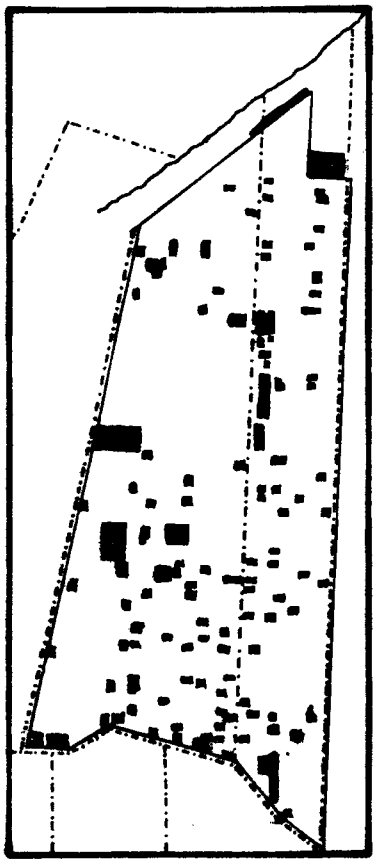
MAPA 15

LOTES OCUPADOS POR SERVIÇOS OU COMÉRCIO CONJ. AQUILES E LUIS DE SÁ



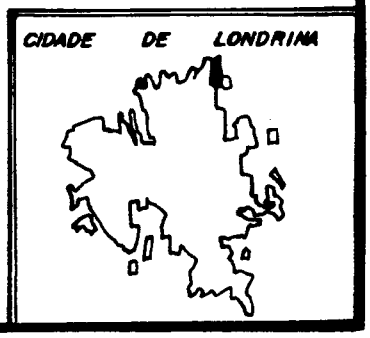






FONTE: METRONOR
PESQUISA "IN LOCO"-JUN.89

ORG.: CLAUDIA L.E. ALVES
ROSELY M. LIMA



DES: ANGÉLICA

Mesmo com a inauguração do Hospital da Zona Norte, os vizinhos que têm carro, ainda são chamados para transportar os doentes a hospitais mais distantes. Isso ocorre, porque aquele hospital muitas vezes não tem aparelhagem necessária e nem leitos suficientes para atender a população moradora nos "Cinco Conjuntos".

Existe uma religiosidade nos conjuntos sendo que o culto é praticado em 146 (67,16%) dos entrevistados, diluído em várias religiões, destacando-se a Católica, a Protestante e a Evangélica.

No planejamento dos conjuntos foi previsto locais para a construção das igrejas Católica e Protestante, a fim de que os moradores não precisassem sair dos conjuntos e ir para a cidade para frequentar as igrejas.

Observando a tabela 27, nota-se que a religião Católica é que congrega mior número de fiéis (75,0%), seguida pela Evangélica (7,35%) e Protestante (3,92%). Mas é expressivo, também o número de pessoas que declararam não ter nenhuma religião (5,39%).

Na atualidade, no Brasil, vemos a multiplicação de vários credos, que vão penetrando tanto no meio urbano, quanto no rural. Os conjuntos também é o espaço onde inúmeros credos religiosos se desenvolvem, arrebanhando pessoas que buscam na religião um alento ou até uma explicação espiritual para os problemas e dificuldades materiais.

Observando a tabela 27, há uma porcentagem considerável (32,44%) de moradores que não participam dos cultos, concentrando na religião Católica (25,49%)

TABELA 27 - Religiões dos entrevistados

Igreja	Participa dos cultos					
	não		sim		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Católica	57	25,49	106	49,51	163	75,00
Protestante	02	0,98	08	2,94	10	3,92
Evangélica	01	0,49	17	7,35	18	7,84
Umbanda	01	0,49	-	-	01	0,49
Congregação C. Brasil	-	-	04	1,96	04	1,96
Adventista	-	-	02	0,98	02	0,98
Budista	-	-	01	0,49	01	0,49
Salão do Reino	-	-	01	0,49	01	0,49
Assembleia de Deus	-	-	03	1,47	03	1,47
Deus é Amor	-	-	01	0,49	01	0,49
Presbiteriana Indep.	-	-	01	0,49	01	0,49
Espírita	-	-	01	0,49	01	0,49
Testemunha de Jeová	-	-	01	0,49	01	0,49
Nenhuma	15	-	-	-	15	5,39
Total	76	32,84	146	67,16	222	100,00

Fonte: Pesquisa "in loco". 1989.

Algumas dessas igrejas existem nos conjuntos, localizadas nos lotes ocupados por casas, é o caso das igrejas Testemunha de Jeová; Cogregação Presbiteriana Cristã Primitiva; Igreja

Missionária; Assembleia de Deus; Casa de Oração, além da Católica e Protestante.

Nos dias de repouso do trabalho, os moradores, em 8,56% dos casos vão à igreja, participar dos cultos, ou ainda desenvolver seus trabalhos missionários ou de visita como é o caso dos seguidores dos Testemunhas de Jeová.

Mas, 175 (78,83%) dos entrevistados, nos dias de folga,ficam em casa. Em casa, as mulheres que trabalham, fazem a limpeza da casa, cuidam do jardim/horta, e fazem trabalhos manuais, principalmente tricô e crochê. Os homens jogam bola, vão ao bar, pescam. Os jovens vão principalmente às lanchonetes espalhadas pela av. Saul Elkind. Poucos vão ao cinema, teatro e clube.

Quando saem, é para fazer visitas à parentes ou amigos que moram noutros pontos da cidade. Mas dizem que é muito difícil, pois o ônibus nos finais de semana é demorado e lotado, desestimulando os moradores a sairem de suas casas.

As Visitas são feitas principalmente nos domingos, quando saem cedo, só retornando a tardinha, mas não é prática comum.

Pelo fato de ficarem em casa, o conjunto acaba sendo o lugar em que passam o final de semana; principalmente domingo a tarde quando se encontram e conversam na calçada.

Quando perguntados sobre o que falta nos conjuntos quanto a lazer, responderam:

102 - 45,95%.....praça de lazer/cancha

025 - 11,26%.....piscina/clube

040 - 21,62%.....cinema/teatro

055 - 28,38%.....nada/não sabe

Para os moradores seria ótimo ter opções de lazer no próprio conjunto ou nas imediações, não precisando se deslocar até o centro.

Está sendo construído, vizinho ao Conjunto Aquilez, o Clube Primavera. Muitos dos moradores compraram título, e acreditam ser o melhor investimento para lazer que podem oferecer para seus filhos.

A construção do clube trará à rua Guilhermina Lhamam uma renovação urbana, uma vez que já existem moradores que estão construindo dependência, na frente ou atrás da casa para abrirem um negócio, pricipamente lanchonete ou bares, pensando nas pessoas que irão frequentar o clube e passar pela rua, que é via de acesso para o clube.

Para compras mensais os moradores se abastecem no Mercado próprio do conjunto, Viscard, devido a proximidade e a facilidade na entrega das compras (42,53%).

A feira é feita mensalmente, em razão dos baixos salários e também porque muitos moradores plantam verduras e têm árvores frutíferas nos quintais, além da feira de domingo ser distante, cerca de três quilômetros na Avenida Saul Elkind, no Conjunto Maria Cecília.

A mercearia é usada principalmente para emergências e pelos moradores que recebem diariamente.

Com uma Renda Familiar entre 0 e 3 salários mínimos, os moradores dos conjuntos além do arroz e feijão, comem diariamente ovos (66,67%), verduras (77,48%) legumes (69,82%). A carne bovina e de frango é consumida semanalmente por 42,79% e 48,65% dos moradores, respectivamente. Os de renda menor que 3 salários

mínimos nos responderam que o consumo de carne é mensal e há os que responderam que é muito difícil comerem carne. A carne é consumida nos primeiros dias após receberem o ordenado, e em geral compram a carne mais barata e em quantidade que dá para no máximo duas refeições.

O macarrão é de consumo semanal, e como reza o costume brasileiro, principalmente aos domingos.

Queijo e derivados de leite não são consumidos, em virtude do preço, assim como enlatados e conservas em 81,9% dos casos.

O peixe é consumido raramente, em ocasiões especiais, como na Semana Santa. Os moradores não têm o costume de comer peixe, pois 60,36% respoderam que é muito difícil o consumo desse alimento.

No café da manhã é consumido café e pão, principalmente o caseiro, com margarina.

As frutas tem um consumo pequeno, quando comprada principalmente na feira. A fruta mais consumida é a plantada no quintal: banana, mexirica, manga, mamão, limão, abacate. Das casas 40,54%, têm algum tipo de árvore frutífera no quintal, assim como 29,28 tem horta, sendo que a maior porcentagem destas, estão nas residências que recebem de 0 a 3 salários mínimos. Os que têm o restante do lote sem uso, ou somente com jardim, são aqueles que possuem uma Renda Familiar acima de 4 salários mínimos.(vide fotos nºs 09 e 10)

Os que utilizam o lote para a horta ou para árvores frutíferas, além de gostar de plantar, mexer na terra, tem nessa produção garantido alguma "mistura" e sobremesa para as refeições.

O fato de morarem em casa e terem um quintal, um pedaço de terra fértil para plantarem, recriam uma situação de vida de seu passado, quando plantavam, trabalhavam e viviam no campo. A terra, o contato com ela, é tão importante, tendo um peso igual a casa na reprodução da força de trabalho, para os moradores dos conjuntos, em especial para aqueles que nasceram ou vieram da área rural.

A necessidade de trabalhar com a terra é ressaltado no depoimento de Dona Adelina:

"Eu adoro serviço de roça, a coisa que mais adoro é trabalhar na roça, tenho que ficar mexendo na terra, não largo serviço de roça pelo da cidade".

foto do autor

julho/89

Foto 09 - Aspecto do aproveitamento do lote com horta e árvores frutíferas.

foto do autor

julho/89

Foto 10 - Aspecto de uma casa no Aquilez, em tamanho original.Destaque para a arborização, principalmente as mangueiras.

Os conjuntos se caracterizam pela quantidade de árvores, sendo flagrante na paisagem, algo que agrada aos olhos e, muitas vezes, oculta entre as copas das árvores as casas de meia água e sem reboco, com presença de infiltração e sem insolação devido a localização na vertente e essa, em relação à esposição do Sol.

Essa arborização destaca os conjuntos antigos, que tem uma população com Renda Familiar mais baixa proveniente do campo, daqueles mais novos e consequentemente com uma Renda Familiar mais alta, já aculturados aos costumes urbanos.

Como vimos pelos dados, as famílias com salários variando entre 0 e 3 salários mínimos são aquelas que se dedicam á

plantação de hortas e árvores frutíferas, e utilizam parte de suas horas de repouso, nos cuidados de sua plantação.

A terra é um elemento importante na vida dessas pessoas. é muito mais que a propriedade. A terra proporciona plantar, para matar a fome, para a sua subsistência no cultivo de verduras e frutas.

Ecléa Bosi, em seu estudo de desenraizamento, insere o seguinte depoimento:

> "Uma coisa que ninguém sabe é que a gente da roça quando chega aqui (na cidade) tem um medo maior que todos, o medo de passar fome. Sim, porque, acostumada a plantar para comer, não vendo nem um pedaço de chão, sem terra nenhuma a gente se preocupa: Como vou comer?" (BOSI, 1987)

Esse depoimento, é um sentimento que as pessoas de origem rural têm. é diferente o pensar do morador de uma cidade e do campo. O morador da cidade tem que comprar todos os elementos indispensáveis para a sua reprodução, vendendo sua força de trabalho em troca de um salário. O do campo, também tem que vender sua força de trabalho pelo seu salário, mas tem a oportunidade de plantar, dependendo das relações de produção em que está inserido, e das condições de sua moradia.

BOSI (1987), coloca o despojamento do homem da terra, na cidade e principalmente nos loteamentos de periferia, quando os empreendimentos "raspam a terra pelo trator, que condena o solo à esterilidade. Roubando-se a camada de terra-mãe, fértil, escura, o morador fica impedido de plantar no torrão árido e vermelho sobre qual assenta sua casa".

Nos conjuntos, quando de sua implantação, a contrutura mexeu muito pouco na topografia e portanto não houve a raspagem completa do solo. Outro fator importante, quanto ao solo, é que estamos no Norte do Paraná, terra roxa de excelente qualidade agrícola.Desse modo, a qualidade natural do solo, aliada a adubos orgânicos, e aos cuidados dos moradores, dão à terra fertilidade e esta proporciona aos moradores a "mistura" para suas refeições, ajudando na cesta básica e contribuindo para reprodução da força de trabalho que, em outros termos, se realizaria em piores condições.

* * *

4. A união fez a força: Associação de bairro.

Graças a atuação da Associação de moradores não só do Aquiles e do Luís de Sá, mas de todos os conjuntos da Zona Norte, aquela população tem hoje uma qualidade de vida melhor, se comparada a alguns bairros da cidade e ao que eram os conjuntos em 1979.

Como bem esclarece o redator da matéria, nos dez anos de existência dos conjuntos, os habitantes "transformaram o lugar num paraíso, se comparado aos primeiros tempos; se chegaram as escolas, os postos de saúde, o hospital, as farmácias, o comércio, a delegacia, benfeitorias que melhoraram a qualidade de vida do lugar, assim como o posto bancário, posto de gasolina, correio e uma série de melhoramentos, tudo isto se deu como resposta às diferentes reinvindicações". (Folha de Londrina 1989)

Os "Cinco Conjuntos", em especial o Aquilez, por estarem situados no extremo nordeste da cidade, carecia de toda a infra-estrutura urbana.Faltava água com frequência, luz só havia nas casas, as ruas não eram asfaltadas, telefone e ônibus só há mais de dois quilômetros. Comércio, farmácia, banco, hospital, posto de saúde, delegacia, ficavam a uma distância de dez quilômetros, ou seja no centro da cidade.

Quando os conjuntos foram entregues só existiam duas coisas: casas e gente.

Foi essa gente, oriunda de vários pontos do país, do Paraná e de Londrina, do campo e da cidade, unida sob um único ideal: melhorar as condições de habitabilidade do local onde resi-

dem, que fundaram e deram vida a Associação de bairros.Eram de várias origens e profissões, que se sentiam excluídas da cidade, marginalizadas, enfim segregadas sócial e economicamente, mas que se identificavam quanto as necessidades de melhoria para o conjunto. Essa união suplantava as diferenças sociais existentes dentro dos conjuntos, organizando os moradores em torno de uma luta conjunta, numa Associação, para melhoria das condições de vida ou da reprodução da força de trabalho.

Segundo MOISéS (1982), a unidade da população frente a reinvindicações por melhorias das condições de habitabilidade e pela busca dos direito de cidadania formam entre diferentes uma identidade popular:

"Uma identidade popular que dava unidade a setores distintos como os operários industriais, os assalariados de bancos e comércio, a baixa burocracia estatal e, muitas vezes, profissionais liberais. Esta unidade foi alcançada por certos objetivos definidos em face de um Estado em crise e implicavam, de forma especial, em certos direitos de cidadania que eram essenciais à sobrevivência desses setores nos grandes centros urbanos... a possibilidade de lutar por melhores condições de sobrevivência". (MOISéS, 1982; 26)

Dona Doraci, Elza, Fernando, Nair e Orides fundaram a Associação do Aquiles com o objetivo de reinvindicar, junto à Prefeitura, a infra estrutura que o conjunto deveria ter, além de encabeçarem campanhas para recolher mantimentos, vestuários e medicamentos para os mais necessitados, moradores em sua maioria, na parte baixa do conjunto.

Para os moradores que estavam segregados espacialmente, já que os conjuntos ficam a dez quilômetros do centro, rodeados de área agrícola - cafezais - os problemas estruturais que enfrentavam, como falta de água, iluminação e calçamento nas ruas, transporte, além dos serviços de saúde e educação, só poderiam ser resolvidos se eles se unissem a fim de chamar a atenção e sensibilizarem a Prefeitura, para que se investisse nos conjuntos, nos serviços coletivos que aquele espaço deveria ter, uma vez que nos acordos entre a COHAB/BNH, cabe a Prefeitura executar as obras de infra-estrutura urbana.

Dona Doraci lembra: "Ficamos na Associação até 1986. Nesse ano saímos da Associação por causa da política ... dentro da Igreja.

"Eu e Dona Elza, trabalhávamos com a campanha de alimento e roupa. Recolhíamos alimentos e distribuíamos no primeiro domingo do mês. Utilizávamos os carros do Senhor Josir, Elza e Orides. Fazíamos a campanha dentro do conjunto com grupos de jovens, que promoviam, além de outras atividades, aula de catequese. As pessoas tinham ficha na igreja, e entregavam os alimentos no Centro Comunitário e na casa de Dona Nair.

"O pessoal que não tinha nada, ficava com um pouco. A Associação recolhia bastante alimento e roupa. Na época, o pessoal (os moradores) participava bastante. Hoje, não sei como está. As pessoas estão acomodadas. Há pessoas que precisam, pois trabalham, mas não têm dinheiro para comprar roupas e alimentos.

"A solução é ter emprego e receber mais. Existe a procura de emprego, de faxineira por exemplo, mas não pegam, parece que tem preguiça, desânimo, má alimentação".

Dona Doraci, lembra um período, no início dos anos 80, quando a união dos moradores era estimulada, por um lado, pela presença de problemas da falta de serviços coletivos e, de outro, se agilizava em torno de problemas de pobreza aguda, como por exemplo a falta de comida, entre alguns moradores, principalmente aqueles residentes nas casas de meia água, localizadas próximas ao vale.

Dona Elza afirma que atualmente a Associação do Aquiles, em menor grau que antes, continua prestando uma assistência maior aos moradores da parte de baixo do conjunto. Ela (a Associação) divide os conjuntos em dois. "O de cima" onde a população, tem mais recurso; a essa porção ela denomina de Luís de Sá (mesmo a parte do Aquiles) e, a "parte de baixo", englobando a porção do Aquiles, Luís de Sá e Maria Cecília, que denomina de Aquiles.

Na atualidade, a partir dos comentários e das reclamações, bem como devido ao baixo índice de participação dos moradores, a Associação não vive mais aquele áureo período, quando a união fez a força e conseguiu transformá-la numa das mais fortes da cidade. Hoje, dos entrevistados, somente 45 (21,6%) participam da Associação de bairro, e o restante dos moradores 177 (78,4%) não se interessam, não têm iniciativa para participar, esperam que os outros moradores hajam por eles, criticando a atuação da Associação e da Prefeitura. Essa desmotivação em participar da Associação de bairro é sentida também à nível da participação dos entrevistados em sindicatos e na filiação à particos políticos.

Tanto assim, que 175 (76,4%) não são filiados a nenhum sindicato e dos 23,7% que são filiados, apenas 11,1% vão as

reuniões. Somente 2,0% dos entrevistados são filiados a algum partido político, expressando com esses dados o baixo índice de participação em associações de classe.

Há hoje uma completa desmobilização por parte dos moradores, na participação em Sindicatos, partidos e principalmente na Associação de bairro. Dos entrevistados, alguns afirmaram que não participam mais da Associação, porque não são convidados pessoalmente; outros que não adianta nada, é tempo perdido, que trabalha e não tem tempo, como bem esclarecem os depoimentos a seguir:

-"Quanto a Associação, não compensa, problema político. A Associação deveria trabalhar em termos de comunidade (proveito para a comunidade) e não para as autoridades". (quadra 18)

-"Falta comunicação da Associação com a população. Tem política e favoritismo na distribuição do vale do leite pela Associação..." (quadra 29)

-"Na diretoria da Associação, falta tempo para trabalhar pro conjunto e ir atrás do que a comunidade quer. Todo mundo tem que trabalhar para ganhar o pão. Outro problema, falta idéia para conseguir mais coisa". (quadra 16)

A falta de tempo e de comunicação com a comunidade, por parte da diretoria da Associação, aliada a problemas políticos, que alguns dizem existir, é um dos fatores para se tentar entender a desmotivação dos entrevistados. Outro fator, na visão de 14,41% dos entrevistados, não há nada o que melhorar no conjunto, sendo que para 19,37% o transporte coletivo está ótimo, e para 45,05% não há nada o que reclamar das escolas.

A partir das entrevistas e dos dados coletados, se constata que para alguns dos moradores (21,6%), o conjunto ainda precisa de melhorias, melhores escolas, áreas de lazer, melhor sistema de transporte, atendimento noturno no posto de saúde, enquanto para a grande maioria (78,4%) não há nada o que melhorar nos conjuntos. Estão satisfeitos e felizes por terem uma casa para morar, um quital para plantar, água encanada, luz elétrica, mercado próximo, telefone na rua e transporte para a cidade e trabalho de trinta em trinta minutos, como esclarece o depoimento:

- "Tanto faz morar numa vila como no conjunto, tem que pegar ônibus para trabalhar. Onibus, aqui tem toda hora. Para mim o conjunto está ótimo". (quadra 32)

Na atualidade, os conjuntos são equipados de serviços coletivos, de comércio e lazer. Tal situação é resultado de uma luta conjunta de moradores, que nesses dez anos de "Cinco Conjuntos", conseguiram transformar a região em um local mimimamente habitável. Contudo, essa luta, ao lado da ação da Prefeitura (retirada do leito ferroviário e construção de uma via expressa melhorando a comunicação entre o centro da cidade e os conjuntos), contraditóriamente contribui para criar um espaço privilegiado de expansão e reprodução do capital imobiliário. No local está sendo lançado um novo empreendimento, a construção dos um conjuntos residenciais para 4.000 chamado "Residencial Parque Ouro Verde, e Residencial Catuaí" pela Santa Cruz Empreendimentos Imobiliários, visando uma população com renda média acima de 7 salários mínimos, usufruindo assim de toda a infra-estrutura ali existente.

4.1. As reinvindicações dos moradores

Apesar de todas as conquistas obtidas pela Associações de bairro, há ainda algumas reinvindicações que são comuns aos moradores dos dois conjuntos, enquanto outras se referem apenas a um deles.

A partir dos depoimentos, foi possível estabelecer as reinvindicações comuns aos dois conjuntos:

- Transformação do posto bancário - BANESTADO - em agência, que receba contas antrasadas: prestação da casa, água, telefone, luz e outras contas;

- Implantação de rede de esgoto; preservação do asfalto das vias públicas; ponto de taxi; mais telefones públicos, tipo comunitário;

- Equipar as escolas e dotá-las de bibliotecas; implantar escolas profissionalizantes, de 2º Grau, supletivo, pré-escola e creches;

- Gerar emprego dentro, ou nas proximidades dos conjuntos, com indústria que absorva os menores,de modo especial os meninos que ficam o dia todo pelas ruas dos conjuntos;

- Melhorias nas áreas de lazer; gramar e dividir o campo de futebol; construção de cancha de esportes vestuário e ampliar o número de brinquedos para as crianças;

- Melhorar o transporte: há poucos ônibus, principalmente nos finais de semana, o que dificulta a saída para outros pontos da cidade, e à noite, esse número diminui ainda mais, prejudicando os que trabalham no período noturno e os estudantes; como os ônibus trafegam muito lotados, porque passam por vários conjuntos, a população reinvindica uma linha semi-direta, exclusiva para cada conjunto, diminuindo o tempo gasto no percurso; reclamam também do preço alto do trasnporte que onera bastante o orçamento familiar;

- Melhoria na segurança das escolas e do conjunto como um todo. Sugerem a colocação de um módulo policial em cada conjunto, a exemplo do que é feito nos bairros de classe alta;

- Um posto de saúde em cada conjunto aberto até às 20:00 horas e nos finais de semana, para atender aos moradores que trabalham durante o dia e que vacinam seus filhos apenas nas campanhas, dada a impossibilidade de fazê-lo nos dias normais, pois o posto fecha as 16:00 horas;

- Aproveitamento do fundo de vale para horta comuntária ou de lazer, tirando o lixo existente; bem como a limpeza das datas vazias e aproveitamento destas pela comunidade.

- E reinvindicação exclusiva do Luís de Sá, o aproveitamento da mata exitente no conjunto, por parte da comunidade, construindo ali uma pista de corrida ao redor da quadra, com aparelhos de ginásticas e brinquedo para as crianças. Preservação da mata, visto que existe muitas espécies de árvores nobres, testemunhas da mata

tropical que cobria a região até a sua colonização. Gostariam que essa área fosse utilizada socialmente pela população, e não como é hoje, usada para abrigo de bandidos e de pessoas que à noite cortam as árvores para fazer lenha.

* * *

COSIDERAÇÕES FINAIS

Creio que os objetivos e a proposta de trabalho traçada forma alcançados. O trabalho de campo foi muito rico e nos deu subsídios para compreender uma realidade que nos salta aos olhos e nos deixa perplexos algumas vezes, frente às contradições existentes na cidade, principalmente quanto nos deparamos com pessoas e famílias que sobrevivem com 01 salário mínimo. Força de trabalho super explorada, que na união de diferentes e iguais, fizeram a força que levou as condições necessárias, os serviços públicos de consumo coletivo, para que os Conjuntos e a sua casa tivessem melhores condições de habitabilidade.

Se hoje aquele espaço, ainda distante do cetro, cercado por cafezais e cereais, é servido de todos os serviços coletivos, foi resultado única e exclusivamente da união dos moradores reunidos nas Associações de bairro, que nesses dez anos de luta, conseguiram que o Poder Público estendesse, até eles, os serviços que já deviam estar lá quando da entrega dos conjuntos.

Se ontem, os "Cinco Conjuntos" eram considerados como "fim de mundo", hoje, pelo próprio movimento do capital e da produção do espaço, da expansão territorial da cidade, aquilo que ra longínquo, hoje não é tanto, e como a classe trabalhadora dia a dia tem seu salário mais achatado e carência de moradia, as terras anteriomente cobertas por cafezais estão sustentando edificios de três pavimentos, para uma classe que recebe acima de sete salários mínimos. Esse movimento e modificação faz parte do processo mais amplo do modo capitalista de produção, que desenha na cidade o seu processo e a sua mobilidade.

No caso dos Conjuntos, os moradores levaram quase dez anos para melhorarem as condições de habitabilidade do local de reprodução de sua força de trabalho, e o capital levou poucos meses se reproduzir de forma ampliada, auferindo renda diferencial.

Não podemos negar que o Estado, através da Prefeitura e da COHAB, num determinado momento, atendeu às reinvindicações por moradia, para uma população de baixa renda, e que está, tendo a casa como valor uso e concientizada da importância dessa na cidade, não abre mão e dificilmente será expropiada; mas não podemos fechar os olhos para o fato de que foi essa população que levou os serviços públicos de consumo coletivo e consequentemente a expansão e a renovação urbana para a Zona Norte.

Para o capital não importa quem gere valor de uso complexo, interessa-lhe que circule o mais rápido e amplie. Com a construção de Condomínios Fechados, "Parque Ouro Verde e Catuai", a reprodução é rápida uma vez que há demanda (são poucos os empreendimentos destinados a classe trabalhadora de 07 salários mínimos), os serviços coletivos já estão instalados. Há somente um impecilho, que a propaganda e a imprensa estão tentando disseminar, é que os "Cinco Conjuntos" não são mais o lugar dos pobres, 'bandidos e marginais', levando assim, os compradores em potencial, a classe média a se interessarem por aquele espaço.

No decorrer do trabalho, em especial nos capítulos II e III, fica claro, pelos dados e entrevistas, que há esse estigma, o qual faz parte da segregação. Os moradores dos conjuntos são trabalhadores super explorados, que vendem sua força de trabalho diariamente, tendo uma jornada de trabalho de 10 horas, que

tem um transporte deficitário, lotado e caro; uma alimentação carente em carne e derivados de leite, baseadas em algumas verduras e legumes, vindos da horta do fundo do quintal, criando assim, mecanismos para diblar os baixos salários que recebem.

A casa é muito importante para eles, é uma poupança, já que tem valor de troca no mercado, mas é tida como abrigo, o local onde se descança, onde a família se aloja, onde se recebe os amigos; e o Conjunto é o local, em escala maior, se realizam todas as suas relações sociais, principalmente as relações com a vizinhança e o lazer.

Os "Cinco Conjuntos" ou os Conjuntos estudados não são homogêneos. Existe diferenciação de classe entre os conjuntos e dentro deles. Essa diferenciação já foi planejada pela COHAB/LD e pela Prefeitura. No interflúvio, nas quadras mais próximas a Avenida, as casas são maiores e muitas delas reformadas. No vale, nas casas de meia água, algumas foram reformadas, mas continuam pequenas, e abrigam uma população de menor renda.

Ao contrário do que ocorre em outros Conjuntos, em outras cidades, como os estudados por VALLADARES (1982); SOARES (1988); COSTA (1988); AZEVEDO (1982); PORTES (s.d.); BOLAFFI (1977), não houve uma mobilidade expressiva dos moradores através da venda das casas para trabalhadores com renda acima de 05 salários mínimos. Mais de 50% estão nos Conjuntos desde a sua entrega, ou seja, 09 a 11 anos e a Renda Familiar, continua baixa, de 0 a 3 salarios mínimos (55,45%). Isso significa, que os trabalhadores tem a casa e a terra como componente indispensável para a reprodução da força de trabalho, uma vez que não é somente abrigo, mas retiram também parte de sua alimentação.

A Habitação cumpre assim o seu papel de fixador de mão de obra barata na cidade em locais determinandos, escolhidos pelo Estado e pelo capital, a fim de que haja sempre um contingete populacional - uma super população relativa - constituindo o exército industrial de reserva, bolsões de força de trabalho.

ENGELS (1984), cosidera a segurança da habitação, da propriedade de uma casa, de uma horta, "não só se torna, na mais terrível cadeia para o operário mas também no maior infortúnio para toda a classe operária, na base de uma descida sem precedentes do salário abaixo do seu nível normal, e isto não só para regiões e ramos de negócio isolados mas também para todo o território nacional." (ENGELS, 1984:18).

O Estado, aproveitando de seu planejamento, da reunião da força de trabalho nos Conjuntos, sanciona um decreto, instituindo o distrito industrial da Zona Norte, estimulando a instalação de industrias não poluentes, que tenham baixa composição orgânica do capital, aproveitando o exército industrial de reserva ali residente.

Desse modo, o Estado, representado pela Prefeitura satisfaz o interesse da classe dominante, dos detentores dos meiso de produção, e da classe trabalhadora.

* * *

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício de A. - **Evolução Urbana do Rio de Janeiro** R.J. IPLAN Rio/ Jorge Zahar Editor. 1987.

ALMEIDA, Carlos M.G. de - Habitação política e mitos IN **Rev. de Administração Municipal,** 133: 23-35 R.J. IBAM s.d.

ARIAS NETO, J.M. - **Contribuição ao estudo das frentes pioneiras no Norte do Paraná.** Londrina. 1989. (mimeo)

AZEVEDO, Modesto; **SILVA,** Agenor D. **SILVA** Paulino Caetano - Política Habitacional: impasses e alternativas (debates) IN **Espaço e Debates** 14: 93-105. SP. Cortez INERU. 1985.

AZEVEDO, S de. - Política de habitação popular e subdesenvolvimento: Dilemas, desafios e perspectivas. IN **Debates Urbanos,** 4: 67-114. R.J. Zahar. 1982.

AZEVEDO, S.de e **ANDRADE,** Luís A.G. - **Habitação e Poder.** R.J. Zahar. 1982.

BARRASS, Robert - **Os cientistas precisam escrever.** IN Guia Redação. São Paulo. EDUSP. 1979.

BENEVOLO, L. **História da cidade.** Trad. **Mazza,** Silvia. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1983.

BERNARDES, Lysia M.C. - O problema das "Frentes Pioneiras" no Estado do Paraná. IN **Revista Brasileira de Geografia,** 15(3):335-32. R.J. IBGE. 1953.

BERTIN, Jacques - O teste de base da representação gráfica (teoria matriacial da representação gráfica e da Cartografia) IN **Revista Brasileira de Geografia,** 42 (1): 160-182 RJ. IBGE, 1980.

BLAY, Eva A. - **Eu não tenho onde morar.** S.P. Ed. Nobel. 1985.

- Habitação: a política e o habitante. IN ____. (org.) **A luta pelo espaço** - textos de sociologia urbana. 2º ed. Petrópolis. Vozes. 1979. 75-88 pp.

BOLAFFI, Gabriel e **CHERKEZINA,** Henry - BNH - Bode expiatório IN **Novos Estudos CEBRAP,** 13:45-55 SP. CEBRAP. 1983.

BOLAFFI, Gabriel - A casa das ulusões perdidadas: Aspectos sócio-econômicos do Plano Nacional de habitação. IN **Cadernos CEBRAP,** 27. SP. Ed. Brasiliense. 1977.

- A questão urbana, produção de habitações, construção civil e mercado de trabalho. IN **Novos Estudos CEBRAP,** 2(1): 611-68 SP. CEBRAP. 1983.

BOLAFFI, Gabriel - Os mitos sobre o problema da habitação. IN **Espaço e Debates,** 17. S.P. NERU. 1986.

BOLAFFI, Gabriel - Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema. IN **MARICATO,** E (org.). **A produção Capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial.** 1982. 37-70 pp.

- O papel da renda fundiária nos processos de concentração de renda urbana. **Seminário aberto** - A renda fundiária na Economia Urbana. S.P. FUNDAP. 1978.

- Para uma nova política habitacional e urbana: Possibilidades Econômicas, alternativas operacionais e limites políticos. IN L.P. Valladares (org.). **Habitação em Questão.** R.J. Zahar editores. 1980. 167-196 pp.

BONDUKI, Nabil Georges - Habitação popular: Contribuição para o Estudo da Evolução Urbana de S.P. IN L.P. Valladares (org.) **Repensando a habitação no Brasil.** R.J. Zahar Editores. 1983. 21-77 pp.

- Origens do problema da habitação popularem S.P. - primeiros estudos. IN **Espaço e Debates** 5: 81-111. S.P. NERU/Cortez Editora. 1982.

BONDUKI, Raquiel e **BONDUKI,** Nabil - Periferia da Grande São Paulo. Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. IN Ermínia Maricato (org.) **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** S.P. 2º ed. Ed. Alfa Omega. 1982.

BONIN, Serge - Novas perspectivas para o ensino da Geografia. IN **Boletim Goiano de Geografia** 2 (1):73-87. Goiânia. s.d.

BOSI, Ecléa - Cultura e desenraizamento. IN Alfredo Bosi (org.) Cultura Brasileira - Temas e situações. Série fundamentos, 18 S.P. Editora Ática. 1987. 16-41 pp.

BRANCO, Gustavo e **MIONI,** F. - "Londrina no seu jubileu de prata - documento histórico". **Revista Realizações Brasileiras.** S/Nº. 1959.

CAMARGO, Cândido Procópio et alli - **Dinâmica da população.** T.A. Queiroz Editora. 1980.

CAMPANÁRIO, M. A. - O mercado de terras e a exclusão social na cidade. In P.J. Krischke (org.). **Terra de Habitação e Terra de Espoliação.** S.P. Cortez Editora. 1984.

CANCIAN, Nadir Ap. - **Cafeicultura paranaense: 1900-1970. Estudos de conjunturas** - tese de doutoramento. Depto. de História FFLCH USP. S.P. 1987 (edição do autor).

CARLOS, Ana Fani A. e **ROSSINE,** Rosa Ester - População e processo de estruturação do espaço geográfico. IN **Revista do Depto. de Geografia,** 1: 07-18. FFLCH, USP. S.P. 1983.

CARLOS, Ana Fani A. - A cidade e a organização do espaço. IN **Revista do Departamento de Geografia,** 1:105-111. SP. FFLCH/USP. 1982.

CARLOS, Ana Fani A. - **Espaço e Indústria.** S.P. Editora Contexto-EDUSP. 1988.

- **(Re)produção do espaço urbano - O caso de Cotia.** Tese de Doutorado. Departamento de Geografia FFLCH/USP. 1986 (edição do autor).

CASTELLS, Manuel - **A questão urbana.** Tradução Arlene Caetano. R.J. Paz e Terra. 1983.

- A teoria Merxista das classes sociais e a luta de classes na América Latina/Comentário ao texto de Nicos Poulantzas. IN **Estudos CEBRAP.** 3:43-63. S.P. Edições CEBRAP. 1973.

- **Problemas de investigação em sociologia urbana.** 3º ed. Lisboa. Editorial Presença. 1984.

CASTRO, Inai Elias - Conjunto Habitacional: ampliando a controvérsia sobre a remoção de favelas. IN **Dados Revista de Ciências Sociais,** 26 (2):213-231. R.J. IPARDES. 1983.

CAVALCANTI, L. O.- Política urbana no Brasil. In **Revista do SPAM,** 2,(6): 23-24. São Paulo. Emplasa. 1981.

CEPAM - **Aspectos dos programas Habitacionais de interesse dos municípios.** S.P. CEPAM - Secretaria do Interior do Governo do Estado de São Paulo.1975.

CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti - **Industrialização e pequenos empresários em Londrina.** Curitiba, GRAFIPAR. Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná. 1981.

COMPANHIA MELHORAMENTOS DO NORTE DO PARANÁ - **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná.** 2º ed. Ed. Ave Maria /CMNP. S.P. 1977.

COSTA, Maria Clélia Lustosa da - **Cidade 2.000: Expansão urbana e segregação espacial em Fortaleza.** Dissertação de Mestrado Depto. de Geografia FFLCH/USP. 1988. (Edição do autor).

COSTA, Rubens Vaz - **O sistema Naional de e os corretores de imóveis.** 2º ed. R.S. BNH. 1972.

DAVIDOVICH, Fani Rachel - **"Transformações do quadro urbano brasileiro: período de 1970-1980".** Trabalho apresentado no II Encontro Nacional da ANPUR - 23 a 26/11 - Teresópolis. 1987.

DEBIAGGI, Moema C. - O processo de uso e ocupação do solo. IN **Política urbana - a produção e o consumo da cidade.** Porto Alegre. Fundação Wilson Pinheiro/Mercado Aberto. 1985.

DUCHARME, Michel - A habitação, instrumento de urbanização. IN **Rev. de Administração Municipal,** 101:06-16. R.J. IBAM. 1970.

DURHAN, Eunice R. - **A caminho da cidade** 2º ed. S.P. Editora Perspectiva. 1978.

ECO, Humberto - **Como se faz uma tese.** Trad. Gilson C. Cardoso Souza. SP. Editora Perpectiva. 1977.

ENGELS, Frederic - **Para a questão da habitação.** Edições Avante/Edições Progresso. Lisboa. 1984.

EVERS, Tilmam - Reprodução da força de trabalho e movimentos populares: O caso dos loteamentos clandestinos em São Paulo. IN P.J. Krischke (org.) **Terra de habitaçção e terra de espoliação.** S.P. Cortez Editora. 1984.

FARAH, Marta F.S. - Estado e habitação no Brasil: o caso dos institutos de Previdência. IN **Espaço e Debates,** 16:73-81. S.P. NERU. 1985.

- **Estado, Previdência Social e Habitação.** S.P. FFLCH/USP. Dissertação de mestrado. 189 p. 1983. (edição do autor).

FURTADO, Celso - **O Brasil Pós-Milagre.** 2º ed. R.J. Ed. Paz e Terra. 1981.

GARCIA, Marília F. e **DóRIA,** Og (editoração) - Invasões e favelas - Debates em Espaço e Debates. In **Espaço em Debates** 5: 129-143. S.P. NERU/Cortez Editora. 1982.

GASPAR, Luciano Mota - Migrações rurais e crescimento urbano. IN **Rev. Dados** 1(1):125-135. R.J. IPARDES. s.d.

GODARD, François e **CASTELLS,** Manuel - Análise das relações - entre a Empresa, o Estado e o Urbanismo. IN Reginaldo Forti - **Marxismo e urbanismo capitalista.** SP. Livraria Editora Ciências Humanas. 1979. 93-118 pp.

GOHN, Maria da Glória - A questão dos movimentos ssociais urbanos. IN **Cadernos CERU,** 13:97-109. S.P. CERU. 1980.

GOLDENSTEIN, Marlene S. et alli - Manutenção e controle da força de trabalho pela moradia. IN **Cadernos CERU,** 12:142-155 S.P. CERU. 1980.

GONZALES, Suely F.M. - O problema habitacional e a ação popular. IN **Cadernos CERU,** 13:11-139. S.P. CERU. 1980.

GRECO, Marco Aurélio - Parcelamento do solo e função social da propriedade. IN **Rev. SPAM,** 2:43-45 S.P. Emplasa. 1980.

HARVEY, David - **A justiça social e a cidade.** Tradução. Armando Correa da Silva. SP. Hucitec. 1980.

IANNI, Otávio - **Estado e planejamento econômico no Brasil.** 4º ed. R.J. Editora Civilização Brasileira S.A. 1986.

JARRETA, Maria H. - **Londrina: ocupação, estruturação, função e delimitação da "área central de negócios - ACN".** Londrina CESULON. 1978. (edição do autor).

JOFFLY, José - **Londres-Londrina.** R.J. Paz e Terra. 1985.

KAUTSKAY, Karl - **A questão agrária.** Trad. C. Ipereig. 3º ed. S.P. Proposta Editorial. 1980.

KOWARICK, L. - **A expoliação urbana.** 2º ed. R.J. Paz e Terra, 1983.

- O preço do progresso: crescimento ecnômico, pauperização e espoliação urbana. In J.A. Moisés (et alli). **Cidade, povo e poder.** 2º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. 30-48 pp.

LAMPIRELLI, Celso - A habitação e industrialização das construções. IN **Espaço e Debates**, 2:21-27. S.P. Cortez/NERU. 1982.

LAPIDUS, I e Ostrovitianov, K - A renda territoriall na Economia Capitalista. IN **Princípios de Economia Política.** V 1. Trad. Luis R.J. Monteiro. Editorial Calvino Ltda. 1944. 375-441 pp.

LEFEBRVRE, Henri - **O direito à cidade.** Trad. T.C. Neto. S.P. Documentos. 1969.

- **O pensamento Marxista e a cidade.** Trad. M. Idalina Furtado. Portugal. Editora Ulisseia. 1972.

LIMA, Fausto C. - **Londrina, Renovação Urbana.** Trabalho final de Graduação. Faculdade de Arquitetura Universidade Makenzie. S.P. 1978.

LINDGREN, C.E. - Relação custo da terra - Distância uma análise espacial. IN **Rev. Brasileira de Geografia**, 41(2):72-94, R.J. IBGE, 1979.

LIPIETZ, Alain - Alguns problemas da produção monopolista do espaço urbano. Trad. Maria Adélia A. de Souza. IN **Espaço e Debates**, 7:05-20, S.P. Cortez/NERU. 1982.

- **O capital e seu espaço.** Trad. Manoel F.G. Seabra. S.P. Nobel. 1988.

- As transformações na divisão internacional do trabalho: considerações metofológicas e esboço de terorização. Trad. M. Aida Gorecki e Nadia Somekh. IN **Espaço e Debates**, 12: 66-94. S.P. Cortez/NERU. 1984.

LOJKINE, Jean - A análise marxista do Estado. IN **Espaço e Debates**, 1: 55-60. S.P. NERU/Cortez Editora. 1981.

- O papel do Estado na urbanização capitalista. IN Reginaldo Forti. **Marxismo e urbanismo capitalista.** SP. Livr. Ed. Ciências Humanas. 1979. 15-51 pp.

LOPES, Ana Yara D.P. - **Pioneiros do Capital - A colonização do Norte Novo do Paraná** - Dissertação de mestrado Depto. de Ciências Sociais FFLCH/USP. SP. 1982 (edição do autor).

LOPES, Juarez R.B. e **PATARRA**, Neide l. - Redistribuição regional e rural urbana da população brasileira. IN **Cadernos CEBRAP**, 20. SP. Ed. Brasiliense. 1976.

MARICATO, Ermínia - A cidade é um grande negócio. IN **Teroria e Debate**, 3. S.P. P.T. 1988.

- **A produção da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** 2º ed. SP. Ed. Alfa-Omega. 1982.

- **Política habitacional no regime militar - do milagre brasileiro à crise econômica.** RJ. Ed. Vozes. 1987.

MARX, Karl - **Elementos Fundametales para la critica de la economía política (Grundrisse) 1857-1878.** V. 2. Trad. Pedro Scaron. 11º ed. México. Siglo Veintiuno Editores. 1987.

- **O capital** livro 3, v.6 Trad. Reginaldo Sant'anna. 3º ed. RJ. Civilização Brasileira. 1980.

MOISÉS, J.A. - **Contradições urbanas e movimentos sociais.** 3º edição. R.J. CEDEC - Paz e Terra. 1985.

MONBEIG, Pierre - **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva . SP. Editora Hucitec/Polis. 1984.

MULLER, Nice Lecoque - Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. IN **Boletim Paulista de Geografia**, 22:55-97. AGB/SP. SP. 1956.

OLIVEIRA, Ariovaldo U.- A lógica da especulação imobiliária. IN **Boletim Paulista de Geografia**, 55:75-90. S.P. AGB/SP. 1978.

- **Modo capitalista de produção e agricultura.** Série Princípios 68. S.P. Editora Ática 1986.

OLIVEIRA, Francisco - Acumulação Monopolista, Estado e urbanização: A nova qualidade do conflito de classes. IN J.A. Moisés. **Contradições urbanas e movimentos sociais.** 3º ed. R.J. CEDEC/ Paz e Terra. 1985. 65-76 pp.

- **A economia da dependência imperfeita.** R.J. Graal. 1977.

- A produção dos homens; notas sobre a reprodução da população sob o capital. IN **Estudos CEBRAP**, 16:05-26. S.P. Edições CEBRAP/Editora Brasileira de Ciências. 1976.

PADIS, Pedro Calil - **Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná.** S.P. Editora Hucitec. 1981.

PERUZZO, Dilvo - **Habitação - controle e espoliação.** S.P. Cortez Editora. 1984.

PESSOA, A. O uso do solo em conflito. IN **Debates urbanos**, (1):79-95. R.J. Zahar Editores. 1981.

PORTES, Alejandro - Política habitacional, pobreza urbana e o Estado: as favelas do Rio de Janeiro, 1972-76. IN **Estudos CEBRAP** 22. Petrópolis. Ed. CEBRAP. Ed. Vozes. s.d.

POULANTZAS, Nicos - As classes sociais In **Estudos CEBRAP,** 3: 7-39. S.P. Edições CEBRAP. 1973.

- As classes sociais. IN Paulo Silveira (org.). Trad. Heloisa R. Fernandes. **Poulantzas: Sociologia.** Grande cientistas sociais, 47. S.P. Editora Ática. 1984. 95-122 pp.

PRADO JR, Caio - **Dialética do conhecimento.** 6º ed. S.P. Ed. Brasiliense. 1980.

- **História Econômica do Brasil** - 31º ed. S.P. Ed. Brasiliense. 1985.

- Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista. IN **Seleção de Textos,** 6. S.P. ABG/SP. 1979.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - Perfil da cidade de Londrina (programa de apoio as capitais e cidades de porte médio) (Prefeito Antônio Casemiro Belinati). Londrina. Secretatia de Planejamento. s.d.

_ **Perfil do município de Londrina - 1989.** Londrina. Secretaria de Planejamento. 1989.

- **Lei nº 133 de 07/12/1951. dispõe sobre loteamento, arruamento, zoneamento e dá outras providências.** Londrina. Câmera Municipal. 1951

- **Lei nº 2518/74 - Zoneamento da cidade de Londrina.** Edição aatualizada. Londrina. Câmera Municipal. 1982.

- **Lei nº 3.706 de 16/07/1984 - Zoneamento da cidade de Londrina.** Edição atualizada. Londrina. Câmara Municipal. 1988.

PRETECEILLE, Edmond - Políticas Urbanas, equipamentos e serviços coletivos: elementos para um balanço das pesquisas. IN **Espaço e Debates,** 18:05-8. S.P. NERU/Cortez ed. 1986.

PRANDINI, Neude - Aspectos da Geografia urbana de Londrina. IN **Anais da AGB.** Vol VI Tomo I: 61-90. 1951-52. S.P. AGB. 1954.

PUCHALA, Rosa maria de F.B. - **A urbanização do "milagre" - O caso de S.P.** Dissertação de mestrado FAU/USP. USP. 1984. (edição do autor).

RIBEIRO, Luíz C. de Queiroz - Espaço urbano mercado de terras e produção da habitação. IN L.A. Machado Silva - **Solo Urbano: Tópicos sobre o uso da terra.** (Debates urbanos, 1) RJ. Zahar Editores.1982. 29-48 pp.

RIBEIRO, L.C.de Q. e **PECHIMAN,** Robert M. - **O que é questão de moradia.** Coleção primeiros passos 65, S.P. Ed. Brasiliense. 1985.

RODRIGUES, Arlete M. - **Moradia nas cidades brasileiras**, S.P. Ed. Contexto. 1988.

RODRIGUES, A.M. e **SEABRA**, Manoel - Habitação e espaço social na cidade de São Paulo. IN **Boletim Paulista de Geografia**, 64:19-58. S.P. AGB/SP. 1986.

ROLNIK, Raquel - **O que é cidade.** Coleção primeiros passos 203. S.P. Ed. Brasiliense. 1988.

RONCHEZEL, José A. - Estado, divisão social do trabalho e habitação. IN **Boletim Paulista de Geografia**, 64:05-18. S.P. AGB/SP. 1986.

ROSSINI, Rosa E. - Considerações a respeito do êxodo rural/urbano/urbano. O exemplo paulista. IN **Cadernos CERU**, 12:82-109. S.P. CERU. 1980.

RUDIO, Franz Victor - **Introdução ao projeto de pesquisa científica.** 9º ed. R.J. Ed. Vozes. 1985.

SÁ, Elida L.B. - Reflexões sobre o solo criado. IN **Rev. do SPAM**, 4:29-32. S.P. Emplasa. 1980.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. - **A mulher na sociedade de classes; mito e realidade.** S.P. Livraria Quatro Artes Editora. 1969.

SALGADO, Ivone - Caracterização dos promotores imobiliários que atuam na cidade de São Paulo. 1977-1982. IN **Espaço e Debates**, 21: 51-71. S.P. NERU/Cortez. 1988.

SANTOS, Carlos N.F.dos. - Habitação - o que é mesmo que pode fazer quem sabe? IN L.P. Valladares (org.) **Repensando a habitação no Brasil.** R.J. Zahar Editores. 1983 79-108 pp.

- Velhas novidades no modo de urbanização brasileira. IN L.P.Valladares (org.) **Habitação em questão.** 2º ed. R.J. Zahar Editores. 1981.

- Metrópoles e outras cidades brasileiras - bem antes de 60 muito depois de 80. IN **Espaço e Debates**, 13:103-116. Cortez/NERU. 1984.

SANTOS, Regina C.B. - **Osasco. migrações condições de vida e apropiação do espaço.** Dissertação de mestrado apresentada ao Dpto. de Geografia da FFLCH/USP. S.P. 1983. (ed. do autor).

SANTOS, Milton - O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil. IN **Espaço e Debates**, 25:58-62. S.P. NERU. 1988.

- **Metamorfoses do espaço habitado.** S.P. Hucitec. 1988.

SCARLATO, Francisco C. - **Metropolização de São Paulo e o Terceiro Mundo.** S.P. IGLU Editora. 1987.

SCHMIDT, Benício V. - A presença do Estado nas grandes cidades. IN **Espaço e Debates**, 13:84-102. S.P. Cortez/NERU. 1984.

SEABRA, Odete C. de Lima - **A muralha que cerca o mar - uma modalidade de uso do solo urbano.** Dissertação de Mestrado apresentada FFLCH/USP. S.P. 1979. (ed. do autor).

- **Os meandros dos rios nos meandros do poder - Tietê e Pinheiros-valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo.** Tese de doutorado. Depto. de Geografia FFLCH/USP. 1987. 323p. (edição do autor).

SULENBERGER, Sérgio H. - Políticas habitacionais e Desenvolvimento. IN Mateus Kacowicz (org) - **Desenvolvimento e política urbana.** R.J. IBAM. 1976.

SILVA, Luís A.N. da e **ZICCARDI**, Alícia - Notas para uma discussão sobre "movimentos sociais urbanos". IN **Cadernos CERU**, 13:79-96. S.P. CERU. 1980.

SINGER, Paul I. - Campo e cidade no contexto histórico latino-americano. IN **Cadernos CEBRAP**, 7:03-28. S.P. Ed. Brasiliense. 1975.

- **Economia Política da Urbanização.** 11º ed. S.P. Ed. Brasiliense. 1987.

- Emprego e urbanização no Brasil. IN **Estudos CEBRAP**, 19:95-137. S.P. Edições CEBRAP/Brasiliense. 1987.

- O "milagre Brasileiro" causas e consequências. IN **Caderno CEBRAP**, 6. S.P. Ed. Brasiliense. 1975.

- O uso do solo urbano na economia capitalista. IN E. Maricato (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial.** 2º ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1982. 21-36 pp.

SLATER, David - Capitalismo e urbanização na priferia (problemas de intepretação e análise referentes à América Latina). Trad. M. Cecília Luchese. IN **Espaço e Debates**, 22: 78-93. S.P. Cortez/NERU. 1988.

SOARES, Beatriz Ribeiro - **Habitação e reprodução do espaço em Uberlândia.** Dissertação de Mestrado Depto. de Geografia FFLCH/USP. 1988. (edição do autor).

STOLKE, Verena - **Cafeicultura - homens, mulheres e capital** (1850-1980). S.P. Editora Brasiliense. 1986.

TASCHNER, Suzana Pasternak - **Espaço e população: Contribuição ao Estudo da habitação e da família no município de Rio Claro.** Dissertação de mestrado. FAU/USP. S.P. 1975. (ed. do autor).

- Tendências nas condições habitacionais. IN **Espaço e Debates**, 22:66-77. S.P. Cortez/NERU. 1987.

TODARO, Rosalba - "La Renta de la Tierra: Alguns antecedentes teóricos. IN **Eure - Rivista latinoamericana de Estudos Urbanos Regionalez** Vol V (15). Chile. 1978.

TOPALOV, Christian - Análise do ciclo de reprodução do capital investido na produção da indústria da construção civil. IN Reginaldo Forti (org.) **Marxismo e Urbanismo Capitalista.** S.P. Livraria Ed. Ciencias Humanas. 1979.

VALLADARES, Lícia do P. - Estudos recentes sobre a habitação no Brasil: Resenha de Literatura. IN ---. (org.) **Repensando a Habitação no Brasil. R.J.** Zahar Editores. 1983. 21-77 pp.

VALLADARES Lícia do P. - Favela, política e conjunto residencial. IN **Rev. Dados** 12:74-85 R.J. IPARDES. 1976.

---. (org.) **Habitação em questão,** 2º ed. R.J. Zahar Editores. 1981.

- **Passa-se uma casa.** 2º edição R.J. Zahar Editores. 1980.

- Políticas alternativas de habitação popular - um vôo sobre a literatura internacional. IN **Espaço e Debates,** 16:33-51. S.P. NERU. 1985.

VILLAÇA, Flávio - **O que todo cidadão precisa saber sobre a habitação.** S.P. Global Editora. 1986.

- A terra como capital (ou a terra-localização). IN **Espaço e Debates,** 16:05-14. S.P. NERU. 1985.

ZORTEIA, Alberto João - **Londrina através dos tempos e crônicas da vida.** Edição comemorativa do 40º aniversário de Londrina. S.P. Ed. Juriscredi. 1975.

* * *

ANEXOS 1, 2 e 3

FIGUEIRA BRANCA: PADRÃO DE TERRAS BOAS

Nas matas virgens do Norte do Paraná, constituídas por árvores altas e grossas, encontram-se em abundância os melhores padrões de terras boas, como sejam: figueira branca, pau d'alho, jangada brava, cabloeiro, artigão, cambará de meia légua, bem como madeiras de lei.

Terras de Alta Qualidade

VENDAS A PRESTAÇÕES EM PEQUENOS E GRANDES LOTES

Inscrição n. 12 no Registro de Imóveis da Comarca de Londrina, na forma do Decreto-Lei 3079 de 15 de Setembro de 1938

ntajosa produção de café, cereais, no, algodão, cana de açúcar, mandioca, trigo, etc.

No assombroso e rápido progresso da região se encontra a afirmação da fertilidade da terra

ESTRADA DE FERRO — ÓTIMAS ESTRADAS DE RODAGEM

ia. de Terras Norte do Paraná

r São Bento, 329 — 8.º andar
SÃO PAULO

LONDRINA
ESTADO DO PARANÁ

d. Telegr.: "CIANORTE" — Caixa Postal 2771 — TELEFONES: Vendas, 3-4561 — Gerência, 2-2435

Escritórios em ARAPONGAS, MANDAGUARI e MARINGÁ

NORTE DO PARANÁ

Terra da Fartura!

AGRICULTOR! Boa colheita, muita fartura, alegria de ser agricultor e muita saúde, você terá no Norte do Paraná, terra fértil, que recompensa seu trabalho.

PLANTAR EM TERRA FERTIL E DE BOM CLIMA, E TER CERTEZA DE BOA COLHEITA, FARTURA E MUITA SAÚDE.

No Norte do Paraná, região abençoada e privilegiada por Deus e pela Natureza, o agricultor sente-se alegre e feliz, tem recompensa de seu trabalho, tem colheita farta e compensadora e pela bondade de seu clima, gosa saúde.

AGRICULTOR! Se você está plantando em terra ruim ou cansada, está perdendo seu tempo, tendo prejuizo e prejudicando sua família: -- Quem assim procede, é inimigo de si mesmo. Querendo ter recompensa de seu trabalho na lavoura, só existe um caminho:

COMPRAR TERRAS NO NORTE DO PARANÁ E FAZER LAVOURA O QUANTO ANTES.

A terra do Norte do Paraná é massapé roxa e considerada a mais fértil do Brasil. Nessa região não existe saúva (formiga cabeçuda). Clima muito bom. Águas de primeira qualidade. As terras a serem vendidas, ainda estão cobertas de mata virgem riquíssima de madeira de lei.

Tôdas as glebas estão servidas por boas estradas para automóveis e **não existe dificuldade de transporte.**

AS TERRAS TÊM PROCEDÊNCIA LEGÍTIMA

Vendas a dinheiro ou em prestações com quatro anos de prazo.

PEDIMOS AOS QUE QUEREM COMPRAR TERRAS O FAVOR DE IREM VER, EM PESSOA, SE ELAS SÃO OU NÃO COMO DIZEMOS.

Opinião de Valor

OS PESSIMISTAS E COMODISTAS PRECISAM IR A LONDRINA

Em palestra com a reportagem de A MANHÃ o Ministro Daniel de Carvalho dá suas impressões sôbre a progressista cidade e região Norte do Paraná.

O ministro da Agricultura voltou fortemente entusiasmado, da excursão àquelas riquíssimas terras. Eis aquí as impressões de S. Excia., externadas em palestra, com a reportagem de A MANHÃ, impressões essas, que refletem não só o entusiasmo, a confiança no grande futuro daquela região, como também o reconhecimento das necessidades de que se ressente a zona Norte do Paraná. Disse-nos o Ministro Daniel de Carvalho:

"Sobrevoámos boa parte da região, e era deslumbrante a visão dos magníficos campos de cultura anual e perene, as casas dos sítios e fazendas com seus telhados novos e as chaminés fumegando.

O terreno presta-se admiravelmente para cultura mecânica e a produção média de trigo por hectare, superou, no ano passado, à de Patos, cujo rendimento era considerado excepcional.

Naquela zona inaugura-se uma cidade por ano, tal o afluxo de imigrantes nacionais e estrangeiros que vão alí estabelecer sítios e fazendas, e amealhar fortuna, graças à uberdade da terra.

Lugares que há cêrca de 20 anos eram mata densas, hoje são cidades como Londrina, com 35.000 habitantes.

Os melhores calçados para homens, senhoras e crianças.

Grandes novidades em camisas, pijamas e gravatas.

Casa Real

Avenida Rio de Janeiro, 734-744 — Fone, 929

LONDRINA

Madeireira Brasiliense

Madeiras em geral

I. Franco & Cia. Ltda.

Caixa Postal, 201 — Santo Inácio
Presidente Prudente — Município de Jaguapitã
E. São Paulo — Paraná

Correspondência para:
Caixa Postal, 139
ROLANDIA

CELEIRO DO BRASIL

A população de Londrina estampa nos olhos a alegria de viver. E' um povo que, em vez de cruzar os braços e pedir aos céus ou aos governos a solução de seus problemas individuais, forja com os braços a própria felicidade. E' gente que não pede emprêgo e, em vez de bater à porta dos Ministérios, sulca a terra miraculosa que retribue largamente, em colheitas fartas, o esfôrço pôsto em cultivá-la.

Os pessimistas precisam tomar um banho de Londrina, para retemperar a fibra e acreditar no futuro do Brasil."

(Trecho transcrito do jornal A MANHÃ página 6, dia 29 de fevereiro de 1948)

INFORMAÇÕES ÚTEIS E NECESSÁRIAS

O pretendente a comprar terras, diretamente da CIA. DE TERRAS NORTE DO PARANÁ, para sua comodidade, facilidade de serviço e boa orientação e muitas vezes não perder a viagem, tudo terá a ganhar se pedir ao agente autorizado de sua região para acompanhá-lo na viagem. O agente autorizado de sua região, é justamente a pessoa que mais interêsse tem em servi-lo. O agente requesita automóvel da Companhia e sem compromisso e nem despêsa para o freguês, êle é levado ao mato para escolher o terreno e caso não goste do terreno, será levado mais uma vez em zona diferente e caso não realize o negócio, o freguês continua a merecer o mesmo conceito e consideração.

A CIA. DE TERRAS NORTE DO PARANÁ, positivamente não faz reserva de terras para freguês: quem quiser comprar terras, mesmo a prazo, terá que imediatamente à escolha do lote, fazer o pagamento de 10% da importância total, por conta dos 30% que correspondem à primeira prestação; se assim não fizer não haverá reserva e o lote será vendido para outra pessoa.

Companhia de Terras Norte do Paraná

A maior emprêsa colonizadora da América do Sul que responderá em qualquer época pela evicção

PARA MAIS INFORMAÇÕES DIRIJAM-SE AO NOSSO AGENTE DE SUA ZONA OU:

AGÊNCIA PRINCIPAL E CENTRO DE ADMINISTRAÇÃO

LONDRINA. R.V.P.S.C. — PARANÁ — ou sede: SÃO PAULO - RUA SÃO BENTO, 329 - 8.° ANDAR

Informações com **José Rezende,** único agente autorizado pela CIA. DE TERRAS NORTE DO PARANÁ nos municípios de João Ribeiro, Conselheiro Lafaiete, Barbacena, Santos Dumont, Juiz de Fora, São João d'El-Rei e municípios vizinhos.

Residência: - **Cidade de João Ribeiro**
Estado de Minas

Dr. Carlos Pastore

EDIFICIO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL
Sala, 6 — Fone, 224

Residência. Rua Cambará, 54
LONDRINA

Dr. Oswaldo de Almeida Prado
ADVOGADO

Av. Paraná, 835 - Salas, 208 e 209 - Telefone, 832
LONDRINA

O Desenvolvimento de Londrina e a Cia. de Terras Norte do Paraná

A imagem, mais do que as estatísticas, pode mostrar o que foi o vestiginoso crescimento de Londrina, a cidade que ainda não tem vinte anos de idade e que, entretanto, é hoje uma metrópole dinâmica e cheia de vida.

Se as palavras e os números fornecem elementos para que se estabeleçam paralelos entre várias épocas, a imagem, a fotografia principalmente, transporta-nos no tempo e no espaço, pondo diante de nossos olhos situações reais, reproduzidas objetivamente, sem vícios e sem deturpações. Ao se ler qualquer artigo escrito por um observador sôbre Londrina e seu vertiginoso crescimento, ao espírito de quem não conhece o Norte do Paraná, a não ser por informações, há de ocorrer a pergunta: "Não estará havendo exagêro em tudo isso?"

Com os números também. "Serão exatos êsses dados?" "De que fonte provêm?" Embora exprimam a verdade, nem sempre convencerão.

Mas, tratando-se da imagem fotográfica, que é o resultado da fixação de determinado instante de determinada cousa, o caso muda de figura, porque os nossos olhos vêm a realidade tal qual ela era no momento em que a chapa fotográfica a fixou. Isento de vícios e de erros, o documentário fotográfico merece 100% de fé, portanto.

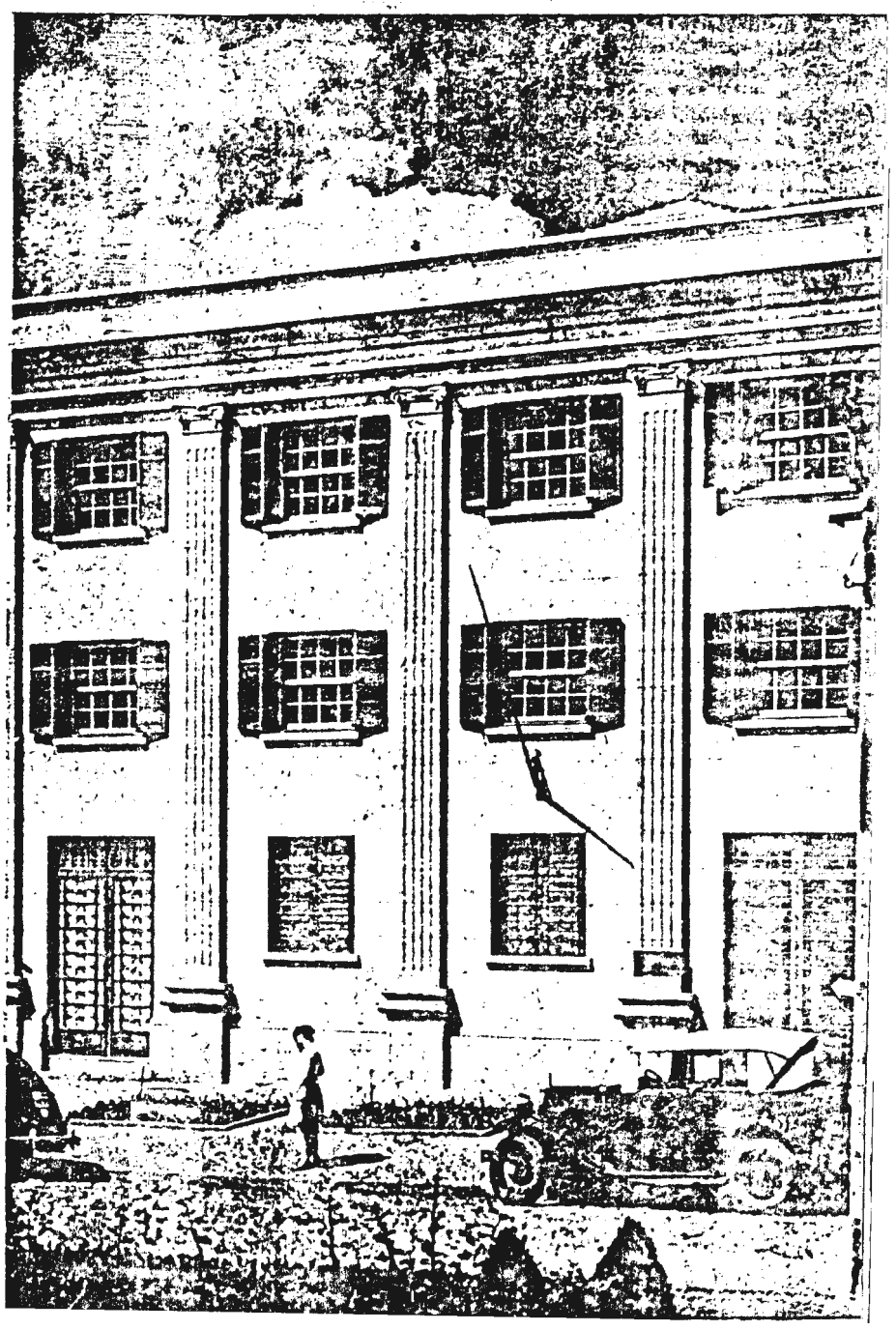
Não pense o leitor que o nosso objetivo ao tecer estas considerações, é ressaltar o valor da fotografia em detrimento da palavra e do números. Não! Tecemos êstes comentários impressionados por 3 sequências de fotografias de Londrina, em 1934, 1941 e 1949 que temos diante de nossos olhos e que o leitor verá nas páginas seguintes. Através dessas fotos, tiradas sempre do mesmo ponto, — da Matriz — podemos acompanhar o rápido desenvolvimento da cidade criada pela Companhia de Terras Norte do Paraná.

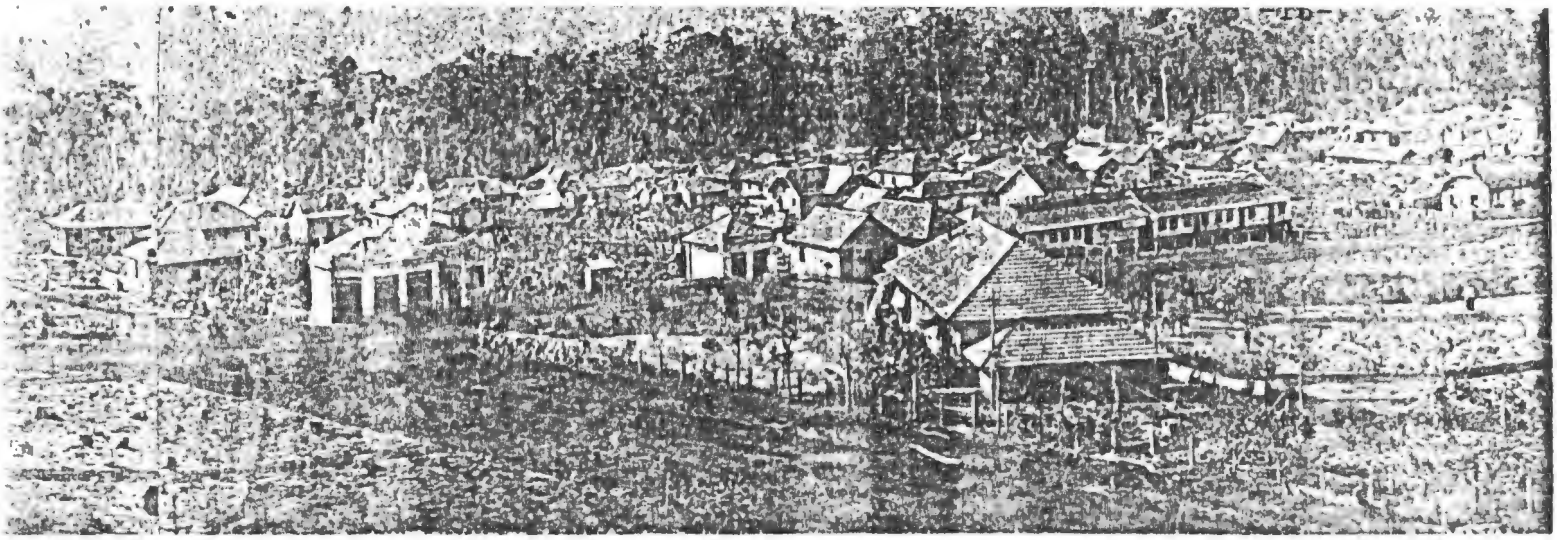
Examinemos a primeira foto, a de 1934, ano em que Londrina se desmembrou do então município de Jataí, tornando-se município. Muito próxima está a mata. A foto mostra muito bem o velho barracão que serviu de escritório para a Cia. de Terras Norte do Paraná, bem como a estação de ônibus, onde hoje se erguem os Edifícios "Londrina" e "Banco Mercantil de São Paulo", na Praça Willie Davids. Prédios, havia cêrca de 300 ao todo, entre comerciais e residenciais, segundo dados obtidos na Agência Modêlo de Estatística de Londrina. A população da cidade era de 1.600 habitantes.

À esquerda do observador, no ângulo formado pelas Avenidas Paraná e Rio de Janeiro, encontra-se um prédio de tijolos, onde hoje está instalada a Farmácia Paranaense.

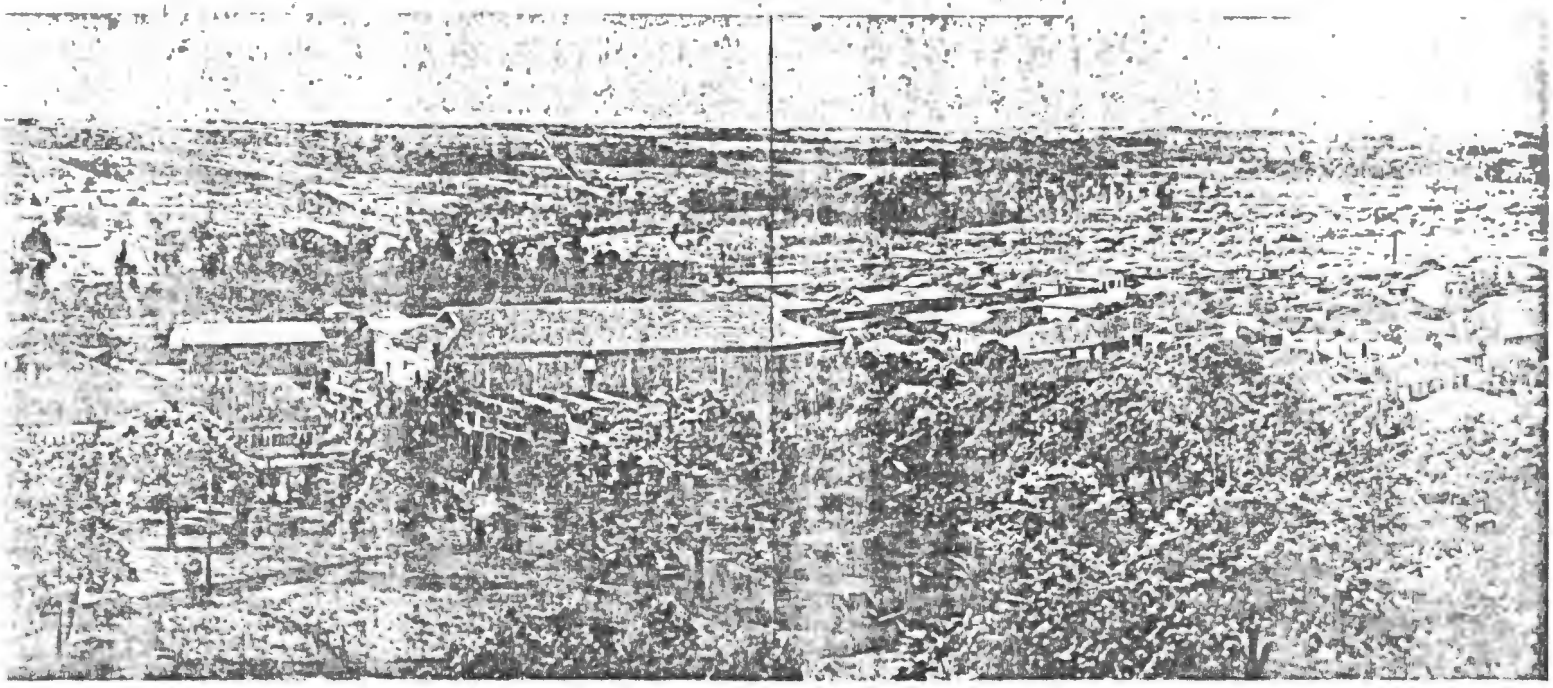
A título de curiosidade vamos contar aos leitores uma história sôbre êsse prédio:

Instalados primitivamente num velho barracão de madeira, cuja sugestiva história contámos no nosso primeiro número, os escritórios da Companhia de Terras Norte do Paraná, em Londrina, acham-se agora neste amplo e moderno prédio — O Edifício Londrina.

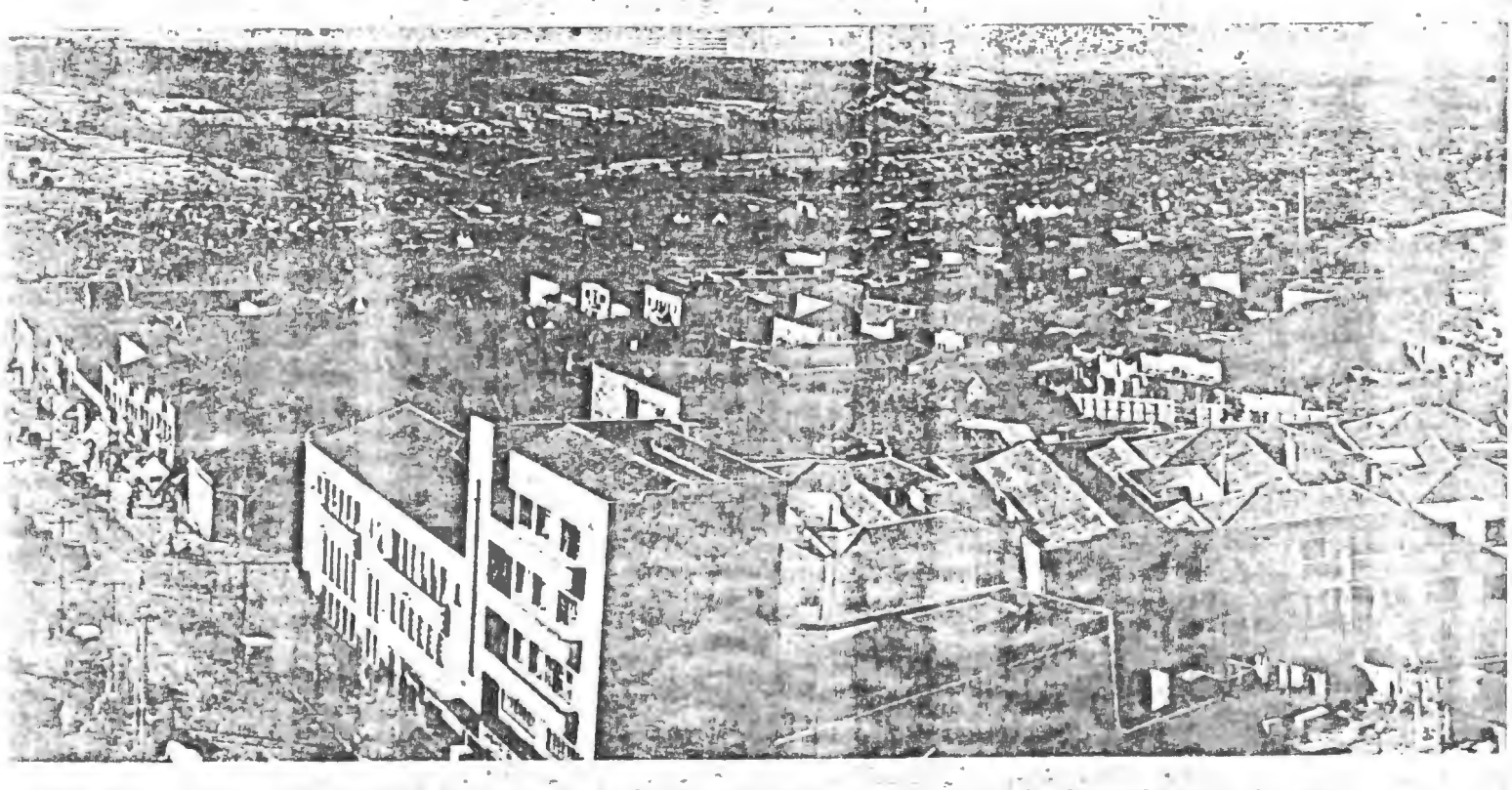




1934 *Quatro anos após a Cia de Terras Norte do Paraná ter iniciado seus trabalhos aqui, Londrina apresenta*

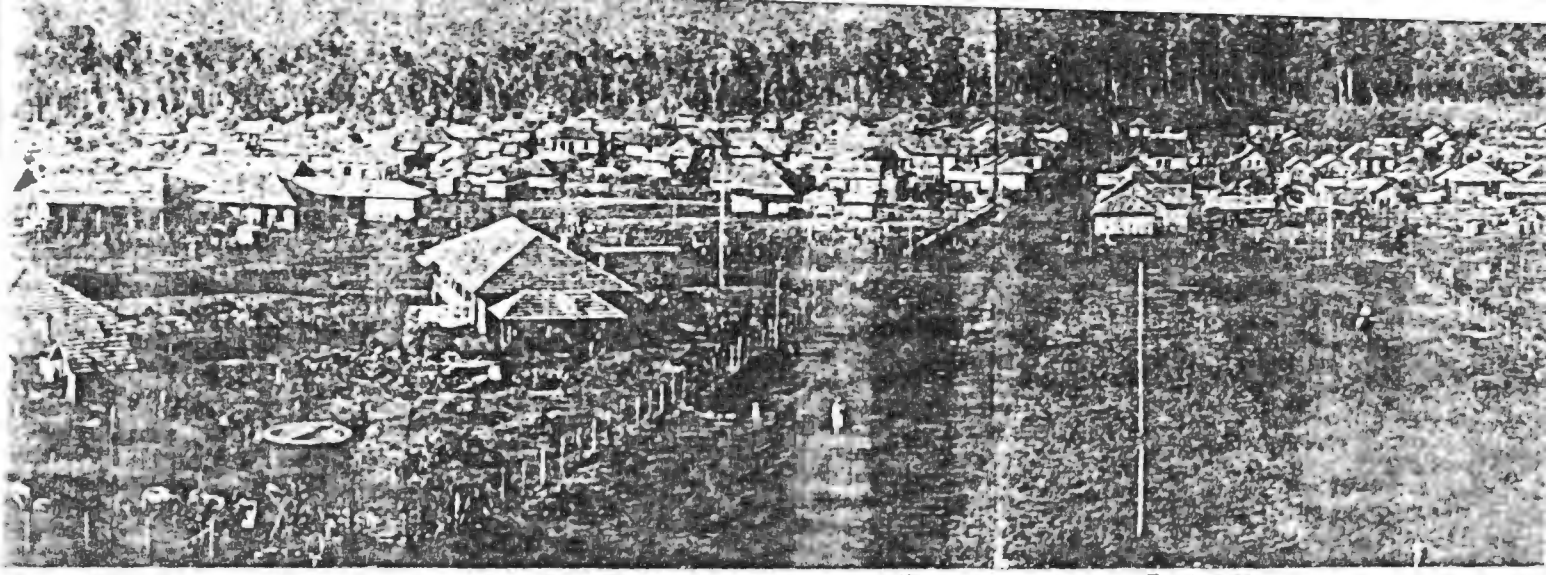


1941 *Em 7 anos, quanta diferença! O mesmo Juliani, do mesmo ponto (alto da Igreja Matriz), oferece-nos esta*

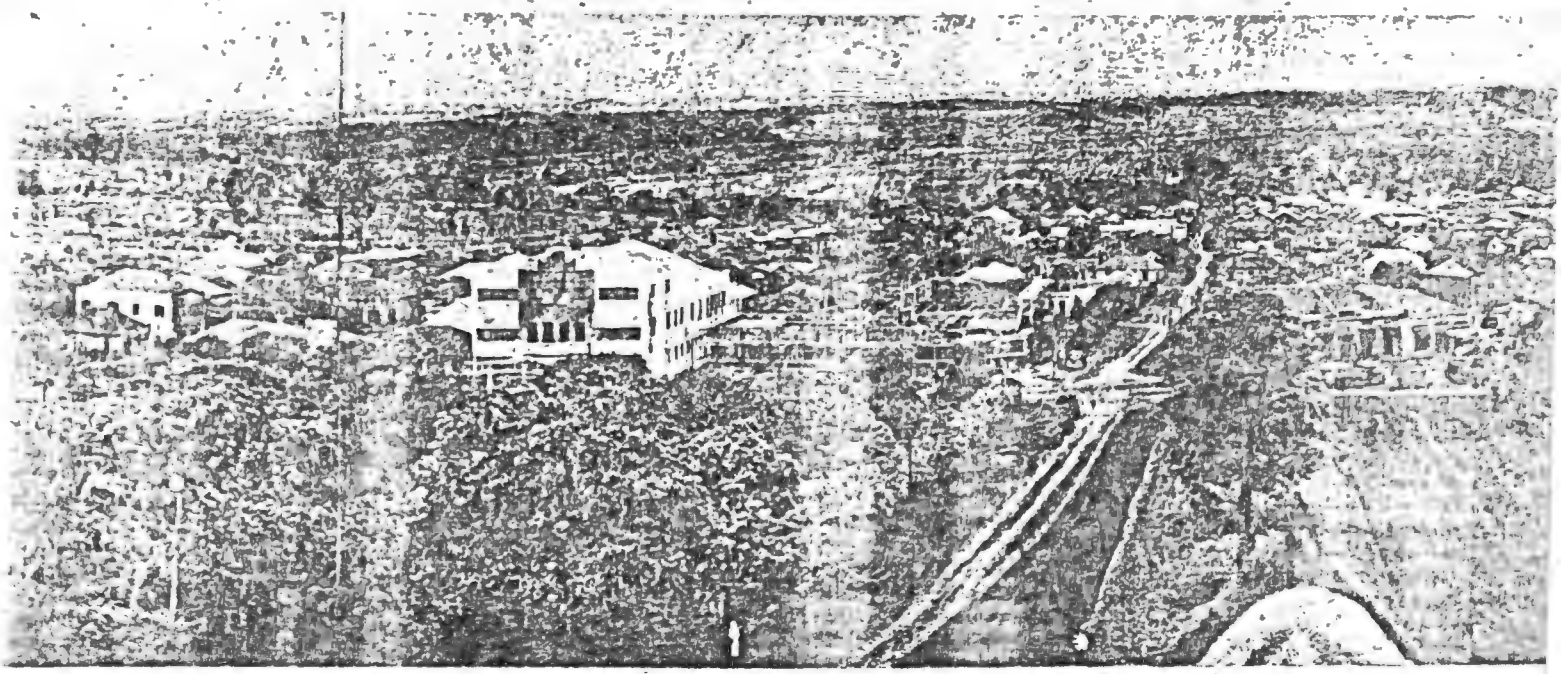


1949 *Inegavelmente, à Companhia de Terras Norte do Paraná deve-se grande parte do desenvolvimento de nossa*

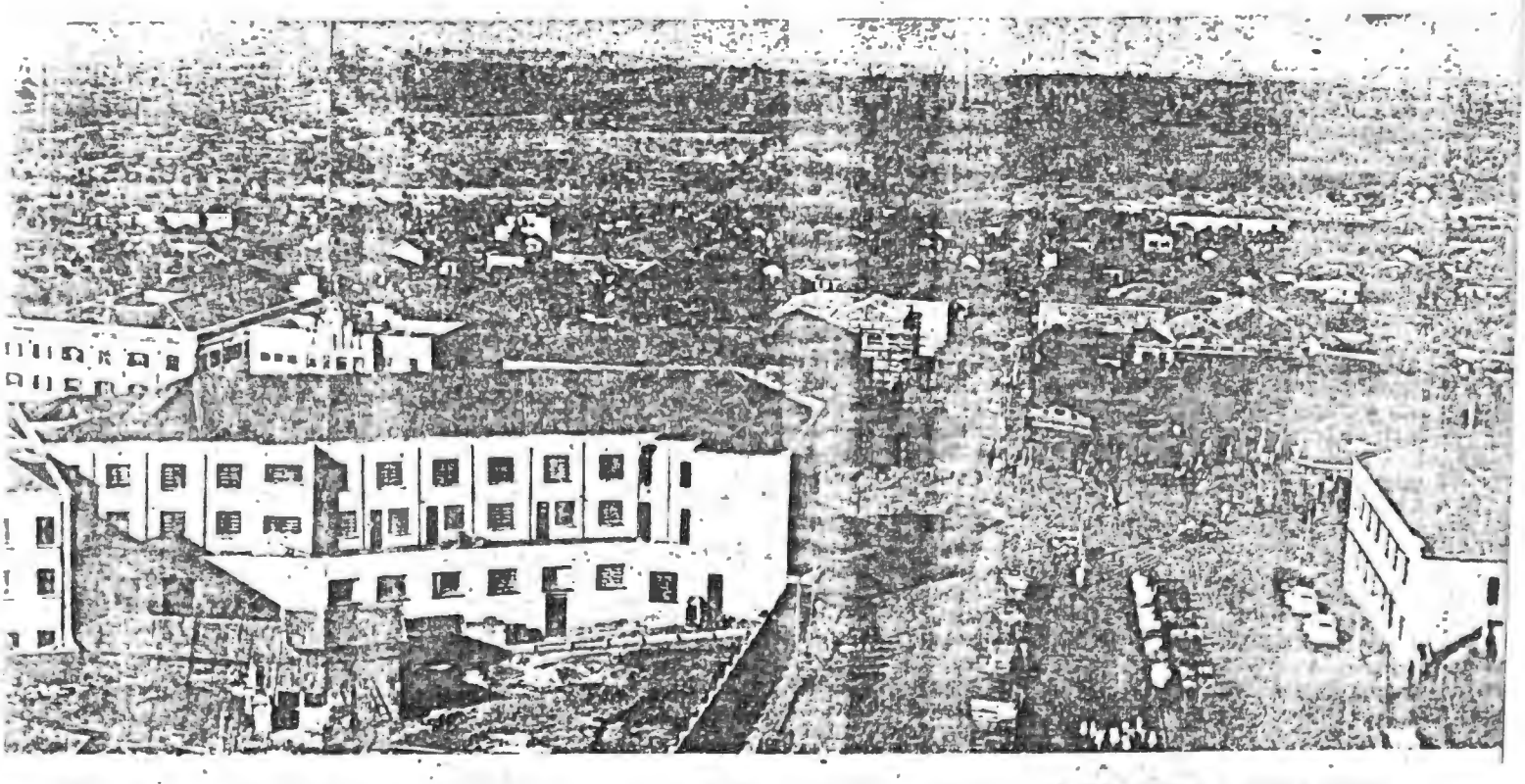
IN REVISTA PIONEIRA 12(5) set./out. 1949



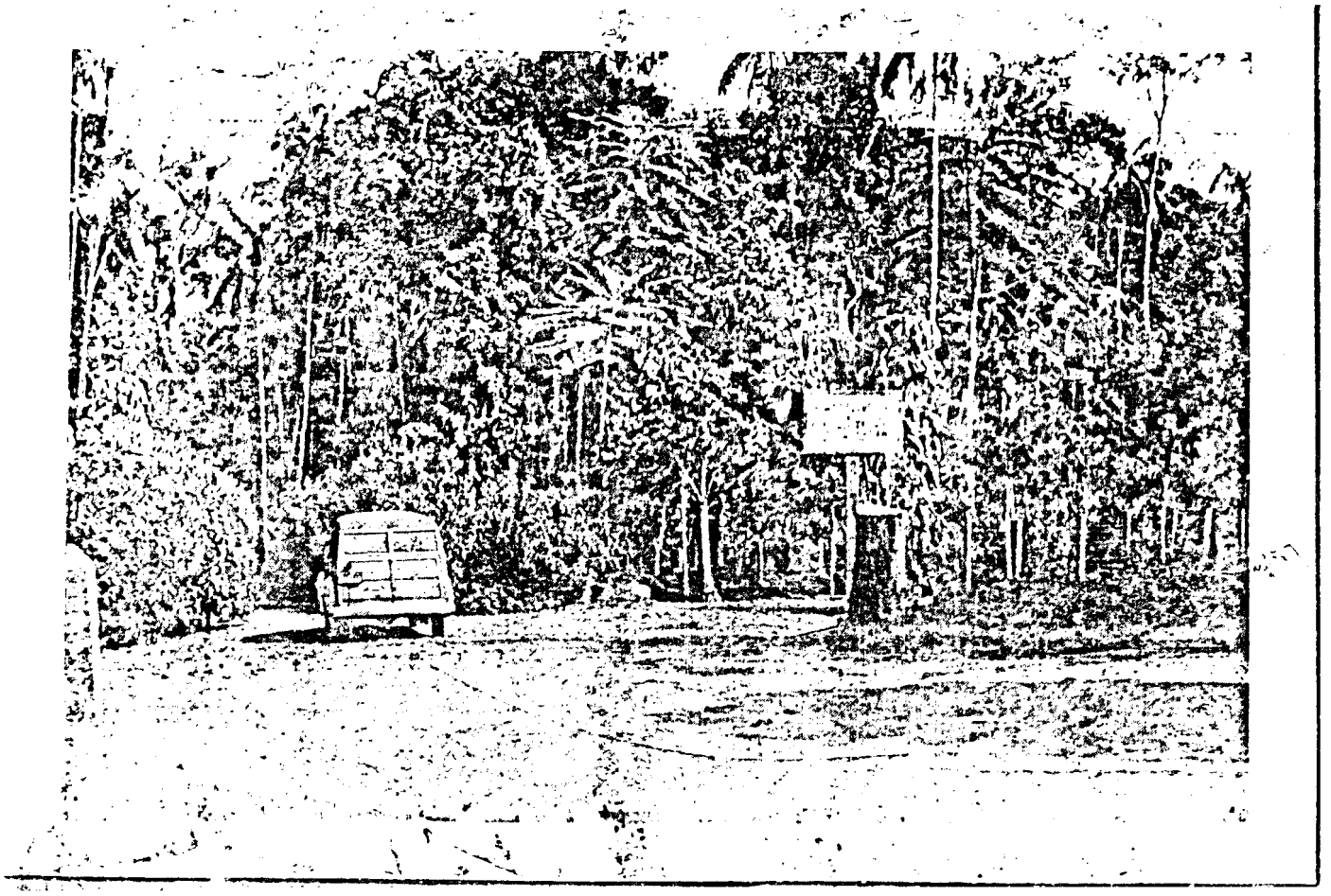
êste especto, que Juliani fixou. A cidade conta então com 300 prédios e 1.600 habitantes.



outra visão de Londrina já um tanto crescidinha. 2 400 prédios e 13.000 habitantes



cidade que agora apresenta o impressionante aspecto que Augusto Galante focalizou. 6.000 prédios e 35.000 almas.



O HORTO FLORESTAL DE MARINGÁ — Um dos cuidados da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, foi reservar junto a Maringá, uma área de 15 alqueires e meio, para a organização de um Horto Florestal onde sediou seu serviço de reflorestamento e de arborização das suas cidades. Iniciado em Outubro de 1949, o Horto da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná está em plena atividade.

Terras de Alta Qualidade

VENDAS A PRESTAÇÕES EM PEQUENOS E GRANDES LOTES

Cia. Melhoramentos Norte do Paraná

ANTERIORMENTE CIA. DE TERRAS NORTE DO PARANÁ

A MAIOR EMPRÊSA COLONIZADORA DA AMÉRICA DO SUL

SEDE

São Paulo, Rua São Bento, 329 * 8.º andar * Telefones: Vendas: 33-4561 * Gerência: 32-2435 * Caixa Postal, 2771 * End. Telegr.: "CIANORTE"

Centro de Administração e Agência Principal:
Londrina * R.V.P.S.C. * Paraná

Informações com os escritórios de São Paulo, Londrina, Arapongas e Maringá, onde está centralizada a Secção de Vendas de Terras da Companhia.

GÊNEROS	Nº ESTAB.	POP. OCUP.	VENDAS Cr$ 1000	PERCENTUAIS % ESTAB.	P.O.	VENDAS
• Ferrag. prod. metal. art. sanit. constr.	58	295	25.722	4,05	5,40	6,89
• Maq. ap. mat. eletr.	48	459	29.369	3,35	8,41	7,86
• Veic. e acessórios	78	514	118.178	5,44	9,42	31,64
• Mov. outr. art. habitaç. e utilid. domést.	37	133	7.615	2,58	2,44	2,04
• Papel, impress. art. esc.	35	143	5.413	2,44	2,62	1,45
• Prod. quim. farmac.	58	250	16.595	4,05	4,58	4,44
• Combust. e lubrif.	54	421	20.282	3,77	7,71	5,43
• Tec. Artef. Vest. Armar.	198	1.069	46.349	13,82	19,59	12,41
o Prod. Alim. Beb. Estim.	745	1.488	58.879	51,99	27,26	15,76
o Prod. Alim. c/prod. uso dom. e uso pess. (supermercados)	16	106	7.696	1,11	1,94	2,06
• Merc. em geral c/alim.	8	191	10.864	0,56	3,50	2,91
o Merc. em geral s/alim.	6	141	12.702	0,42	2,58	3,40
o Artigos diversos	79	223	13.322	5,51	4,09	3,57
o Artigos usados	13	25	523	0,91	0,46	0,14
TOTAL	1.433	5.458	373.509	100,00	100,00	100,00

LONDRINA - COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO ATACADISTA
SITUAÇÃO 1970

GÊNEROS	Nº ESTAB.	POP. OCUP.	VENDAS Cr$ 1000	PERCENTUAIS % EST.	P.O.	VENDAS
o Prod. agrop. extrat.	16	213	52.985	6,13	10,67	8,14
• Ferrag. prod. metal. mat. constr.	18	135	13.628	6,90	6,76	2,09
• Maq. apar. eq. industr. e mat. elétr.	26	145	16.539	9,96	7,26	2,54
o Veic. e acessórios	7	27	5.508	2,68	1,35	0,85
• Pap. impress. art. escr.	3	8	1.250	1,15	0,40	0,19
o Prod. quim. e farmac.	23	211	50.965	8,81	10,57	7,83
o Combust. lubrif.	24	234	94.315	9,20	11,72	14,49
o Tec. art. fios text. art. confecç. vest. armar.	10	47	7.727	3,83	2,35	1,19
• Prod. alim. beb. estim.	115	808	393.314	44,06	40,46	60,43
o Merc. em geral c/alim.	3	17	2.721	1,15	0,85	0,42
o Merc. em geral s/alim.	4	121	11.107	1,53	6,06	1,71
o Artigos diversos	4	19	673	1,53	0,95	0,10
o Art. usados p/recuperação industrial	8	12	116	3,07	0,60	0,02
TOTAL	261	1.997	650.848	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo Comercial do Paraná - IBGE - 1970

LONDRINA - COMPOSIÇÃO DO SETOR INDUSTRIAL
SITUAÇÃO - 1970

GÊNEROS INDUSTRIAIS	Nº ESTAB.	POP. OCUP.	PRODUÇÃO Cr$ 1000	PERCENTU EST.	P.O.	(...) PRODUÇ
• Extração Minerais	2	(x)	(x)	0,45	(x)	(x)
o Prod. Miner. ñ metalic.	19	168	1.917	4,30	3,17	0,57
• Metalúrgica	33	276	4.827	7,47	5,22	1,45
o Mecânica	31	220	4.145	7,01	4,16	1,24
• Mat. Eletr. e Comun.	8	72	1.267	1,81	1,36	0,38
o Material Transporte	14	207	2.396	3,17	3,91	0,72
• Madeira	33	178	2.205	7,47	3,36	0,66
• Mobiliário	38	410	6.745	8,60	7,75	2,02
• Papel e papelão	4	140	2.736	0,90	2,65	0,82
o Borracha	3	40	1.109	0,68	0,76	0,33
o Couro, Peles, Prod. Sim.	3	21	237	0,68	0,40	0,07
o Química	11	543	102.882	2,49	10,26	30,82
• Prod. Farm. Veter.	1	(x)	(x)	0,23	(x)	(x)
• Perf. Sabões, Velas	5	28	1.098	1,13	0,53	0,33
o Prod. Mat. Plásticas	7	55	3.079	1,58	1,04	0,92
• Têxtil	8	444	18.940	1,81	8,39	5,67
o Vest. Calç. Art. Tecid.	23	269	6.113	5,20	5,09	1,83
o Prod. Alimentares	156	1.465	149.215	35,29	27,69	44,71
o Bebidas	8	361	13.949	1,81	6,82	4,18
o Editorial e Gráfica	24	278	5.333	5,43	5,26	1,60
o Diversos	11	47	700	2,49	0,89	0,21
TOTAL	442	5.290	333.749	100%	-o-	-o-

Fonte: Censo Industrial do Paraná - IBGE - 1970

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: http://ppgh.fflch.usp.br/.

PPGH-USP

1971-2021